

# 2016 Relatório e Contas



 **Santander Totta**

SEGUROS

3	Relatório do Conselho de Administração
4	Órgãos Sociais
5	Enquadramento Macro
11	A Evolução do Sector Segurador em Portugal
12	A Atividade da Santander Totta Seguros
14	Proposta de Aplicação de Resultados
15	Perspetivas e Desafios para 2017
15	Considerações Finais
16	Demonstrações Financeiras
23	Anexo às Demonstrações Financeiras
92	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
96	Certificação Legal de Contas
103	Relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário
106	Política de remunerações dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização

*Exmos. Senhores,*

*Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A., respeitantes ao exercício de 2016.*

SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

---

**Mesa da Assembleia Geral**

---

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Secretário	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

---

**Conselho de Administração**

---

Presidente	Nuno Miguel Frias Costa
Vogais	Jorge Filipe Alves Gaspar Manuela Vieira Marinho Óscar Villoslada Montpart Pedro Brandão de Melo e Castro

---

**Conselho Fiscal**

---

Presidente	José Duarte Assunção Dias
Vogais	António Baia Engana Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço
Suplente	José Luís Areal Alves da Cunha

---

**Revisor Oficial de Contas**

---

Pricewaterhousecoopers & Associados, S.R.O.C., Lda. Representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia

---

**Comissão Executiva**

---

Presidente	Nuno Miguel Frias Costa
Vogais	Jorge Filipe Alves Gaspar Manuela Vieira Marinho Pedro Brandão de Melo e Castro

---

**Secretário da Sociedade**

---

Efetivo	Raquel João Branquinho Nunes Garcia
---------	-------------------------------------

## Economia Internacional

O ano de 2016 caracterizou-se por um ritmo de crescimento moderado, em redor de 3%, e em desaceleração face a 2015, assim resultando num novo ano de expansão inferior ao inicialmente previsto. Este abrandamento da atividade esteve especialmente concentrado nas economias desenvolvidas, tanto na zona euro, como nos EUA.

Ao longo do ano, o Fundo Monetário Internacional reviu em baixa as suas projeções para o crescimento do PIB mundial, até 3,1%, na atualização de janeiro de 2017 do “World Economic Outlook”. As economias desenvolvidas poderão ter crescido 1,6% (face a 2,1% em 2015), e as economias emergentes poderão ter mantido um crescimento em redor de 4,1%, apesar de claras diferenças regionais.

### Crescimento Económico Mundial

	2014	2015	2016
<b>Mundo</b>	<b>3,4</b>	<b>3,2</b>	<b>3,1</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>1,9</b>	<b>2,1</b>	<b>1,6</b>
EUA	2,4	2,6	1,6
UEM	1,1	2,0	1,7
Reino Unido	3,1	2,2	2,0
Japão	0,0	1,2	0,9
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>4,6</b>	<b>4,1</b>	<b>4,1</b>
África	5,1	3,4	1,6
Ásia	6,7	6,7	6,3
China	7,3	6,9	6,7
Europa de Leste	2,8	3,7	2,9
Médio Oriente	2,7	2,5	3,8
América Latina	1,3	0,1	-0,7
Brasil	0,1	-3,8	-3,5

Fonte: FMI (janeiro de 2017)

A desaceleração esteve influenciada por um conjunto de fatores adversos, que foram afetando a confiança dos agentes económicos ao longo do ano.

Um primeiro fator foi a incerteza, logo nos primeiros meses do ano, relativamente à dinâmica de crescimento na China, que gerou inclusivamente uma fase de volatilidade acrescida nos mercados financeiros. Os receios de uma desaceleração profunda da atividade foram dissipados com os dados económicos entretanto divulgados, que revelaram também que as medidas de estímulo adotadas pelas autoridades produziram efeitos de curto prazo, com o crescimento a estabilizar acima de 6,5%.

Um segundo fator foi o referendo britânico relativo à permanência do Reino Unido na União Europeia. A votação favorável à saída, assim materializando o cenário de “Brexit”, contribuiu para manter o clima de incerteza e a volatilidade nos mercados financeiros.

O novo Governo, liderado por Theresa May, anunciou que a formalização do pedido de saída, ao abrigo do artigo 50º do Tratado da União Europeia, deveria ocorrer até ao final de março de 2017. Já em janeiro de 2017, o Parlamento votou pelo início do processo, e o Governo publicou um “Livro Branco”, onde apresentou os objetivos para o período negocial, assim como para a futura relação com a União Europeia. Em particular, o Governo pretende ter um período de transição diferenciado entre setores e que cubra o risco de não existir um pleno acordo durante o horizonte de dois anos previsto no Tratado de Lisboa.

O FMI publicou um estudo<sup>1</sup>, preliminar ao referendo, onde estimou um impacto negativo de entre 0,5pp e 1pp sobre o crescimento económico nas principais economias desenvolvidas, num período de dois a três anos, e num contexto de negociações bem-sucedidas. A economia britânica, contudo, poderia ser mais afetada, em especial devido ao maior peso dos serviços no conjunto da atividade, com um impacto de -0,9pp já no ano de 2017. Em 2016, os impactos revelaram-se menores do que o antecipado, embora apenas em 2017 o processo de “Brexit” venha a ter o seu efetivo início.

O Banco de Inglaterra, nas reuniões de 2016, manteve as taxas de juro de referência, mas sinalizou sempre dispor dos instrumentos necessários para atuar, caso os riscos adversos se materializassem e afetassem negativamente a atividade económica.

Nesse mesmo estudo, o FMI considerou que as outras economias mais afetadas poderiam ser as economias desenvolvidas, com as quais o Reino Unido tem relações comerciais e financeiras mais fortes, pelo que mesmo dentro da União Europeia os impactos poderiam ser diferenciados entre os vários países.

Para Portugal, o Reino Unido foi, nos últimos anos, um importante parceiro comercial, sendo o quarto mercado de destino das exportações de bens e serviços (sendo ao nível do turismo o principal mercado de origem). Além disso, Portugal registou com o Reino Unido o seu maior excedente comercial.

Um terceiro fator de incerteza esteve relacionado com alterações geopolíticas, onde se incluíram um progressivo foco em políticas protecionistas, em contraste com o processo de globalização que caracterizou as três últimas décadas.

Também nos EUA, a nova Administração eleita em novembro de 2016, deu orientações de revisão dos principais acordos comerciais, em vigor ou em fase final de negociação (NAFTA, TPP e TTIP), bem como das relações comerciais com a China e outros países.

<sup>1</sup> “United Kingdom: Selected Issues”, IMF Country Report 16/169, junho 2016



Em 2016, a economia norte-americana desacelerou, com um crescimento estimado em 1,6%, face a 2,6% no ano anterior. Esta desaceleração, e como verificado em anos anteriores, foi mais pronunciada no primeiro semestre do ano, e esteve associada a, por um lado, condições climatéricas adversas, que afetaram a construção, e, por outro lado, a uma redução do investimento em infraestruturas de óleo e gás de xisto, fruto da descida dos preços do crude para níveis abaixo de 40 dólares por barril no final de 2015.

Apesar do menor crescimento económico, a criação de emprego permaneceu sustentada, com a taxa de desemprego a cair para 4,7%, o nível mais baixo desde 2007.

Fruto da conjugação dos fatores de incerteza supramencionados, a Reserva Federal dos EUA apenas retomou o ciclo de subida das taxas de juro de referência em dezembro, com uma nova subida de 25pb, para 0,75%, já que em reuniões anteriores decidiu aguardar por mais informação quanto aos impactos que esses fatores poderiam ter sobre a economia norte-americana. Nessa mesma reunião, revelou que os governadores admitiam a possibilidade de as taxas de juro de referência poderem vir a registar mais duas a três subidas durante o ano de 2017.

	PIB	Inflação
<b>UEM</b>	<b>1,7</b>	<b>0,2</b>
Alemanha	1,7	0,5
França	1,3	0,1
Espanha	3,2	-0,2
Itália	0,9	-0,1

Fonte: FMI (janeiro 2017)

Na zona euro, o PIB desacelerou igualmente, com um crescimento estimado de 1,7%, abaixo dos 2,0% observados em 2015. Durante o primeiro semestre, e apesar do clima de incerteza global, a zona euro manteve um ritmo de crescimento sustentado, embora diferenciado entre países, beneficiando da melhoria da procura interna, incluindo a despesa de capital.

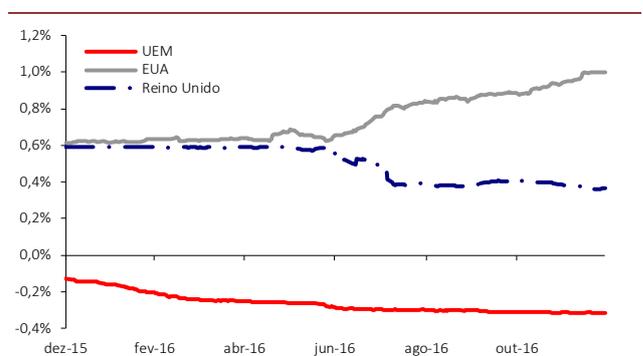
No entanto, com as estimativas de crescimento para 2016 abaixo do crescimento potencial, e com a inflação claramente abaixo do objetivo de “próximo, mas abaixo de 2%”, fruto também da evolução dos preços da energia, o Banco Central Europeu decidiu uma reformulação das medidas de estímulo à economia.

Na reunião de março, o BCE decidiu (i) descer a taxa refi para 0% e a taxa de depósito para -0,4%; (ii) ampliar o programa de aquisição de ativos financeiros para 80 milhões de euros mensais (um acréscimo mensal de 20 mil milhões); (iii) incluir dívida emitida por empresas não financeiras no leque de ativos elegíveis para o programa de “quantitative easing”; e

(iv) lançar um conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado (TLTRO, na sigla inglesa), a quatro anos, nas quais os bancos acedem a financiamento à taxa refi, podendo posteriormente beneficiar de uma bonificação da taxa de juro, até ao valor da taxa de depósito, dependente da evolução da carteira de crédito durante o período de vida da operação. Os bancos puderam, também, converter o financiamento que tinham obtido ao abrigo do anterior programa de TLTRO nesta nova modalidade.

Em consequência deste anúncio, e sua implementação, as taxas de juro da zona euro, de curto e de longo prazo, registaram um movimento de descida, que as conduziu para níveis mínimos históricos absolutos.

Taxas de Juro 3 Meses



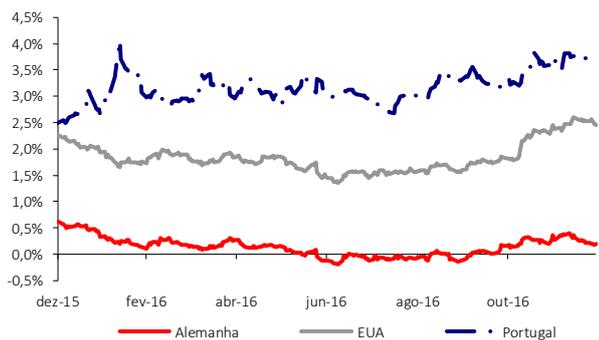
Fonte: Bloomberg

Assistiu-se, assim, a um movimento diferenciado das taxas de juro entre a zona euro (valores progressivamente mais negativos) e os EUA, onde as taxas de juro de curto prazo subiram, em consonância com a atuação da Reserva Federal. As taxas de juro britânicas reduziram-se, a partir de junho, com a mensagem pelo Banco de Inglaterra de que estaria disponível para reagir aos eventuais efeitos do *Brexit* sobre a economia.

Em vários países europeus, as taxas de juro de longo prazo (na maturidade dos 10 anos) entraram em terreno negativo, fruto das decisões de março do BCE.

Esta dinâmica inverteu-se no final do ano, quando se iniciou um movimento global de “repricing”, que teve parte da sua génese nos EUA, em antecipação à eleição de Donald Trump e às anunciadas políticas de estímulo económico (fiscal e de investimento em infraestruturas). Na Europa, as taxas de juro de longo prazo subiram mais pronunciadamente em Espanha, devido às negociações para formação do Governo, e em Itália, em antecipação ao referendo sobre a reforma do sistema político.

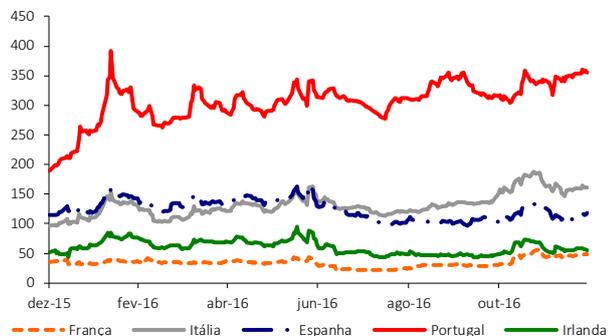
Taxas de Juro 10 Anos



Fonte: Bloomberg

Estes fatores levaram a que, no final do ano, e mesmo no contexto de subida das taxas de juro na Alemanha, os *spreads* de crédito tivessem alargado. Portugal, contudo, registou um agravamento mais pronunciado, para níveis em redor de 350pb no final do ano, um agravamento face aos cerca de 200pb observados no início do ano. Apesar da progressiva redução do défice orçamental, a perceção de risco permaneceu sempre elevada, seja por receios de contágio da envolvente externa, seja por receios de que a notação de risco da República pudesse ser revista em baixa, o que não ocorreu.

Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



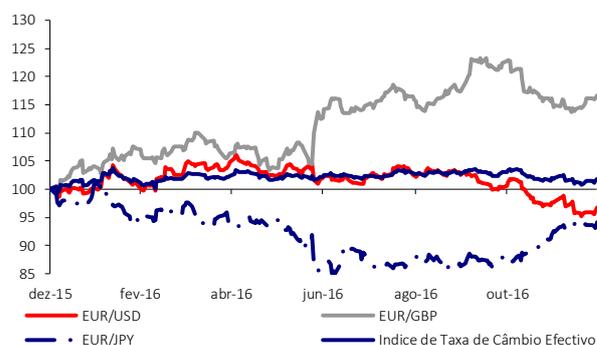
Fonte: Bloomberg

No mercado cambial, destacou-se a depreciação do euro, acentuada pelas revisões de política pelo BCE. No final do ano, e após as eleições presidenciais nos EUA, o euro testou mínimos desde 2002 face ao dólar, próximo dos 1,03 dólares por euro.

A libra esterlina, contudo, de entre as principais taxas de câmbio, foi a moeda que mais desvalorizou, devido à materialização do cenário de *Brexit*. Efetivamente, após o referendo, a libra depreciou até 0,94 libras por euro, o nível mais fraco face ao euro desde 2009. Contudo, a maior depreciação ocorreu face ao dólar, com a libra a cair para 1,2 dólares, o nível mais fraco em mais de três décadas.

A evolução dos mercados acionistas caracterizou-se por um sentimento globalmente negativo, salvo raras exceções, durante a maior parte do ano. Ainda assim, a generalidade dos índices recuperou das perdas acumuladas, encerrando o ano em linha ou acima dos níveis de fecho em 2015, quando a incerteza quanto ao ritmo de crescimento na China atingiu o seu pico.

Principais Taxas de Câmbio (Dez-2015 = 100)

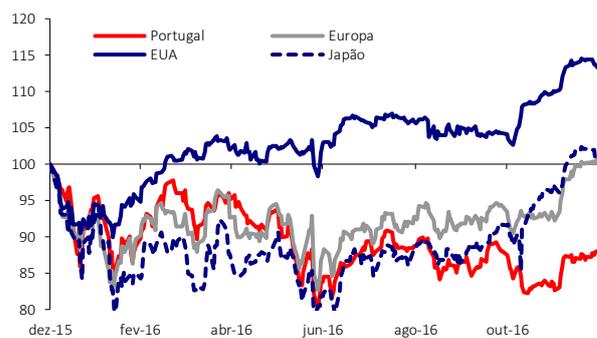


Fonte: BCE

Nos EUA, os mercados acionistas entraram em terreno positivo no segundo trimestre do ano, fruto de dados económicos sustentados e da manutenção das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e viriam a registar uma mais forte apreciação já no quarto trimestre do ano, após a eleição de Donald Trump como 45.º Presidente dos EUA, em antecipação às medidas expansionistas (programa de infraestruturas e redução dos impostos sobre o rendimento) anunciadas durante a campanha eleitoral.

Na Europa, o sentimento permaneceu negativo, fruto também do resultado do *Brexit* e os receios quanto aos potenciais impactos adversos sobre as economias europeias, assim como das perspetivas de necessidade de recapitalização dos bancos europeus, em especial os italianos. Os mercados recuperaram no final do ano, apoiados por dados económicos mais favoráveis, bem como pelos efeitos de contágio oriundos dos EUA.

Mercados Acionistas (Dez-15 = 100)

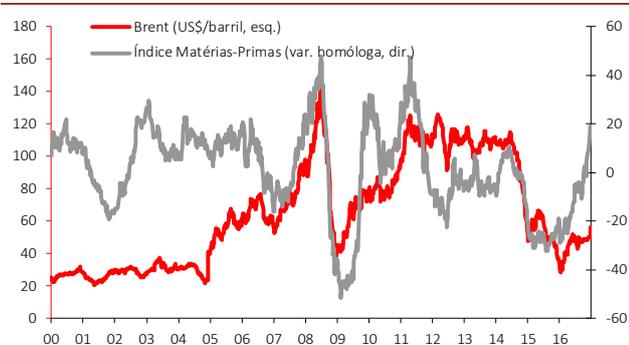


Fonte: Bloomberg

Em Portugal, o principal índice PSI-20 registou uma desvalorização de cerca de 12%, muito influenciada pela dinâmica do setor bancário, quer no contexto europeu de recapitalização do setor e de gestão de ativos não produtivos, em especial créditos *non-performing* (na aceção da Autoridade Bancária Europeia – EBA), quer no quadro específico do setor nacional, com reorganizações acionistas e pagamentos de ajudas de Estado.

Os dados económicos mais favoráveis, em especial nos últimos meses do ano, e as expectativas de políticas expansionistas (monetária na Europa e Ásia, fiscal nos EUA, por exemplo), contribuíram para uma valorização das principais matérias-primas, com especial destaque para o crude.

### Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e Índice de matérias-primas (variação homóloga)



Fonte: Bloomberg

O preço do petróleo valorizou mais de 50%, para cerca de 56 dólares por barril, face a cerca de 35 dólares no final de 2015. Esta evolução foi influenciada, também, pelo acordo entre os produtores de petróleo para uma redução da produção, já no último trimestre do ano.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O ouro, que começou o ano em redor de 1.062 dólares por onça, valorizou continuamente até ao verão, quando atingiu os 1.375 dólares, no quadro de incerteza global. Contudo, no final do ano, a redução da aversão a risco refletiu-se numa depreciação do ouro, que fechou 2016 nos 1.123 dólares.

## Economia Portuguesa

O PIB cresceu 1,4% em 2016, beneficiando de uma aceleração da atividade económica já no segundo semestre do ano, que assim compensou a desaceleração iniciada em 2015 e que se estendeu pela primeira metade do ano.

Contudo, a economia desacelerou face aos 1,6% observados em 2015.

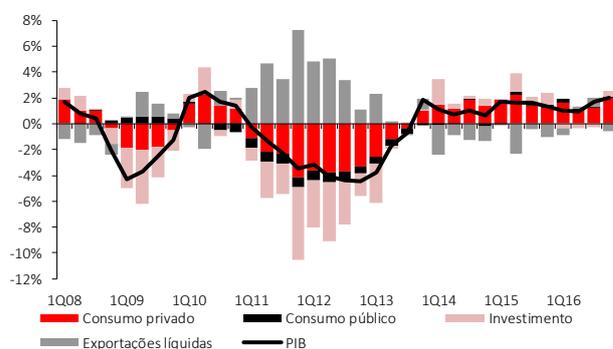
### Dados Macroeconómicos

	2014	2015	2016
<b>PIB</b>	<b>0,9</b>	<b>1,6</b>	<b>1,4</b>
Consumo Privado	2,3	2,6	2,3
Consumo Público	-0,5	0,8	0,8
Investimento	5,1	4,6	-0,9
Exportações	4,3	6,1	4,4
Importações	7,8	8,2	4,4
Inflação média	-0,3	0,5	0,6
Desemprego	13,9	12,4	11,1
Saldo Orçamental (% do PIB)	-3,6	-3,0	-2,1
Dívida pública (% do PIB)	130,6	129,0	130,5
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,5	1,7	1,7

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

No primeiro semestre, o PIB cresceu a um ritmo trimestral anualizado de 1%, com a taxa homóloga a desacelerar para 0,9% nesse período. Este abrandamento foi mais marcado ao nível do investimento e das exportações, associado também ao aumento da incerteza global que caracterizou a economia mundial durante este período.

### Contributos para o Crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

A desaceleração do investimento, prolongando uma tendência que já vinha de 2015, foi ampliada por condições climáticas adversas que afetaram o setor da construção. Também o investimento em máquinas e equipamentos registou uma trajetória de abrandamento, com as empresas a adiarem projetos de expansão da capacidade, fruto dos sinais de desaceleração da procura externa e de níveis de utilização da capacidade instalada abaixo da média histórica.

Contudo, esta moderação do investimento não terá sido uniforme entre setores, com um reforço da despesa de capital nos setores de refinação de petróleos e automóvel (este, em preparação para a produção de um novo modelo automóvel a lançar em 2017, na AutoEuropa). O maior volume de investimento por estes setores de atividade foi anulado pela prática estagnação do investimento em

construção residencial e pela forte retração do investimento público.

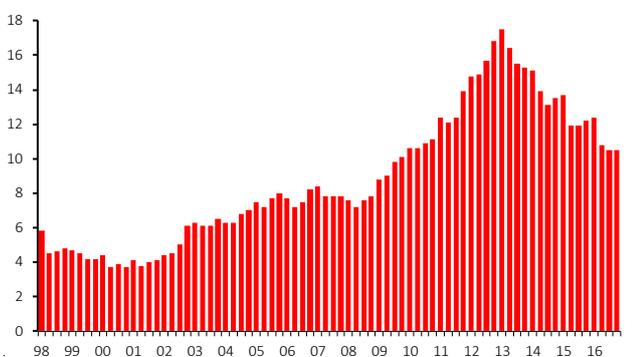
As exportações desaceleraram durante todo o primeiro semestre do ano, sendo especialmente afetadas por três fatores, dois dos quais relacionados com o acima mencionado relativo ao investimento. São os casos do encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, e que afetou as exportações de produtos energéticos, e a redução das exportações de material de transporte, devido à mencionada substituição de modelos automóveis produzidos na AutoEuropa, que se refletiu também nas dinâmicas de exportações para a Alemanha e China. O terceiro fator prende-se com a mais significativa redução das exportações para Angola, cuja economia atravessou um processo de ajustamento económico provocado pela descida do preço do petróleo. Em 2016, as exportações para Angola representaram menos de 4% do total, face aos cerca de 7% observados em anos transatos.

No decurso do segundo semestre, e em especial no final do ano, assistiu-se, em sintonia com a recuperação da economia global, a uma reaceleração das exportações.

O consumo privado manteve um crescimento sustentado, embora abaixo do observado em 2015, e apesar de um impulso no primeiro trimestre, associado, por um lado, à reposição de rendimentos na Função Pública (que foi efetuada de modo gradual ao longo do ano, sendo os salários repostos ao nível de 2011 no final do ano), e, por outro, ao aumento da despesa de consumo em bens duradouros, em especial automóveis, devido à antecipação da aquisição de viaturas fruto das alterações fiscais constantes do Orçamento do Estado para 2016, que entrou em vigor em Abril.

A descida do desemprego, para 10,5% no segundo semestre do ano (11,1% em média anual), contribuiu também para suportar a dinâmica do consumo privado.

**Taxa de Desemprego (%)**



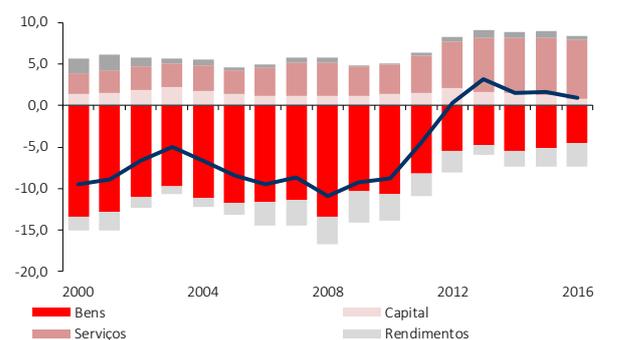
Fonte: INE

A balança corrente e de capital manteve um saldo excedentário, na ordem de 1,7% do PIB, em linha com o

observado no ano transato, com o saldo da balança de serviços a compensar a desaceleração ligeira das exportações de bens, assim como pelo agravamento ligeiro do défice da balança de rendimentos (em linha com a subida das taxas de juro da dívida portuguesa).

A posição de investimento internacional continuou a evoluir positivamente, em linha com a melhoria do saldo externo, com uma redução da situação negativa para cerca de 103% do PIB, uma redução de cerca de 6pp face a 2015.

**Balança Corrente e de Capital (% PIB)**

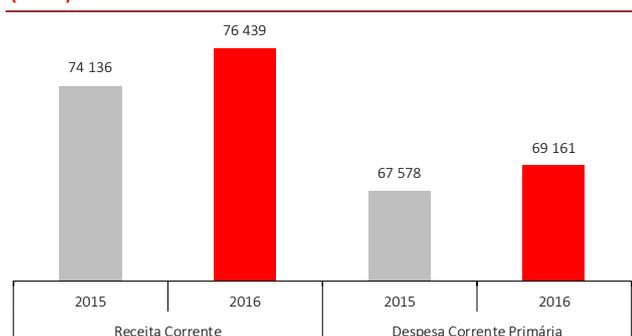


Fonte: Banco de Portugal, INE

A execução orçamental de 2016, na ótica da contabilidade nacional, terá registado um défice de 2,1% do PIB, abaixo dos 2,5% acordados com a Comissão Europeia e dos 2,2% constantes do Orçamento do Estado. A execução orçamental esteve impactada por fatores pontuais, entre as quais as receitas do PERES – programa de regularização de pagamentos ao Estado, bem como por reduções da despesa corrente primária e de investimento, para compensar um menor crescimento da receita fiscal e o aumento da despesa com pessoal.

A receita fiscal, para o conjunto das Administrações Públicas, cresceu 2,4% em 2016, sendo que a receita de impostos diretos contraiu 2,1%, devido à redução da sobretaxa em sede de IRS, e apesar da recuperação da receita de IRC, no âmbito do PERES. Ao nível dos impostos indiretos, a receita subiu 6,6%, beneficiando da dinâmica do ISP, já que a receita de IVA cresceu de forma mais moderada.

### Receita Corrente e Despesa Corrente Primária (€ mn)



Fonte: Ministério das Finanças

A despesa corrente primária cresceu 2,3%, com o aumento dos encargos com pessoal (+3,1%) a serem compensados por um maior controlo da despesa com outros bens e serviços (+0,7%), e, ao nível da despesa total, pela redução da despesa de capital (-5,2%).

A notação de risco da República permaneceu inalterada, com as principais agências a reafirmarem as notações de risco, de *speculative grade* pela S&P Global, Moody's e Fitch, e de *investment grade*, pela DBRS.

Durante o ano, o Tesouro manteve o regular acesso aos mercados financeiros internacionais, e focou na diversificação das fontes de financiamento, com o lançamento de um novo produto de retalho, as Obrigações do Tesouro de Rendimento Variável – OTRV, com uma remuneração correspondente à taxa Euribor 6 meses adicionada de um *spread* de 2,05%. Durante o ano, o Tesouro emitiu 3,5 mil milhões de euros neste produto, a que acresceram 3,5 mil milhões em Certificados do Tesouro e de Aforro, embora nos últimos meses do ano, e fruto da menor remuneração, tivesse havido já resgates líquidos de Certificados de Aforro. O Tesouro amortizou, também, uma nova *tranche* dos empréstimos do FMI, no montante de 4,5 mil milhões de euros.

O setor financeiro português, em 2016, prosseguiu os vários processos de reestruturação, incluindo recapitalização e redefinição da estrutura acionista por parte de algumas instituições. No final do ano, o Banco de Portugal comunicou

que o Fundo de Resolução iria prosseguir as negociações para a venda do Novo Banco. A setembro de 2016, de acordo com os dados do Banco de Portugal, o setor tinha um rácio CET1 de 12,3%.

A evolução dos volumes de crédito caracterizou-se, um ano mais, pelo aumento dos volumes de nova produção, ao nível do crédito a particulares, mas em simultâneo pela continuação da redução do *stock* de crédito. Esta dinâmica é habitual em períodos de reestruturação, enquadrada também no processo de desalavancagem pelo setor privado da economia. O rácio crédito/depósitos reduziu-se para 101,1%, a setembro.

A nova produção de crédito hipotecário aumentou 44% face ao ano transato, embora o *stock* de crédito hipotecário se tenha reduzido em cerca de 3%. O crédito ao consumo e outros fins registou um crescimento de quase 8% ao nível da nova produção, e um crescimento de 6% em termos de *stock*. O crédito a empresas, contudo, e no contexto de reduzido investimento, registou uma redução de 12% ao nível da nova produção, e de 6% em termos de *stock*. Houve, a este nível, também um aumento do ritmo de *write-offs*, que contribuiu para a redução da carteira de crédito.

## A Evolução do Sector Segurador em Portugal

Num contexto pouco favorável para os produtos financeiros do ramo Vida, o volume global da produção de seguro direto decresceu, em 2016, 14,4% para o valor de 10,8 mil milhões de euros que compara com um decréscimo de 11,4% verificado em 2015 face a 2014 (crescimento em 2014 de 9% e de 20,2% em 2013).

Tal como em 2015, foi no segmento Vida que a contração da produção se formou, com uma queda de 23,3%. Na origem desta evolução mantém-se a quebra das contribuições para seguros de poupança, em particular para produtos não ligados a fundos de investimento, os mais afetados por uma conjuntura que aliou a persistência de baixas taxas de juro de longo prazo, a acentuada redução da taxa de poupança dos particulares e o início de um regime de solvência mais sensível aos riscos inerentes a garantias financeiras.

### Produção de seguro direto em Portugal, por ramos

u.m: milhões de euros	2013	2014	2015	2016*	Δ
<b>Vida</b>	<b>9 248</b>	<b>10 439</b>	<b>8 671</b>	<b>6 648</b>	<b>-23,3%</b>
Seguro de Vida	7 314	8 401	6 522	4 989	-23,5%
Seguros Ligados a F. Investimento	1 930	2 031	2 148	1 659	-22,8%
Operações de Capitalização	4	7	1	0	-99,7%
<b>Não Vida</b>	<b>3 855</b>	<b>3 849</b>	<b>3 993</b>	<b>4 190</b>	<b>4,9%</b>
Acidentes e Doença	1 232	1 259	1 354	1 482	9,5%
Acidentes de trabalho	511	516	556	624	12,2%
Doença	571	589	633	694	9,6%
Acidentes (outros)	151	154	165	164	-0,3%
Incêndio e Outros Danos	760	751	764	776	1,6%
Automóvel	1 478	1 449	1 471	1 522	3,5%
Marítimo e Transportes	32	28	25	24	-2,3%
Aéreo	7	6	7	6	-7,5%
Mercadorias Transportadas	25	24	23	21	-5,3%
Responsabilidade Civil Geral	106	108	112	115	2,3%
Diversos	215	223	238	243	2,1%
<b>TOTAL</b>	<b>13 104</b>	<b>14 288</b>	<b>12 664</b>	<b>10 839</b>	<b>-14,4%</b>

Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço

\* Valores Provisórios

Fonte: ASF – Departamento de Estatística e Controlo de Informação

Dentro do ramo Vida, em 2016, os planos de poupança reforma (PPR), embora tenham decrescido cerca de 9,6%, registaram um aumento de 3,9 pontos percentuais no seu peso (25,8% em 2016 e 21,9% em 2015).

Já os seguros ligados a fundos de investimento, embora sendo menos sensíveis ao referido regime de solvência, também observaram em 2016 um decréscimo de 22,8% após o crescimento de 6,9% assistido em 2015.

Já o ramo Não Vida, tradicionalmente mais dependente da evolução económica e do mercado de trabalho, verificou-se, pelo terceiro ano consecutivo, um crescimento de produção de 4,9% face a 2015, destacando-se a contribuição da modalidade de Acidentes de Trabalho, que detém um peso de 14,9% nos ramos Não Vida e cujo crescimento foi de 12,2%, na sequência das recomendações da ASF e das

medidas tomadas pelos operadores no sentido do restabelecimento do equilíbrio técnico desta modalidade. De salientar, embora com menos expressão, o crescimento do Ramo Doença com +9,6% de produção que em 2015 e o Automóvel com +3,5% de crescimento.

A estrutura que a produção apresenta em 2016 coloca o segmento Vida responsável por 61,3% da produção total do Sector e o segmento Não Vida responsável pelos restantes 38,7% o que compara com 68,5% e 31,5%, respetivamente, em 2015.

O ano de 2016 manteve a tendência de concentração do mercado segurador já iniciada nos anos anteriores, a qual esteve em alguma medida associada ao novo contexto de exigências prudenciais da atividade seguradora.

No dia 9 de setembro de 2015 foi publicada a lei n.º 147/2015 de transposição da Diretiva Solvência II com um alcance muito alargado para a atividade seguradora e dos fundos de pensões, indo para além do âmbito da própria Diretiva. Além da adoção de um novo regime jurídico da atividade seguradora e resseguradora (RJASR, um anexo à Lei n.º 147/2015), substituindo o que provinha do Decreto-Lei 94-B/98, de 17 de abril, são também expressivas as condições financeiras exigidas às empresas para o exercício da atividade seguradora em Portugal, segundo os princípios e regras do Pilar I. Também relevante os requisitos do sistema de governação e de reporte e, divulgação pública de informação das empresas de seguros, matérias cobertas, respetivamente, pelos Pilares II e III daquele regime. Durante 2016, prosseguiu o ajustamento de diversa regulamentação do novo RJASR, ainda que este tenha entrado em vigor no seu primeiro dia, constituindo para o sector segurador, um desafio diário conduzir este processo de regulamentação (e respetiva implementação) de forma equilibrada e eficiente.

## A Atividade da Santander Totta Seguros em 2016

### Parceria com a Aegon

O segundo ano de atividade da aliança estratégica entre o Grupo Santander e o Grupo Aegon, materializado na atividade das suas duas participadas (Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, Companhia de Seguros, S.A.) foi fundamentalmente marcado pelo aumento da oferta de produtos e reformulação de existentes, de forma a ir de encontro às necessidades de proteção específicas dos seus clientes. A proximidade aos clientes, ficou ainda reforçada com a introdução de um novo processo de contratação de produto, alterando a forma de 'relacionamento' entre os sistemas de informação do canal de distribuição e os sistemas da seguradora Vida.

Em 2016, as partes da aliança ajustaram, o plano de negócio contratado de forma a incluir o incremento significativo da base de clientes, em consequência da aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., em Dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.. Os acordos parassociais foram alterados em consonância e, o preço de venda inicial da participação de 51%, da operação ajustado, registando a Santander Totta Seguros por este efeito, nas suas contas individuais a 31 de Dezembro 2016 uma mais-valia de 12,25 milhões de euros.

### Atividade e Resultados

Na atividade individual, o valor dos prémios emitidos pela Santander Totta Seguros e contribuições para contratos de investimento alcançou em 2016 o montante de 430,9 milhões de euros representando um aumento de 202% relativamente a 2015.

O volume de prémios da atividade de risco e mistos atingiu em 2016, 86,4 milhões de euros representando uma diminuição de apenas 1,8% face aos prémios emitidos em 2015, apesar de tratar-se de uma carteira sem nova produção, dada a alteração do perímetro de atuação ocorrida em 31 de Dezembro de 2014, após transferência para a Aegon Santander Vida, à luz da parceria com a Aegon, da carteira subscrita a partir de 1 de Julho 2012 e do novo negócio de vida risco distribuído nas redes do Banco Santander Totta.

Nos produtos financeiros, a Companhia esteve particularmente ativa, alargando a sua gama de seguros financeiros, por forma a dotar-se de uma oferta diversificada e orientada para todos os perfis de investimento e que acompanhe o ciclo de vida dos seus clientes. Desenvolveu novos conceitos tendo iniciado a comercialização dos seguros sob a forma de Unit Linked Abertos, nomeadamente o Seguro

Financeiro Equilibrado e o Seguro Financeiro Crescimento Ações, e disponibilizado uma gama de unit linked individuais para o segmento Private Banking. Retomou ainda o lançamento, ao longo do ano, de produtos sob a forma de seguro ICAE não normalizados, alcançando prémios totais emitidos no valor de 343,8 milhões de euros, um aumento de 540% face a 2015, ano em que lançou apenas um novo produto.

Milhões de Euros

Prémios emitidos e Contribuições	2015	2016	Var.
<b>Contratos de Seguros</b>			
- Seguros de Vida Risco	89,0	87,1	-2,2%
- Seguros Poupança (exclui PPR/E)	0,8	0,8	-2,8%
- PPR/E	24,6	33,0	+34,4%
<b>Contratos de Investimento</b>			
- Seguros Poupança (exclui PPR/E)	22,5	304,2	+1254%
- PPR/E	5,8	5,8	-0,4%
<b>Total</b>	<b>142,7</b>	<b>430,9</b>	<b>+202,0%</b>

Não obstante o aumento da produção, a margem técnica reduziu-se 8,5% face a 2015 devido ao menor volume de produtos de risco, ao tratar-se de uma carteira fechada a novas entradas, e dos seguros financeiros, onde se verificaram vencimentos superiores aos montantes subscritos e em produtos com margens mais rentáveis para a seguradora.

O total de comissões de seguros pagas à rede Santander Totta ascendeu a 50,7 milhões de euros em 2016 significando uma diminuição de 4,0% relativamente ao ano transato, fruto do anteriormente referido.

O resultado da conta técnica alcançou, em 31 de Dezembro de 2016, 2,6 milhões de euros contra 5,6 milhões no ano anterior.

Em Julho de 2015 a Sociedade procedeu ao resgate total da posição que detinha em carteira própria, no fundo de investimento mobiliário Multioperações reconhecendo uma mais valia no ano de 4,6 milhões de euros. Em 2013 a sociedade tinha registado uma perda por imparidade de 7 milhões de euros pela referida posição.

A Santander Totta Seguros atingiu um resultado antes de impostos de 15,0 milhões de euros, representando um aumento de 125% relativamente ao ano anterior, constituindo o maior contributo para este resultados o ajuste ao preço de venda inicial da participação de 51% à Aegon (+12,25 milhões de euros de mais valia).



O ativo líquido da Santander Totta Seguros em 31 de Dezembro de 2016 era de 2.705 milhões de euros representando uma diminuição de 16,8% face ao ano anterior o qual decorre fundamentalmente do elevado volume vencimentos de seguros financeiros.

O volume total de ativos financeiros geridos reduziu para 2,658 milhões de euros, uma diminuição de 16,7% face a 2015, mantendo a política de investimentos os critérios de dispersão, liquidez e segurança dos ativos. O valor de 2016 continua a incluir 14,3 milhões de euros relativos à participação de 49% nas *joint ventures* Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida.

As provisões técnicas e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros totalizam 2.468 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2016 contra 3.251 milhões de euros em 2015.

Com vista à otimização dos seus fundos próprios, em Dezembro de 2015 a Sociedade procedeu ao reembolso total do empréstimo obrigacionista subordinado de 14 milhões de euros emitido em 2002 e, em ato simultâneo, devolveu ao acionista único o valor de 17 milhões de euros correspondentes ao valor remanescente das prestações acessórias de 32 milhões de euros realizadas no fecho do exercício de 2013.

Em 2016 o Capital Próprio da Companhia totalizava 163,2 milhões de Euros, registando-se um incremento de 7,3 milhões de Euros face a 2015, como consequência do resultado líquido alcançado no exercício, da variação positiva da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros (líquida de impostos) e distribuição de dividendos.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade adequados, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

Durante 2016 a Santander Totta Seguros trabalhou na melhoria dos inputs e outputs identificados no âmbito do Pilar 1 dando cumprimento aos reportes previstos no calendário regulamentar de Solvência II. Os resultados obtidos ao nível do SCR e dos Fundos Próprios, permitiram concluir que a Sociedade apresenta níveis adequados de solvência. No Pilar 2, foi aprovado em Junho 2016, o Modelo de Governo e identificados os titulares das funções chave, nos termos definidos na Legislação. Ao nível das políticas, foram aprovadas praticamente todas as políticas encontrando-se a Companhia ainda em fase de implementação das mesmas. Relativamente ao Pilar 3, os reportes foram efetuados com base numa nova ferramenta, sobre a qual estão a ser

desenvolvidas melhorias funcionais de modo a otimizar e automatizar todo o processo de reporte.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2016. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2016 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de maio de 2017.

O número de colaboradores efetivos e com contrato a termo certo era de 41 a 31 de Dezembro de 2016.

Os principais indicadores de rentabilidade e eficiência apresentam os seguintes valores:

*Milhões de Euros / %*

Indicadores	2013	2014	2015	2016
Custos de funcionamento / margem técnica antes comissões	8,4%	10,9%	13,1%	13,5%
Capitais Seguros Risco (10 <sup>^6</sup> €) / N <sup>o</sup> médio de Colaboradores	401	315	409	342
N <sup>o</sup> médio de Colaboradores	49	49	34	36
Resultado Líquido	5,6	10,2	4,4	11,9
Capital Próprio	177,0	174,9	155,9	163,2
Ativo Líquido	4.439	4.116	3.251	2.705
Resultado Líquido / Capital Próprio	3,2%	5,8%	2,8%	7,3%
Resultado Líquido / Ativo Líquido	0,1%	0,2%	0,1%	0,4%

### Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido de impostos da Santander Totta Seguros foi de 11.873.232,44€ (onze milhões oitocentos e setenta e três mil duzentos e trinta e dois euros e quarenta e quatro centimos).

Propõe-se a seguinte aplicação:

- 1.187.323,25€ (um milhão cento e oitenta e sete mil, trezentos e vinte e três euros e vinte e cinco centimos) para reserva Legal;
- Distribuir dividendos no valor de 10.685.909,19€ (dez milhões seiscentos e oitenta e cinco, novecentos e nove euros e dezanove centimos);

Adicionalmente, dos Resultados Transitados disponíveis, propõe-se:

- Distribuir dividendos no valor de 34.314.090,81€ (trinta e quatro milhões, trezentos e catorze mil, noventa euros e oitenta e um centimos).

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral distribuir dividendos totais de 45.000.000,00€ (quarenta e cinco milhões de euros) correspondendo a um dividendo por ação de 0,9524€.

## Perspetivas e Desafios para 2017

Para o ano de 2017, a Companhia perspetiva:

- A otimização de processos e maior eficiência de estruturas, assente numa maior transformação comportamental subordinada à razão de ser da nossa atividade – o serviço a clientes e a sua satisfação com uma maior eficiência nos custos;
- Prosseguir a implementação de melhorias no processo de reporte de Solvência II incorporando as alterações legislativas que forem sendo emitidas;
- Prosseguir o controlo e supervisão da atividade e dos riscos associados às sociedades resultantes da aliança com a Aegon, apoiando o desenvolvimento da parceria e prossecução do plano de negócios contratado num quadro de adequado controlo.
- Robustecer a gama de produtos da companhia, por forma a completar a proposta de valor do mediador único, nomeadamente na temática de investimento de médio e longo prazo, crítica no planeamento financeiro das famílias.
- Apoiar o comercializador através da disponibilização de conteúdos comerciais inovadores e de ações de formação regulares às estruturas comerciais do Banco Santander Totta.
- Melhorar do índice de satisfação dos clientes internos e externos, das taxas de retenção e das práticas de boas vendas.

## Considerações Finais

Gostaria o Conselho de Administração de manifestar o seu agradecimento a todas as entidades que apoiaram a nossa empresa no desenvolvimento da sua atividade, designadamente:

- Aos nossos Clientes, pela sua preferência;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários pela forma como acompanharam e apoiaram o desenvolvimento da Companhia;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, nomeadamente na defesa dos interesses da indústria e em matérias técnicas;
- Ao Senhor Provedor do Cliente, pelo seu apoio e contribuição;
- Ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento da atividade e contribuição;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu contributo na dinamização de “cross-selling” e resultados obtidos;
- A todos os colaboradores que, com dedicação, contribuíram para os resultados obtidos.

Lisboa, 13 de Março de 2017

O Conselho de Administração,

Nuno Miguel Frias Costa  
Presidente

Jorge Filipe Alves Gaspar  
Vogal

Manuela Vieira Marinho  
Vogal

Óscar Villoslada Montpart  
Vogal

Pedro Brandão de Melo e Castro  
Vogal



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	ATIVO	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
4	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	165 149 997	-	165 149 997	98 307 030
5	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	14 308 000	-	14 308 000	14 308 000
	Valorizados ao custo	14 308 000	-	14 308 000	14 308 000
	Valorizados ao justo valor	-	-	-	-
	Valorizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
6	Ativos financeiros detidos para negociação	1 162 102	-	1 162 102	46 014 862
	Investimentos em outras participadas e participantes	-	-	-	-
	Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-
	Títulos de dívida	-	-	-	-
	Derivados	1 162 102	-	1 162 102	46 014 862
	Outros	-	-	-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1 983 969 469	-	1 983 969 469	2 204 378 642
	Investimentos em outras participadas e participantes	65 605 185	-	65 605 185	167 467 932
	Instrumentos de capital e unidades de participação	28 592 707	-	28 592 707	7 843 451
	Títulos de dívida	1 525 161 942	-	1 525 161 942	1 577 876 021
	Outros	364 609 634	-	364 609 634	451 191 238
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
	Cobertura de justo valor	-	-	-	-
	Cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-
	Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	-	-	-	-
6	Ativos financeiros disponíveis para venda	305 639 654	-	305 639 654	307 870 158
	Investimentos em outras participadas e participantes	578 750	-	578 750	589 074
	Instrumentos de capital e unidades de participação	-	-	-	-
	Títulos de dívida	305 060 904	-	305 060 904	307 281 083
	Outros	-	-	-	-
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	187 490 961	-	187 490 961	518 255 938
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
	Outros depósitos	184 161 206	-	184 161 206	513 815 220
	Empréstimos concedidos	2 003 674	-	2 003 674	2 003 149
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	1 326 081	-	1 326 081	2 437 570
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Investimentos em outras empresas participadas e participantes	-	-	-	-
	Títulos de dívida	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
7	Outros ativos tangíveis	2 465 857	2 307 204	158 653	120 966
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
8	Outros ativos intangíveis	7 427 543	6 624 476	803 066	1 677 187
11	Provisões técnicas de resseguro cedido	22 316 676	-	22 316 676	28 447 816
	Ramo Vida	22 316 676	-	22 316 676	28 447 816
	Provisão matemática	1 128 013	-	1 128 013	3 540 452
	Provisão para sinistros	17 514 870	-	17 514 870	21 025 956
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	3 673 793	-	3 673 793	3 881 408
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
24	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
9 e 16	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	19 586 482	30 509	19 555 973	15 964 985
	Contas a receber por operações de seguro direto	6 300 645	30 509	6 270 136	6 960 841
	Contas a receber por operações de resseguro	102 869	-	102 869	74 675
	Contas a receber por outras operações	13 182 968	-	13 182 968	8 929 469
15	Ativos por impostos e taxas	4 514 433	-	4 514 433	16 019 901
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	-	-	-	10 930 441
	Ativos por impostos diferidos	4 514 433	-	4 514 433	5 089 460
10	Acréscimos e diferimentos	14 205	-	14 205	18 851
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>2 714 045 378</b>	<b>8 962 190</b>	<b>2 705 083 188</b>	<b>3 251 384 335</b>

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Exercício	Exercício Anterior
	<b>PASSIVO</b>		
11	Provisões técnicas	300 732 933	290 634 079
	Ramo Vida	300 732 933	290 634 079
	Provisão matemática	250 529 062	235 419 642
	Provisão para sinistros	25 355 426	28 871 035
	Provisão para participação nos resultados	21 143 554	22 444 335
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	20 588 257	21 904 788
	Provisão para participação nos resultados atribuída	555 297	539 546
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para prémios não adquiridos	3 704 890	3 899 067
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
12	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2 167 248 250	2 697 870 535
	Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	2 148 102 875	2 665 681 374
	Valorizados ao custo amortizado	19 145 374	32 189 161
13	Outros passivos financeiros	40 383 627	71 550 077
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	214 145	646 012
	Outros	40 169 482	70 904 065
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
14	Outros credores por operações de seguros e outras operações	21 915 238	22 202 630
	Contas a pagar por operações de seguro direto	12 491 838	13 635 496
	Contas a pagar por operações de resseguro	6 682 318	5 259 320
	Contas a pagar por outras operações	2 741 082	3 307 814
15	Passivos por impostos e taxas	4 378 784	2 638 532
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	4 378 784	2 638 532
	Passivos por impostos diferidos	-	-
10	Acréscimos e diferimentos	2 837 314	2 969 601
16	Outras provisões	4 381 311	7 591 128
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>2 541 877 456</b>	<b>3 095 456 582</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
17	Capital	47 250 000	47 250 000
	Dividendo Antecipado	-	-
17	Outros instrumentos de Capital	-	-
18	Reservas de reavaliação	3 560 555	4 428 700
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	3 560 555	4 428 700
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
18	Reserva por impostos diferidos	(836 730)	(1 040 744)
18	Outras reservas	32 810 671	32 362 588
	Reserva legal	32 800 508	32 362 588
	Reserva estatutária	-	-
	Prémios de emissão	-	-
	Outras reservas	10 163	-
18	Resultados transitados	68 548 005	68 548 005
	Resultado do exercício	11 873 232	4 379 206
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>163 205 733</b>	<b>155 927 754</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>2 705 083 188</b>	<b>3 251 384 336</b>

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
 CONTA DE GANHOS E PERDAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Rúbricas	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
19	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	36 698 663	-	-	36 698 663	28 241 654
	Prémios brutos emitidos	120 895 601	-	-	120 895 601	114 419 045
	Prémios de resseguro cedido	84 183 499	-	-	84 183 499	86 169 059
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(194 177)	-	-	(194 177)	(2 142)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(207 616)	-	-	(207 616)	(10 474)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	26 816 876	-	-	26 816 876	30 190 997
11	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	23 559 057	-	-	23 559 057	23 083 686
	Montantes pagos	23 557 787	-	-	23 557 787	25 254 785
	Montantes brutos	44 400 358	-	-	44 400 358	45 060 364
	Parte dos resseguradores	20 842 571	-	-	20 842 571	19 805 579
	Provisão para sinistros (variação)	1 270	-	-	1 270	(2 171 099)
	Montante bruto	(3 509 815)	-	-	(3 509 815)	(589 268)
	Parte dos resseguradores	(3 511 086)	-	-	(3 511 086)	1 581 831
11	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	17 199 852	-	-	17 199 852	8 430 186
	Montante bruto	14 520 413	-	-	14 520 413	1 579 514
	Parte dos resseguradores	(2 679 439)	-	-	(2 679 439)	(6 850 672)
11	Participação nos resultados, líquida de resseguro	535 649	-	-	535 649	503 264
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	-	-	-	-
21	Custos e gastos de exploração líquidos	26 923 779	-	-	26 923 779	29 558 228
	Custos de aquisição	52 685 983	-	-	52 685 983	54 780 050
	Custos de aquisição diferidos (variação)	559 790	-	-	559 790	1 457 381
	Gastos administrativos	3 396 339	-	-	3 396 339	3 695 870
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	29 718 333	-	-	29 718 333	30 375 073
25	Rendimentos	95 552 908	-	1 002 959	96 555 868	125 394 785
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	15 854 608	-	761 253	16 615 861	19 739 292
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	79 698 300	-	241 706	79 940 006	105 655 493
26	Gastos financeiros	3 035 249	-	627 251	3 662 500	3 745 185
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	3 035 249	-	627 251	3 662 500	3 745 185
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 169 234	-	12 250 000	14 419 234	4 041 699
	De ativos disponíveis para venda	869 436	-	-	869 436	4 708 681
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	1 299 798	-	-	1 299 798	(666 982)
	De outros	-	-	12 250 000	12 250 000	-
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(87 293 868)	-	88 060	(87 205 808)	(116 425 792)
	De ativos e passivos financeiros detidos para negociação	906 417	-	(0)	906 416	3 793 883
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(88 200 285)	-	88 060	(88 112 225)	(120 219 675)
28	Diferenças de câmbio	75 389	-	-	75 389	1 087 030
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	-	-	-	-	-
	De ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-	-
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(156 900)	-	-	(156 900)	(305 454)
16	Outras provisões (variação)	-	-	295 183	295 183	(21 783)
30	Outros rendimentos/gastos	-	-	18 849	18 849	(240 821)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
	<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	2 608 717	-	12 437 434	15 046 151	6 685 331
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	415 053	-	1 978 825	2 393 878	181 164
15	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	135 071	-	643 970	779 041	2 124 961
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	2 058 593	-	9 814 639	11 873 232	4 379 206

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
			Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
	<b>Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2015 (posição de abertura)</b>	47 250 000	4 428 700	(1 040 744)	32 362 588	-	68 548 005	4 379 206	155 927 754
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	47 250 000	4 428 700	(1 040 744)	32 362 588	-	68 548 005	4 379 206	155 927 754
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	437 921	-	-	(437 921)	-
18	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	(3 941 285)	(3 941 285)
	<b>Resultado líquido do período</b>	-	-	-	-	-	-	11 873 232	11 873 232
	<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	-	(868 145)	204 014	-	10 163	-	-	(653 968)
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(868 145)	-	-	-	-	-	(868 145)
18	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	204 014	-	-	-	-	204 014
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	10 163	-	-	10 163
	<b>Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos</b>	-	(868 145)	204 014	-	10 163	-	11 873 232	11 219 264
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	-	(868 145)	204 014	437 921	10 163	-	7 494 027	7 277 979
	<b>Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2016</b>	47 250 000	3 560 555	(836 730)	32 800 508	10 163	68 548 005	11 873 233	163 205 733

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital social	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
				Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Outras reservas			
	<b>Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2014 (posição de abertura)</b>	47 250 000	17 000 000	6 077 333	(1 428 173)	31 342 584	21 608	64 467 989	10 200 039	174 931 380
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>Demonstração da posição financeira de abertura alterado</b>	47 250 000	17 000 000	6 077 333	(1 428 173)	31 342 584	21 608	64 467 989	10 200 039	174 931 380
18	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	1 020 004	-	4 080 015	(5 100 019)	-
18	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(5 100 020)	(5 100 020)
	Reembolso de prestações acessórias	-	(17 000 000)	-	-	-	-	-	-	(17 000 000)
	<b>Resultado líquido do período</b>	-	-	-	-	-	-	-	4 379 206	4 379 206
	<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	-	-	(1 648 633)	387 429	-	(21 608)	-	-	(1 282 812)
18	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(1 648 633)	-	-	-	-	-	(1 648 633)
18	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	387 429	-	-	-	-	387 429
	Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(21 608)	-	-	(21 608)
	<b>Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos</b>	-	-	(1 648 633)	387 429	-	(21 608)	-	4 379 206	3 096 394
	<b>Total das variações do capital próprio</b>	-	(17 000 000)	(1 648 633)	387 429	1 020 004	(21 608)	4 080 015	(5 820 833)	(19 003 626)
	<b>Demonstração da posição financeira a 31 de Dezembro 2015</b>	47 250 000	-	4 428 700	(1 040 744)	32 362 588	-	68 548 004	4 379 206	155 927 754

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.  
 DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Montantes expressos em euros)

Notas do Anexo	Demonstração do rendimento integral	Exercício				Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>2 058 593</b>	-	<b>9 814 639</b>	<b>11 873 232</b>	<b>4 379 206</b>
	<b>Outro rendimento integral do exercício</b>	<b>(653 968)</b>	-	-	<b>(653 968)</b>	<b>(1 261 204)</b>
	Items que reclassificam por resultados					
18	Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	(868 145)	-	-	(868 145)	(1 648 633)
	Ganhos e perdas líquidos	(1 737 581)	-	-	(1 737 581)	(6 357 314)
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	869 436	-	-	869 436	4 708 681
	Imparidade	-	-	-	-	-
27	Alienação	869 436	-	-	869 436	4 708 681
18	Reserva por impostos diferidos relacionada com itens que reclassificam por resultados	204 014	-	-	204 014	387 429
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	-	-	-	-	-
	Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-
	Outros movimentos	10 163	-	-	10 163	-
	<b>Total do rendimento integral do exercício, líquido de impostos</b>	<b>1 404 625</b>	-	<b>9 814 639</b>	<b>11 219 264</b>	<b>3 118 002</b>

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

## SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

## PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Montantes expressos em euros)

	2016	2015
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado líquido do exercício	11 873 232	4 379 206
Mais valias na alienação de investimentos em filiais	(12 250 000)	-
Mais valias na alienação de carteiras de seguros	4 434 605	-
Custos e proveitos operacionais que não representam fluxos de caixa:		
Amortizações do exercício	1 402 912	1 342 574
Variação em outras provisões	(3 209 817)	(17 273 262)
Variação nas provisões técnicas	16 229 994	(25 727 682)
Variação de passivos por contratos de investimento	(530 622 286)	(755 142 322)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais:		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	662 511	1 142 752
Devedores por outras operações	(4 253 499)	1 696 689
Ativos por impostos	11 505 468	(8 805 480)
Outros ativos	4 646	(7 683)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais:		
Credores por operações de seguro direto e resseguro	279 341	(10 046 987)
Credores por outras operações	(566 733)	(5 478 509)
Passivos por impostos	1 740 251	(10 980 764)
Incentivos de longo prazo	-	(21 608)
Outros passivos	(132 287)	(571 842)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(502 901 662)</b>	<b>(825 494 918)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	265 261 933	1 257 482 698
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	2 230 504	62 187 014
Variação nos empréstimos e contas a receber	330 764 978	(461 737 053)
Constituição de companhias filiais	-	-
Alienação de investimentos em filiais	-	-
Alienação de carteiras de seguros vida e não vida	-	-
Aquisições de outros ativos tangíveis e intangíveis, líquidas de alienações	(566 478)	(494 740)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>597 690 936</b>	<b>857 437 919</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Realização / (reembolso) de prestações acessórias	(24 005 023)	(17 000 000)
Reembolso do empréstimo subordinado	-	(14 000 000)
Pagamento de dividendos	(3 941 285)	(5 100 020)
<b>FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(27 946 308)</b>	<b>(36 100 020)</b>
<b>Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes</b>	<b>66 842 967</b>	<b>(4 157 019)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	98 307 030	102 464 049
Caixa e seus equivalentes no fim do período	165 149 997	98 307 030

O Anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 19 de março de 2001 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo Vida, para a qual tem as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 2007, a Companhia obteve autorização para operar no ramo não vida – acidentes pessoais, tendo deixado de explorar este ramo a partir de 1 de Janeiro de 2015.

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a sobrevivência da pessoa segura, bem como operações financeiras conducentes à captação de aforro.

Em 27 de dezembro de 2001 foi registada a escritura de cessão, a favor da Companhia, da Sucursal Seguros Génesis, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (Seguros Génesis), bem como da carteira de seguros associada à mesma, tendo os correspondentes efeitos económicos sido reportados a 1 de janeiro de 2001.

Em setembro de 2002, a Companhia alterou a sua denominação inicial, Santander Central Hispano Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A.. Posteriormente, em março de 2005, adotou a atual denominação.

Conforme indicado na Nota 17, a Companhia é detida pela Santander Totta - SGPS, S.A. e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere (Grupo Santander).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2017, mas estão ainda pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subseqüentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas da Entidade. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.14.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

## 2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais incluem participações em sociedades nas quais a Companhia exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, evidenciada pela detenção de mais de 50% do capital.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que a Companhia tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões equiparáveis.

A Companhia aplica a isenção prevista na IAS 28 e prepara apenas demonstrações financeiras separadas, pelo que estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo sujeitos a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O custo de aquisição é ajustado subsequentemente quando este seja contingente à ocorrência de eventos específicos acordados (ex: realização de justo valor de ativos adquiridos) com o vendedor.

São registadas perdas por imparidade nos casos em que se justifique, ou seja, quando as entidades participadas registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira. Tal contabilização ocorre, quando na sequência de testes de imparidade realizados pela Companhia, se conclui que o valor contabilístico é superior ao valor recuperável apurado.

Para além do reconhecimento da imparidade do investimento nas Associadas até à concorrência do custo de aquisição a Companhia reconhece responsabilidades adicionais, se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício das Associadas.

## 2.3. Instrumentos financeiros

### a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente imputados à transação são registados na conta de ganhos e perdas. Nas restantes categorias, estes custos são acrescidos ao valor do ativo.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

Os valores mobiliários admitidos à negociação numa bolsa de valores ou transacionados num mercado regulamentado e com transações efetuadas nos últimos 15 dias são valorizados à cotação de fecho, se a sessão tiver encerrado antes das 17 horas de Lisboa, ou à cotação verificada nessa hora se a sessão se encontrar em funcionamento e tiver decorrido mais de metade da sessão. As cotações são fornecidas pelas entidades gestoras do mercado onde os valores se encontram admitidos à cotação e captadas através da Bloomberg.

No caso dos valores mobiliários serem cotados em mais de uma bolsa, é considerado o preço praticado no mercado onde o título foi adquirido para a carteira, sujeito a alteração em caso deste apresentar reduzida liquidez, frequência ou regularidade de transações.

Para efeitos da valorização dos valores mobiliários cotados sem transações nos últimos 15 dias e para os não cotados, definiu-se um conjunto de critérios com base nos quais se elege o contribuidor que se considera ter um preço credível e adequado para a valorização e que divulgue preços através de meios especializados, nomeadamente a Bloomberg.

Se um preço de referência de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços universalmente aceites (técnicas de “*discounted cash-flows*”).

Quando são utilizadas técnicas de “*discounted cash-flows*”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

As unidades de participação são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado pela respetiva entidade gestora ou, se aplicável, ao último preço do mercado onde se encontrarem admitidas à negociação. O critério adotado tem em conta o preço considerado mais representativo, em função, designadamente, da quantidade, frequência e regularidade das transações.

O justo valor dos derivativos que não são transacionados em bolsa é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes.

Aquando do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado e instrumentos financeiros derivados; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de acordo com a opção permitida pela Norma IAS 39 (“*fair value option*”). Encontram-se classificados nesta categoria os instrumentos financeiros associados à operação descrita nas Notas 2.3.d) e 13. A aplicação desta opção encontra-se limitada a situações em que a sua adoção permita a produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
  - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (“*accounting mismatch*”) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
  - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre esses grupos de instrumentos financeiros seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
  - Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivativos implícitos, a menos que:
    - Os derivativos implícitos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
    - Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivativos implícitos não deve ser efetuada.

Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos na conta de ganhos e perdas, nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Todos os instrumentos financeiros derivados detidos pela Companhia à data de balanço encontram-se classificados nesta categoria.

ii) Empréstimos concedidos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui, entre outros, depósitos em instituições de crédito, depósitos junto de empresas cedentes e empréstimos e outras contas a receber.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente imputáveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

Existem ainda saldos resultantes de operações de seguro direto e resseguro, os quais são apresentados na demonstração da posição financeiras na rubrica “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Incluem os instrumentos financeiros registados nesta categoria aquando do reconhecimento inicial e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39.

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não se encontrem classificados como ativos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de ganhos e perdas, como ativos a deter até à maturidade ou como empréstimos concedidos e contas a receber.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com exceção dos instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros” até à sua venda, ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade, momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de ativos monetários (títulos de dívida) são reconhecidos diretamente na conta de ganhos e perdas.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Reconhecimento de rendimentos

Os juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas (empréstimos concedidos e contas a receber e ativos financeiros disponíveis para venda) e o respetivo reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efetiva e registados na rubrica “Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”.

Os juros de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são registados na rubrica “Rendimentos – Outros”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente os dividendos, são reconhecidos na rubrica “Rendimentos – Outros”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente imputáveis à transação (custos incrementais diretamente atribuíveis aos passivos financeiros).

A rubrica “Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento” inclui as responsabilidades decorrentes dos produtos financeiros sem participação discricionária nos resultados e dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro emitidos pela Companhia e considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os passivos financeiros resultantes dos contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit-linked*) são mensurados ao justo valor e registados na rubrica “Passivos financeiros valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”. As variações no justo valor são refletidas em “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas”.

Os restantes passivos financeiros, incluindo passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Reclassificação de ativos financeiros

A Norma IAS 39 permite que sejam efetuadas as seguintes reclassificações entre as categorias de ativos financeiros:

- (i) Em circunstâncias particulares, ativos financeiros não derivados (que não os designados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados), para ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber, ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que obedeçam às características da IAS 39 para a categoria respetiva.
- (ii) Ativos financeiros que cumpram a definição de empréstimos e outras contas a receber podem ser transferidos da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de empréstimos e outras contas a receber, desde que a Companhia tenha a intenção e capacidade de os deter no futuro próximo ou até à maturidade.

A Companhia não procedeu a quaisquer reclassificações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Caso a Companhia venda ou reclassifique um valor significativo de ativos financeiros detidos até à maturidade antes do seu vencimento durante o ano financeiro, ou durante os dois anos financeiros anteriores, a Companhia terá que reclassificar os ativos financeiros remanescentes classificados como “detidos até à maturidade” para a categoria de disponíveis para venda. Caso isto se verifique, a Companhia não poderá classificar ativos na categoria de detidos até à maturidade durante os dois anos financeiros subsequentes à reclassificação.

d) Outros passivos financeiros

O acionista único concedeu à Companhia em outubro de 2008 prestações acessórias não remuneradas, no âmbito de uma operação levada a cabo para mitigar a desvalorização do valor patrimonial de alguns fundos *unit-linked* sob gestão. Estas prestações acessórias serão reembolsadas ao acionista único se e na medida em que os valores em cuja aquisição foi investido o produto das prestações restituídas sejam liquidados pelos respetivos emitentes ou de outra forma readquirido o montante investido, nomeadamente em consequência da alienação ou extinção das posições adquiridas. Para além da verificação deste requisito, o reembolso das prestações acessórias depende de deliberação da Assembleia Geral e obedece aos demais termos e condições aplicáveis ao reembolso de prestações suplementares nas sociedades por quotas, podendo no entanto ser total ou parcial e, neste caso, fazer-

se em uma ou mais vezes (Nota 13). Este passivo financeiro não tem maturidade definida e o seu reembolso é suscetível de ser exigido pelo acionista único a todo o momento.

De acordo com a Norma IAS 32, estas prestações acessórias foram classificadas na rubrica “Outros passivos financeiros – Outros”.

e) Operações de reporte e de empréstimo de títulos

Os ativos financeiros cedidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos permanecem na respetiva carteira de investimentos, sendo adicionalmente relevados em contas extrapatrimoniais, continuando os que se encontram a representar provisões técnicas a ser considerados para efeitos de cálculo dos limites de diversificação e dispersão prudenciais regulamentarmente estabelecidos.

Os ativos financeiros recebidos em operações de reporte e de empréstimo de títulos não integram a carteira de investimentos, sendo apenas registados em contas extrapatrimoniais.

Estas operações obedecem às regras, limites e garantias previstas na Norma Regulamentar nº 9/2002-R, de 7 de maio, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia não efetuou quaisquer operações de reporte e de empréstimo de títulos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

f) Imparidade de ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos financeiros disponíveis para venda. Quando existe evidência de imparidade num ativo ou grupo de ativos financeiros, são registadas perdas por imparidade por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

De acordo com a Norma IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- i) Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- ii) Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- iii) Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- iv) Ser provável que o devedor venha a entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- v) O desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos registados ao custo amortizado, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda, em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos indícios de imparidade anteriormente referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital registados como ativos financeiros disponíveis para venda:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;

- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos critérios objetivos de imparidade em instrumentos de capital, o Conselho de Administração da Companhia considera adequado um prazo de 24 meses para efeitos do critério de desvalorização prolongada face ao custo de aquisição. Adicionalmente, no que se refere ao critério de desvalorização significativa, a Companhia considera a existência de menos-valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro.

Exceto conforme descrito no parágrafo seguinte, caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido diretamente na conta de ganhos e perdas.

Relativamente a ativos financeiros disponíveis para venda, em caso de evidência objetiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor é removida da reserva de justo valor e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em investimentos em instrumentos de dívida podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a investimentos em instrumentos de capital próprio não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na reserva de reavaliação. Quanto a títulos para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

O montante de imparidade apurado é reconhecido como custo na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

g) Compensação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, e os valores líquidos são apresentados na demonstração da posição financeira, apenas quando há um direito exercível a todo o momento de compensar os referidos valores, e quando há uma intenção de liquidar as transações em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo em simultâneo. O direito exercível não deve ser contingente face a eventos futuros, devendo ser exercível no decurso ordinário do negócio, e também em circunstâncias de falência ou insolvência da Seguradora, ou da contraparte.

2.4. Outros ativos intangíveis

A Companhia regista nesta rubrica as despesas com a fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as despesas com *software* adquirido. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

2.5. Outros ativos tangíveis

Os outros ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de subsequentes depreciações e perdas por imparidade. As despesas de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas como custo do exercício.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor menos custos de vender), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo, sendo que o valor contabilístico do ativo nunca poderá ser superior ao valor que o ativo teria, caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade, considerando as depreciações que este teria sofrido.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos bens.

As taxas definidas têm subjacentes as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de <u>vida útil</u>
Equipamento administrativo	5 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Material de transporte	4 a 6
Outras imobilizações corpóreas	5 a 10

A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

## 2.6. Provisões técnicas

### 2.6.1. Classificação entre contrato de seguro e contrato de investimento

De acordo com o estabelecido na Norma IFRS 4, um contrato de seguro é um contrato por meio do qual uma parte (a Companhia) aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento seguro) afetar adversamente o tomador de seguro. Todos os contratos que não cumpram esta definição qualificam como contratos de investimento.

O registo das transações associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. No âmbito da transição para o novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (Nota 2.1.), foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela Norma IFRS 4, no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da Norma IAS 39.

Adicionalmente, os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados encontram-se no âmbito da Norma IFRS 4 e inerentemente observam o normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

### 2.6.2. Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao diferimento dos prémios emitidos, sendo calculada apólice a apólice, desde a data de encerramento do balanço até ao vencimento do período referente ao prémio.

Esta provisão é aplicável aos contratos de seguro do ramo vida e do ramo não vida. A Companhia difere os custos de aquisição relativos a comissões de mediação incorridas com a angariação das respetivas apólices de seguro.

### 2.6.3. Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática destina-se a fazer face aos encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro do ramo vida, sendo calculada para cada apólice, de acordo com as bases atuariais aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (Nota 11). Esta

provisão é igualmente aplicável aos contratos de investimento com participação discricionária nos resultados.

2.6.4. Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída quando a taxa de rendibilidade efetiva dos instrumentos financeiros que se encontram a representar as provisões matemáticas do ramo vida e os passivos financeiros decorrentes das responsabilidades resultantes dos contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados é inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação dessas provisões matemáticas e passivos financeiros.

2.6.5. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros destina-se a fazer face às indemnizações a pagar relativas a sinistros já ocorridos mas não regularizados, sendo determinada da seguinte forma:

- A partir da análise dos sinistros declarados pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data;
- Pela estimativa dos montantes necessários para fazer face a responsabilidades com sinistros ocorridos e não declarados (IBNR);
- Pela estimativa dos custos administrativos a incorrer na regularização futura de sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão.

2.6.6. Provisão para participação nos resultados a atribuir

Corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato.

2.6.7. Provisão para participação nos resultados atribuída

Refere-se aos montantes atribuídos e ainda não distribuídos aos beneficiários dos contratos, sendo o seu cálculo efetuado de acordo com as bases técnicas de cada produto. A participação nos resultados é paga aos beneficiários dos contratos ou distribuída às apólices de seguro nos termos estabelecidos nas respetivas condições gerais das apólices.

2.6.8. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros não vida. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o definido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

2.6.9. Provisões técnicas de resseguro cedido

Correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia, sendo calculadas de acordo com os tratados de resseguro em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e outras cláusulas existentes.

2.7. Ajustamentos de recibos por cobrar

Têm por objetivo ajustar o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculados de acordo com os princípios estabelecidos na Circular nº 9/2008, de 27 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

## 2.8. Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme referido na Nota 2.6.1., a Companhia mantém a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que essa participação inclui uma componente de discricionabilidade por parte da Companhia, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- O montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricionação do emissor; e
- Estejam dependentes da *performance* de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros de vida com participação discricionária nos resultados, são repartidas entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos. A separação destes montantes entre a parte atribuível ao segurado e à Companhia é feita tendo em conta os planos de participação nos resultados (Nota 2.6.6.).

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são registados quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos, líquidos de resseguro”, da conta de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a alguns tipos de contratos de seguro de vida e a contratos de seguro não vida e os correspondentes custos de aquisição associados são reconhecidos como ganho ou perda ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos. As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo os custos refletidos no mesmo momento em que são registados os ganhos associados aos prémios emitidos.

## 2.9. Outras provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São constituídas provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável, mas não certa, a existência de um influxo económico futuro de recursos.

## 2.10. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Empregados.

### Responsabilidades com pensões

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho (CCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia tinha assumido o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das

reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data de entrada em vigor do CCT, incluindo os que transitaram da Seguros Génesis no âmbito do convénio celebrado entre esta entidade e a Companhia em 29 de junho de 2001. Estas prestações consistiam numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

Em julho de 2002, a Companhia aderiu ao Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (entidade inserida no Grupo Santander).

No âmbito do novo contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, assinado em 23 de dezembro de 2011, o anterior plano de pensões de benefício definido foi substituído, no que se refere aos trabalhadores no ativo, com referência a 1 de janeiro de 2012, por um plano de contribuição definida, sendo o valor atual das responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2011 transferido para a conta individual de cada participante. Esta alteração não foi aplicável às responsabilidades com pensões em pagamento relativas a trabalhadores que em 31 de dezembro de 2011 se encontrassem reformados ou pré-reformados. Nesta data, a Companhia não tinha trabalhadores nesta situação.

As contribuições para o plano individual de reforma são registadas na rubrica “Gastos com pessoal” (Nota 23) como custo do período em que são efetuadas.

#### Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo (que se vencem num período inferior a doze meses), incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” (Nota 23) no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### Outros benefícios de longo prazo (prémios de permanência)

Ao abrigo da cláusula 42ª do CCT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

#### Férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do período a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Os encargos com férias e subsídio de férias são registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

### 2.11. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, relativa à reforma do Código do IRC, segundo a qual a taxa de imposto agregada a aplicar aos exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2016 passará a ser de 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponderá à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

#### 2.12. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transação. Os ativos financeiros monetários (títulos de dívida) expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do balanço. Os ativos financeiros não monetários (ações e unidades de participação) que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos financeiros não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com exceção das originadas por instrumentos de capital e unidades de participação classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do ativo.

#### 2.13. Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

A Companhia tem planos de incentivos a longo prazo sobre ações e opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em “*equity settled share-based payment transactions*”, conforme definido na Norma IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, cobertura e execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander, S.A.. A Companhia paga anualmente ao Banco Santander, S.A., o montante relativo a estes planos.

#### 2.14. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

##### *Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos*

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.3.a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do

balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

*Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros*

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.3. f). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos financeiros tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada as perdas associadas à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

*Determinação dos passivos por contratos de seguro*

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguro é efetuada com base em metodologias e pressupostos descritos anteriormente na Nota 2.6..

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguro reveste-se de um certo nível de subjetividade, podendo os valores efetivamente verificados vir a ser diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas refletem uma estimativa adequada e suficiente, em 31 de dezembro de 2016, das responsabilidades a que se encontra obrigada.

*Resseguro cedido*

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, a provisão matemática de resseguro cedido e a provisão para sinistros de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas nos termos dos tratados de resseguro em vigor à data do balanço. A provisão para participação nos resultados de resseguro cedido é igualmente estimada à data do balanço, tendo por base as condições contratuais instituídas nos referidos tratados de resseguro.

*Determinação de impostos sobre lucros*

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento legal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação fiscal poderão afetar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados no balanço, os quais resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais.

2.15. Adoção de normas (novas ou revistas), emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), endossadas pela União Europeia

2.15.1. Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2016:

Normas

a) IAS 1 (alteração), ‘Revisão às divulgações’. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) IAS 16 e IAS 38 (alteração), ‘Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo

dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- c) IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis'. Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41 – Agricultura para o âmbito da IAS 16 – Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41 – Agricultura. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- d) IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- e) IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- f) Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento". Estas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- g) IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- h) Melhorias às normas 2010 - 2012. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- i) Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.15.2. Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou:

- a) IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.
- b) IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

2.15.3. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou:

2.15.3.1 - Normas

- a) IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.
- b) IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.
- c) IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.
- d) IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.
- e) IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.
- f) Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. A Companhia está a avaliar o impacto desta alteração.
- g) IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

contrato locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta norma.

h) Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. A Companhia está a avaliar o impacto das referidas melhorias.

2.15.3.2 - Interpretações

a) IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. A Companhia está a avaliar o impacto da adoção futura desta interpretação.

3. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

A Companhia opera nos ramos vida e não vida, contudo nos exercícios de 2016 e 2015 apenas comercializou seguros do ramo vida. A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

O principal responsável pela tomada de decisões relativamente a informação por segmentos é o Conselho de Administração da Companhia.

Nos exercícios de 2016 e 2015, as atividades de negócio desenvolvidas pela Companhia encontram-se segmentadas no ramo Vida e respetivos subsegmentos, apresentando o seguinte detalhe no que se refere às principais rubricas da conta de ganhos e perdas:

	2016				Total
	Seguros de Vida	Contratos de investimento	Ramo não Vida	Área não técnica	
Prémios brutos emitidos	120,895,601	-	-	-	120,895,601
Prémios de resseguro cedido	(84,183,499)	-	-	-	(84,183,499)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	194,177	-	-	-	194,177
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(207,616)	-	-	-	(207,616)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	26,816,876	-	-	26,816,876
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(23,559,057)	-	-	-	(23,559,057)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(535,649)	-	-	-	(535,649)
Outras provisões técnicas (variação)	(17,199,852)	-	-	-	(17,199,852)
Remunerações de mediação (comissões)	(30,352,466)	(20,178,883)	-	-	(50,531,349)
Comissão de resseguro cedido por cedência de carteira	-	-	-	-	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	29,718,333	-	-	-	29,718,333
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(3,873,326)	(2,237,436)	-	-	(6,110,763)
Resultados dos investimentos	6,776,540	691,874	-	12,713,768	20,182,183
Outros rendimentos / gastos técnicos	(156,900)	-	-	-	(156,900)
Outros custos e proveitos	-	-	-	(276,334)	(276,334)
Resultado antes de impostos	(2,483,714)	5,092,431	-	12,437,434	15,046,151
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	(3,172,919)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	11,873,232
Ativo Líquido	342,558,639	2,178,198,572	-	184,325,978	2,705,083,188
Passivo Total	312,010,707	2,175,358,147	-	54,508,602	2,541,877,456

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2015				
	Ramo Vida		Ramo não Vida	Área não técnica	Total
	Seguros de Vida	Contratos de investimento			
Prémios brutos emitidos	114,419,045	-	-	-	114,419,045
Prémios de resseguro cedido	(86,169,060)	-	-	-	(86,169,060)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	2,142	-	-	-	2,142
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(10,474)	-	-	-	(10,474)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	30,190,997	-	-	30,190,997
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(23,081,174)	-	(2,512)	-	(23,083,686)
Provisão para participação nos resultados (variação)	(503,264)	-	-	-	(503,264)
Outras provisões técnicas (variação)	(8,430,186)	-	-	-	(8,430,186)
Remunerações de mediação (comissões)	(30,805,419)	(21,773,072)	-	-	(52,578,491)
Comissão de resseguro cedido por cedência de carteira	-	-	-	-	-
Comissões e participação nos resultados de resseguro	30,375,073	-	-	-	30,375,073
Outros custos e proveitos de exploração, líquidos	(4,919,838)	(2,434,972)	-	-	(7,354,810)
Resultados dos investimentos	9,697,810	(616,818)	-	1,271,545	10,352,537
Outros rendimentos / gastos técnicos	(305,454)	-	-	-	(305,454)
Outros custos e proveitos	-	-	-	(219,038)	(219,038)
Resultado antes de impostos	269,201	5,366,135	(2,512)	1,052,507	6,685,331
Impostos correntes e diferidos	-	-	-	-	(2,306,125)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	4,379,206
Ativo Líquido	333,555,689	2,714,425,062	-	203,403,584	3,251,384,335
Passivo Total	304,130,539	2,712,763,790	-	78,562,252	3,095,456,581

O segmento de “Seguros de Vida” inclui a totalidade dos produtos de risco, *universal life*, rendas e todos os contratos de investimento com participação discricionária nos resultados, à exceção dos planos poupança reforma representados por unidades de participação.

O segmento de “Contratos de investimento” inclui a totalidade dos produtos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (doravante simplesmente *unit-linked*) e contratos de investimento sem participação discricionária nos resultados.

O segmento “Ramo não vida” corresponde ao produto acidentes pessoais.

O segmento “Área não técnica” corresponde a todos os proveitos, custos, ativos e passivos que não se encontram afetos à atividade seguradora.

A atividade da Companhia é desenvolvida essencialmente no ramo vida e o montante dos prémios brutos emitidos diz respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

#### 4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Caixa e seus equivalentes	250	250
Depósitos à ordem:		
- Em instituições financeiras do Grupo Santander	165,149,747	98,306,780
	165,149,997	98,307,030

Tendo em consideração que os depósitos à ordem são remunerados a taxas de mercado, em regra são ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

5. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição, relativa aos empreendimentos conjunto detidos.

	<u>Participação efetiva (%)</u>	<u>Valor de balanço</u>
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	49.00%	8,232,000
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	49.00%	<u>6,076,000</u>
		<u>14,308,000</u>

Em 16 de dezembro de 2014, no âmbito da constituição da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Aegon Vida) e da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Aegon Não Vida), a Companhia realizou entradas nos montantes de 16.800.000 euros e de 12.400.000 euros, respetivamente. Estes montantes incluem o capital social de cada companhia, no montante de 7.500.000 euros, bem como os respetivos prémios de emissão, nos montantes de 9.300.000 euros e de 4.900.000 euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou uma carteira de seguros de vida correspondente às apólices de seguro de vida risco puro subscritas a partir de 1 de julho de 2012, bem como a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida, incluindo os respetivos ativos e passivos associados, para as duas novas companhias constituídas, Aegon Santander Portugal Vida e Aegon Santander Portugal Não Vida, respetivamente, pelos montantes de 9.300.000 euros e de 500.000 euros, respetivamente. Na sequência da transferência dos ativos e passivos associados a estas carteiras, o valor correspondente à variação ocorrida no período compreendido entre 30 de novembro e 31 de dezembro de 2014 no valor dos ativos e passivos afetos às carteiras transferidas ficou pendente de liquidação, tendo sido liquidado no início de 2015.

Também em 31 de dezembro de 2014, a Companhia alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social de cada uma das novas companhias constituídas pelo valor global de 42.500.000 euros. Em Dezembro de 2016, as partes da aliança ajustaram, o plano de negócio contratado de forma a incluir o incremento significativo da base de clientes, em consequência da aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., em Dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.. Os acordos parassociais foram alterados em consonância e, o preço de venda inicial da participação de 51%, da operação ajustado num valor adicional de 12.500.000 euros (Nota 27.1. e Nota 34).

No âmbito do referido acordo de venda de 51% do capital social da Aegon Vida e da Aegon Não Vida à Aegon Spain Holding B.V. foi ainda definido um preço variável (“*Earn Out*”) a receber pela Companhia a partir de 31 de Dezembro 2019 no valor máximo de 25.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2019 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2020 e 2025. A primeira avaliação das companhias a 31 de Dezembro de 2015, realizada pela consultora externa (Willis Towers Watson) apresenta valores superiores aos que estão definidos contratualmente.

A constituição e posterior alienação de uma participação no capital social das novas sociedades foi efetuada no contexto do “Alliance and Shareholders’s agreement”, celebrado em 30 de julho de 2014 entre a Companhia, o Banco Santander Totta, S.A. e a Aegon Spain Holding, B.V., no âmbito do qual são estabelecidos os mecanismos de governo societário que conferem ao Grupo Santander e ao Grupo Aegon controlo conjunto sobre estas entidades. Na sequência deste acordo, foi celebrado entre as duas novas sociedades e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual o Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos das sociedades até 31 de dezembro de 2039.

Os dados financeiros da Aegon Vida e da Aegon Não Vida em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

Entidade	Sede	Participação efetiva (%)	2016				2015			
			Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Resultado Líquido
Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A	Lisboa	49.00%	87,715,963	63,782,052	23,933,911	4,941,597	85,917,877	66,311,664	19,606,213	3,037,013
Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Lisboa	49.00%	18,657,099	4,768,526	13,888,574	1,696,105	14,663,309	2,512,921	12,150,388	(207,151)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2016 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com os resultados da avaliação realizada pela consultora externa Willis Towers Watson com data de referência a 31 de dezembro de 2015 e, tendo em conta o cumprimento durante 2016 do plano de negócio definido contratualmente, estas participações financeiras que se encontram valorizadas ao custo de aquisição, não apresentam indícios de imparidade, pelo que a Companhia não registou perdas por imparidade nestes ativos.

A Companhia é integralmente detida pela Santander Totta - SGPS, S.A., entidade que apresenta contas consolidadas. Por esse motivo, a Companhia está dispensada da apresentação de contas consolidadas, conforme previsto no Decreto-Lei nº 147/94.

6. ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de ativos financeiros apresentam a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b><u>Ativos financeiros detidos para negociação:</u></b>		
Instrumentos financeiros derivados	1,162,102	46,014,862
	<u>1,162,102</u>	<u>46,014,862</u>
<b><u>Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas:</u></b>		
Afetos a produtos <i>unit-linked</i> :		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	61,569,051	135,646,053
Instrumentos de capital e unidades de participação	26,190,678	5,619,630
Títulos de dívida	1,493,504,442	1,544,223,521
Depósitos a prazo	364,609,634	451,191,238
	<u>1,945,873,805</u>	<u>2,136,680,442</u>
Não afetos:		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	4,036,134	31,821,879
Instrumentos de capital e unidades de participação	2,402,029	2,223,821
Títulos de dívida	31,657,501	33,652,500
	<u>38,095,664</u>	<u>67,698,200</u>
	<u>1,983,969,469</u>	<u>2,204,378,642</u>
<b><u>Ativos financeiros disponíveis para venda:</u></b>		
Investimentos em outras participadas e participantes –		
- Títulos de dívida	578,750	589,074
Títulos de dívida	305,060,904	307,281,083
	<u>305,639,654</u>	<u>307,870,157</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)**Empréstimos concedidos e contas a receber:**

Outros depósitos	184,161,206	513,815,220
Empréstimos concedidos	2,003,674	2,003,149
Outros	1,326,081	2,437,570
	<u>187,490,961</u>	<u>518,255,938</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os depósitos a prazo registados na rubrica “Outros depósitos” apresentam a seguinte composição por prazo residual de vencimento:

	2016	2015
<b>Outros depósitos</b>		
Até um mês	66,484	21,827,617
De um a três meses	67,614,745	111,806,060
De três a seis meses	17,742,042	98,928,270
De seis meses a um ano	30,635,080	147,768,401
De um a dois anos	25,478,266	74,028,470
Mais de dois anos	42,624,589	59,456,402
	<u>184,161,206</u>	<u>513,815,220</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os depósitos a prazo dizem respeito na sua totalidade a depósitos efetuados no Banco Santander Totta, S.A. (Nota 31).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Empréstimos concedidos” corresponde aos montantes de 2.003.674 euros e 2.003.149 euros, respetivamente, que respeitam a contratos de *swap* que não cumprem a definição de derivado constante na Norma IAS 39 e que, em substância, são empréstimos concedidos a entidades do Grupo Santander (Nota 31). Os saldos de instrumentos financeiros com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a afetação dos investimentos financeiros e outros ativos a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificadas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2016					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9,080,276	19,182,299	30,011,437	-	106,875,985	165,149,997
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	14,308,000	14,308,000
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	1,162,102	-	-	1,162,102
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	1,945,873,806	-	38,095,663	1,983,969,469
Ativos financeiros disponíveis para venda	259,056,789	25,692,552	20,890,313	-	-	305,639,654
Empréstimos concedidos e contas a receber	5,226,368	2,003,674	180,260,920	-	-	187,490,961
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	158,653	158,653
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	803,066	803,066
	<u>273,363,432</u>	<u>46,878,525</u>	<u>2,178,198,577</u>	<u>-</u>	<u>160,241,367</u>	<u>2,658,681,901</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2015					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2,087,209	11,254,743	65,652,568	-	19,312,510	98,307,030
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	14,308,000	14,308,000
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	46,014,862	-	-	46,014,862
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	2,136,680,442	-	67,698,200	2,204,378,642
Ativos financeiros disponíveis para venda	250,099,898	26,657,650	31,112,609	-	-	307,870,158
Empréstimos concedidos e contas a receber	6,905,170	8,103,203	434,964,580	-	68,282,986	518,255,938
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	120,966	120,966
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	1,677,187	1,677,187
	<u>259,092,277</u>	<u>46,015,596</u>	<u>2,714,425,061</u>	<u>-</u>	<u>171,399,849</u>	<u>3,190,932,783</u>

Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeirosRisco de créditoQualidade de crédito dos títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a desagregação do valor de balanço dos títulos de dívida, de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a Fitch IBCA, Standard & Poor's e Moody's e por zona geográfica do garante ou emitente é a seguinte:

	2016				2015			
	Resto da			Total	Resto da			Total
	Portugal	União Europeia	Outros		Portugal	União Europeia	Outros	
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas								
AAA	-	106,117	-	106,117	-	14,785,174	-	14,785,174
AA- até AA+	-	3,188,684	-	3,188,684	-	45,879,153	979,903	46,859,056
A- até A+	101,467	71,752,916	7,836,672	79,691,056	3,816,852	65,179,399	2,022,927	71,019,178
BBB- até BBB+	41,532,004	312,408,323	5,737,844	359,678,171	71,763,779	348,910,454	17,723,539	438,397,772
BB- até BB+	671,377,068	343,242,785	739,663	1,015,359,516	832,545,224	126,773,384	-	959,318,608
B- até B+	10,333,638	-	-	10,333,638	10,987,655	-	131,620,068	142,607,723
Inferior a CCC	-	45,191,850	31,657,500	76,849,350	-	-	33,652,500	33,652,500
Sem rating	45,560,597	-	-	45,560,597	38,703,942	-	-	38,703,942
	<u>768,904,773</u>	<u>775,890,675</u>	<u>45,971,680</u>	<u>1,590,767,128</u>	<u>957,817,452</u>	<u>601,527,564</u>	<u>185,998,937</u>	<u>1,745,343,953</u>
Ativos financeiros disponíveis para venda								
AAA	-	5,014,361	-	5,014,361	-	4,476,585	-	4,476,585
AA- até AA+	-	48,876,592	-	48,876,592	-	59,872,946	-	59,872,946
A- até A+	-	2,935,042	-	2,935,042	-	-	-	-
BBB- até BBB+	-	192,285,686	5,852,915	198,138,602	552,385	190,932,640	6,077,766	197,562,791
BB- até BB+	-	-	-	-	24,609,930	-	-	24,609,930
B- até B+	50,146,772	528,284	-	50,675,056	-	-	-	-
Inferior a CCC	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem rating	-	-	-	-	-	21,347,905	-	21,347,905
	<u>50,146,772</u>	<u>249,639,966</u>	<u>5,852,915</u>	<u>305,639,654</u>	<u>25,162,315</u>	<u>276,630,076</u>	<u>6,077,766</u>	<u>307,870,158</u>
Total do valor de balanço	<u>819,051,545</u>	<u>1,025,530,641</u>	<u>51,824,595</u>	<u>1,896,406,782</u>	<u>982,979,767</u>	<u>878,157,640</u>	<u>192,076,703</u>	<u>2,053,214,111</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia detinha um conjunto de investimentos em obrigações emitidas pela "Portugal Telecom International Finance B.V.", com vencimentos entre 2016 e 2020, cujo garante é atualmente a "OI S.A.", registadas na rubrica ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e afetas a contratos em que o risco de investimento é suportado pelo tomador do seguro.

O detalhe destes investimentos em 31 de dezembro de 2016 e a evolução subsequente do respetivo justo valor e notação de *rating* são apresentados no quadro seguinte:

ISIN	Descrição	Prazo de Vencimento	Custo de aquisição	Rating	Cotação	31-12-2016		07-03-2017			
						Valor de Mercado	Ganho / (Perda) potencial	Rating	Cotação	Valor de Mercado	Ganho / (Perda) potencial
XS0215828913	OIBRBZ 4.375% 03/17	24-03-2017	27,636,353	CCC	30.500%	10,578,010	(17,058,343)	CCC	33.750%	11,705,175	(15,931,178)
XS0843939918	OIBRBZ 5.875% 04/18	17-04-2018	24,430,406	CCC	30.500%	7,205,320	(17,225,086)	CCC	33.750%	7,973,100	(16,457,306)
XS0462994343	OIBRBZ 5% 4/11/19	04-11-2019	53,768,557	CCC	30.500%	20,895,550	(32,873,007)	CCC	33.750%	23,122,125	(30,646,432)
XS0927581842	OIBRBZ 4.625% 8/5/20	08-05-2020	21,717,977	CCC	30.500%	6,512,970	(15,205,007)	CCC	33.750%	7,206,975	(14,511,002)
			<u>127,553,293</u>			<u>45,191,850</u>	<u>(82,361,443)</u>			<u>50,007,375</u>	<u>(77,545,918)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O detalhe destes investimentos em 31 de dezembro de 2015 e a evolução subsequente do respetivo justo valor e notação de *rating* são apresentados no quadro seguinte:

				31-12-2015				29-03-2016			
ISIN	Descrição	Prazo de Vencimento	Custo de aquisição	Rating	Cotação	Valor de Mercado	Ganho / (Perda) potencial	Rating	Cotação	Valor de Mercado	Ganho / (Perda) potencial
XS0587805457	OIBRB 5.625% 08/02/16	08-02-2016	40,552,023	B+	94.170%	43,494,298	2,942,275	Reembolsado em 8 de Fevereiro de 2016			
XS0215828913	OIBRBZ 4.375% 03/17	24-03-2017	28,672,757	B+	61.380%	22,102,324	(6,570,433)	CCC	33.000%	11,882,970	(16,789,787)
XS0843939918	OIBRBZ 5.875% 04/18	17-04-2018	24,946,789	B+	50.000%	12,062,000	(12,884,789)	CCC	25.512%	6,154,515	(18,792,274)
XS0462994343	OIBRBZ 5% 4/11/19	04-11-2019	54,781,140	B+	54.620%	38,125,852	(16,655,288)	CCC	26.001%	18,149,218	(36,631,922)
XS0927581842	OIBRBZ 4.625% 8/5/20	08-05-2020	22,244,097	B+	46.000%	10,065,720	(12,178,377)	CCC	25.000%	5,470,500	(16,773,597)
			<b>171,196,807</b>			<b>125,850,194</b>	<b>(45,346,612)</b>			<b>41,657,203</b>	<b>(88,987,580)</b>

A Companhia não garante nem o capital investido nem qualquer tipo de remuneração mínima relativamente aos produtos *unit-linked* acima descritos, sendo o correspondente risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a desagregação dos títulos de dívida soberana da República Portuguesa, Reino de Espanha e República Italiana, classificados na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda, por ano de vencimento, era como segue:

		2016				2015			
		Ativos financeiros disponíveis para venda				Ativos financeiros disponíveis para venda			
		Valor de balanço				Valor de balanço			
Portugal		Custo amortizado	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido	Custo amortizado	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido
Vencimento até 2017		13,152,403	49,584	13,201,988	117,003	-	-	-	-
Vencimento entre 2018 e 2020		8,909,502	30,561	8,940,064	210,243	8,457,388	35,112	8,492,500	72,298
Vencimento entre 2021 e 2024		12,574,954	233,534	12,808,488	332,180	5,723,457	771,939	6,495,396	124,394
Vencimento após 2024		15,038,602	(766,230)	14,272,372	264,435	8,340,492	385,082	8,725,574	151,536
		<b>49,675,461</b>	<b>(452,551)</b>	<b>49,222,910</b>	<b>923,862</b>	<b>22,521,337</b>	<b>1,192,133</b>	<b>23,713,470</b>	<b>348,228</b>
		Valor de balanço				Valor de balanço			
Espanha		Custo amortizado	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido	Custo amortizado	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido
Vencimento até 2017		12,544,644	115,872	12,660,516	318,358	27,398,627	199,410	27,598,037	605,447
Vencimento entre 2018 e 2020		49,217,515	3,335,970	52,553,485	901,442	55,401,335	3,140,556	58,541,891	1,264,228
Vencimento entre 2021 e 2024		49,162,322	1,940,034	51,102,356	1,201,771	43,467,489	2,413,504	45,880,993	1,227,831
Vencimento após 2024		27,446,457	860,960	28,307,417	463,390	27,713,834	(9,936)	27,703,898	425,763
		<b>138,370,938</b>	<b>6,252,836</b>	<b>144,623,773</b>	<b>2,884,962</b>	<b>153,981,285</b>	<b>5,743,534</b>	<b>159,724,819</b>	<b>3,523,269</b>
		Valor de balanço				Valor de balanço			
Itália		Custo amortizado	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido	Custo amortizado	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido
Vencimento até 2017		133,274	432	133,706	199	2,623,327	14,902	2,638,229	8,788
Vencimento entre 2018 e 2020		2,815,433	212,274	3,027,707	5,352	2,194,466	246,765	2,441,231	1,703
Vencimento entre 2021 e 2024		16,593,486	3,158,883	19,752,369	105,468	15,142,644	3,488,932	18,631,576	94,000
Vencimento após 2024		6,534,228	3,089,930	9,624,158	1,769	6,211,203	3,407,166	9,618,369	1,760
		<b>26,076,422</b>	<b>6,461,519</b>	<b>32,537,940</b>	<b>112,788</b>	<b>26,171,640</b>	<b>7,157,765</b>	<b>33,329,405</b>	<b>106,251</b>
		<b>214,122,820</b>	<b>12,261,804</b>	<b>226,384,624</b>	<b>3,921,611</b>	<b>202,674,262</b>	<b>14,093,432</b>	<b>216,767,694</b>	<b>3,977,748</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existiam títulos de dívida soberana das Repúblicas Grega e Irlandesa na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a desagregação dos títulos de dívida soberana da República Portuguesa, Reino de Espanha e República Italiana, classificados na categoria de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, por ano de vencimento, era como segue:

		2016				2015			
		Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
		Valor de balanço				Valor de balanço			
Portugal		VA	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido	VA	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido
Vencimento até 2017		581,976	(29,667)	552,309	4,895	22,475,922	3,397,866	25,873,788	224,191
Vencimento entre 2018 e 2020		368,439,972	50,129,322	418,569,294	9,792,486	215,019,754	39,808,594	254,828,348	5,709,043
Vencimento entre 2021 e 2024		208,966,921	11,024,796	219,991,717	7,578,583	232,994,603	47,549,426	280,544,029	6,289,565
Vencimento após 2024		11,235,495	(455,309)	10,780,186	71,464	6,436,412	795,314	7,231,726	284,762
		<b>589,224,364</b>	<b>60,669,142</b>	<b>649,893,506</b>	<b>17,447,428</b>	<b>476,926,691</b>	<b>91,551,200</b>	<b>568,477,891</b>	<b>12,507,561</b>
		Valor de balanço				Valor de balanço			
Espanha		VA	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido	VA	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido
Vencimento até 2017		185,705	(10,683)	175,022	4,640	393,771	(9,069)	384,702	1,985
Vencimento entre 2018 e 2020		14,272,248	1,105,899	15,378,147	107,622	1,108,848	(13,377)	1,095,471	22,982
Vencimento entre 2021 e 2024		4,587,883	87,802	4,675,686	45,253	18,142,340	1,384,943	19,527,283	133,656
Vencimento após 2024		13,357,738	380,345	13,738,083	141,997	1,144,612	90,734	1,235,346	35,958
		<b>32,403,574</b>	<b>1,563,364</b>	<b>33,966,938</b>	<b>299,511</b>	<b>20,789,571</b>	<b>1,453,231</b>	<b>22,242,802</b>	<b>194,581</b>
		Valor de balanço				Valor de balanço			
Itália		VA	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido	VA	Valias potenciais acumuladas	Valor de mercado	Juro Corrido
Vencimento até 2017		1,772,033	(9,433)	1,762,600	2,280	3,956,089	(120,213)	3,835,876	58,466
Vencimento entre 2018 e 2020		723,558	1,832	725,390	270	2,502,866	3,510	2,506,376	3,452
Vencimento entre 2021 e 2024		44,129,209	684,235	44,813,443	591,281	45,112,300	1,890,695	47,002,995	617,488
Vencimento após 2024		178,435	(5,438)	172,997	1,741	178,435	(778)	177,657	1,731
		<b>46,803,234</b>	<b>671,197</b>	<b>47,474,430</b>	<b>595,551</b>	<b>51,749,690</b>	<b>1,773,214</b>	<b>53,522,904</b>	<b>681,137</b>
		<b>668,431,171</b>	<b>62,903,702</b>	<b>731,334,874</b>	<b>18,342,491</b>	<b>549,465,952</b>	<b>94,777,645</b>	<b>644,243,597</b>	<b>13,383,279</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existiam títulos de dívida soberana das Repúblicas Grega e Irlandesa na carteira de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas.

Qualidade de crédito dos empréstimos concedidos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os empréstimos concedidos e outras contas a receber apresentam a seguinte decomposição de acordo com a menor das notações de *rating* atribuídas entre a Standard & Poor's e Moody's ou equivalente:

	2016			2015		
	Portugal	Resto da União Europeia	Total	Portugal	Resto da União Europeia	Total
AAA	-	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-	-
BBB- até BBB+	-	-	-	-	-	-
BB- até BB+	-	-	-	-	-	-
B- até B+	186,164,879	-	186,164,879	515,818,369	-	515,818,369
Sem rating	1,326,081	-	1,326,081	2,437,570	-	2,437,570
	<u>187,490,961</u>	<u>-</u>	<u>187,490,961</u>	<u>518,255,938</u>	<u>-</u>	<u>518,255,938</u>

Análise de imparidade

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não detinha ativos financeiros em incumprimento nas carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos concedidos e contas a receber.

Risco de liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de se verificarem dificuldades na obtenção de fundos por parte da Companhia para cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode-se refletir, por exemplo, na incapacidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere por um valor próximo do seu justo valor.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as maturidades contratuais remanescentes dos ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2016				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	165,149,997	-	-	-	165,149,997
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	14,308,000	14,308,000
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1,162,102	1,162,102
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	282,181,098	602,802,284	683,417,954	415,568,133	1,983,969,469
Ativos financeiros disponíveis para venda	50,039,497	75,756,781	48,535,307	131,308,068	305,639,654
Empréstimos concedidos e contas a receber	117,384,439	25,478,266	38,898,240	5,730,016	187,490,961
Contas a receber por operações de seguro direto	6,270,136	-	-	-	6,270,136
Contas a receber por operações de resseguro	102,869	-	-	-	102,869
Contas a receber por outras operações	13,182,968	-	-	-	13,182,968
	<u>634,311,005</u>	<u>704,037,330</u>	<u>770,851,502</u>	<u>568,076,319</u>	<u>2,677,276,155</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(489,104,729)	(637,913,935)	(702,281,433)	(318,802,778)	(2,148,102,875)
Valorizados ao custo amortizado	(1,695,241)	(3,263,389)	(2,944,594)	(11,242,150)	(19,145,374)
	<u>(490,799,970)</u>	<u>(641,177,324)</u>	<u>(705,226,027)</u>	<u>(330,044,927)</u>	<u>(2,167,248,250)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(214,145)	-	-	-	(214,145)
Outros	(39,811,045)	-	-	(358,437)	(40,169,482)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(12,491,838)	-	-	-	(12,491,838)
Contas a pagar por operações de resseguro	(6,682,318)	-	-	-	(6,682,318)
Contas a pagar por outras operações	(2,741,082)	-	-	-	(2,741,082)
	<u>(552,740,399)</u>	<u>(641,177,324)</u>	<u>(705,226,027)</u>	<u>(330,403,365)</u>	<u>(2,229,547,115)</u>
	<u>81,570,606</u>	<u>62,860,006</u>	<u>65,625,474</u>	<u>237,672,954</u>	<u>447,729,040</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2015				Total
	Até 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Mais de 5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	98,307,030	-	-	-	98,307,030
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	14,308,000	14,308,000
Ativos financeiros detidos para negociação	46,014,862	-	-	-	46,014,862
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	417,940,022	617,166,623	720,269,212	449,002,786	2,204,378,642
Ativos financeiros disponíveis para venda	46,958,825	71,628,843	73,316,806	115,965,683	307,870,158
Empréstimos concedidos e contas a receber	383,270,337	89,984,662	39,343,737	5,657,202	518,255,938
Contas a receber por operações de seguro direto	6,960,841	-	-	-	6,960,841
Contas a receber por operações de resseguro	74,675	-	-	-	74,675
Contas a receber por outras operações	8,929,469	-	-	-	8,929,469
	<u>1,008,456,062</u>	<u>778,780,128</u>	<u>832,929,755</u>	<u>584,933,671</u>	<u>3,205,099,615</u>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Nota 12)					
Valorizados ao justo valor	(836,677,565)	(717,983,461)	(775,437,900)	(335,582,448)	(2,665,681,374)
Valorizados ao custo amortizado	(14,647,545)	(3,195,140)	(2,755,971)	(11,590,504)	(32,189,161)
	<u>(851,325,111)</u>	<u>(721,178,601)</u>	<u>(778,193,871)</u>	<u>(347,172,952)</u>	<u>(2,697,870,535)</u>
Outros passivos financeiros					
Depósitos recebidos de resseguradores	(646,012)	-	-	-	(646,012)
Outros	(70,904,065)	-	-	-	(70,904,065)
Contas a pagar por operações de seguro direto	(13,635,496)	-	-	-	(13,635,496)
Contas a pagar por operações de resseguro	(5,259,320)	-	-	-	(5,259,320)
Contas a pagar por outras operações	(3,307,814)	-	-	-	(3,307,814)
	<u>(945,077,818)</u>	<u>(721,178,601)</u>	<u>(778,193,871)</u>	<u>(347,172,952)</u>	<u>(2,791,623,242)</u>
	<u>63,378,244</u>	<u>57,601,527</u>	<u>54,735,884</u>	<u>237,760,718</u>	<u>413,476,373</u>

Na construção destes quadros foram considerados os seguintes pressupostos:

- Foi considerada a data de maturidade efetiva de todas as obrigações *callable* em carteira.
- Os seguros *unit-linked* sem maturidade definida foram considerados como exigíveis até 3 meses uma vez que estes podem ser resgatados a qualquer momento.
- Considerou-se que os depósitos recebidos das resseguradoras têm vencimento trimestral.
- Considerou-se que as prestações acessórias (Nota 13), nos montantes de 32.059.585 euros e 55.662.524 euros em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respetivamente, e incluídas na rubrica "Outros passivos financeiros - Outros" são exigíveis até 3 meses, decorrente do mencionado na Nota 2.3. d).

#### Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo o risco de taxa de juro.

#### Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o impacto estimado nos capitais próprios de uma deslocação paralela nas curvas de taxa de juro de referência de 100 "basis points", apresenta a seguinte composição:

	2016		2015	
	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps
Capitais Próprios	78,052	(78,052)	88,708	(88,708)

O apuramento do impacto estimado nos capitais próprios da Companhia considerou toda a carteira, à exceção dos investimentos financeiros que se encontram a representar responsabilidades de produtos *unit-linked*. Para os produtos de seguros cujo risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, a Companhia projetou os fluxos de caixa dos ativos financeiros e passivos técnicos sensíveis a variações de taxa de juro, tendo concluído que a sensibilidade do valor patrimonial associado a estes produtos é residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados aos mesmos.

Posteriormente, considerou-se uma variação positiva e negativa em 100 pontos base sobre a EUR Swap Zero Coupon Yield Curve, apurando-se os impactos expressos no quadro acima.

## Políticas de gestão de risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco operacional

### **Risco de Crédito**

O risco de crédito surge essencialmente nos títulos de dívida onde o risco do emissor está representado no *spread* de crédito. De um modo geral, são definidos limites em função do *rating* da emissão/emissor, das responsabilidades existentes e dos prazos, em euros e para o conjunto das carteiras geridas pela Santander Asset Management, respeitando as normas regulamentares n.º 11/2010 e n.º 03/2011 emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. De referir que para os contratos de seguro com taxa garantida ou indicativa, no que diz respeito a dívida não soberana, estão autorizadas tendencialmente aquisições de títulos (Senior, Lower Tier 2 e Corporate) que apresentem *ratings* mínimos de BBB-, com *outlook* estável pela Agência de *rating* Fitch Ratings (Standard & Poor's ou Moody's, no caso de a primeira opção não estar disponível).

Para os bancos do grupo Santander, tendo em conta o conhecimento destas entidades, poderá ainda considerar-se a notação recebida de outras agências como a da agência DBRS (Dominion Bond Rating Service), sendo a mesma aceite pelas entidades de supervisão Portuguesas, Europeia (BCE) e Norte Americana (SEC), em alternativa à Agência de *rating* Fitch Ratings, mantendo-se os restantes princípios inalterados. É definido um limite máximo para cada entidade emissora. Esse limite é definido em função do grau de conhecimento e outras condicionantes relativas ao emissor e mercado, assim como da política de investimento das carteiras afetas aos produtos.

Os limites poderão ser revistos sempre que ocorram eventos que o assim justifiquem (exemplo: alteração do *rating*). Caso não existam eventos que ao longo do ano justifiquem uma mudança de limites, estes são revistos anualmente.

A aprovação definitiva dos limites globais e/ou relativos aos novos emissores é efetuada em Comité de Riscos Corporativo e obedece a critérios de diversificação e dispersão prudenciais, sendo um processo acompanhado periodicamente.

No controlo do risco de crédito, é importante que todos os ativos tenham um *rating* e, que na ausência deste, se possa associar um nível de *rating* enquadrado nas normas aprovadas.

O *rating* consiste em classificar uma emissão obrigacionista ou outros títulos de dívida numa escala de notação de risco, que pretende refletir um juízo de valor sobre a capacidade de reembolso atempado do capital e pagamento dos juros.

O *rating* atribuído por uma Agência, expressa somente a opinião da mesma que quanto mais alto o *rating*, menor a probabilidade de *default* atribuída, não consubstanciando nenhum tipo de garantia. Para nenhuma notação de *rating* a probabilidade de *default* deve ser entendida como nula, sendo o *rating* uma medida de risco *ex-ante* que serve para qualificar em termos relativos a qualidade creditícia de um emissor.

O *rating* utilizado é referente ao da emissão, sendo que, sempre que uma emissão não tiver *rating*, são utilizados os seguintes critérios:

- Para obrigações e outros títulos de dívida, por defeito, o *rating* é o da dívida sénior;
- No caso de veículos ou *credit linked notes*, será tomado em conta o *rating* do(s) colateral(ais) ou dos emitentes referenciados via CDS (*credit default swap*) para o tipo de dívida em causa. O *rating* obtido deverá ter em conta a estrutura do ativo (distribuição pro-rata, *rating* da referência mais baixa no caso de *first-to-default*, *rating* do colateral no caso de ser inferior ao dos ativos referenciados via CDS);
- No caso dos depósitos considera-se que o *rating* implícito é o da dívida sénior das entidades que tomam os mesmos;
- No caso de não ser possível atribuir um *rating*, então considera-se a emissão como sem *rating*.

Procede-se ao acompanhamento periódico dos níveis dos *Credit Default Spreads Senior* dos diferentes emissores, para o prazo de 5 anos, para efeitos de seguimento da evolução do risco de crédito das contrapartes.

### Risco de Mercado

O risco de mercado consiste genericamente na variação no justo valor dos ativos financeiros em resultado de variações não antecipadas nas taxas de juro, taxas de câmbio, índices bolsistas e “*commodities*”.

A exposição ao risco de mercado consubstancia-se nos:

- Riscos decorrentes da detenção de carteiras de ativos financeiros e gestão de tesouraria;
- Riscos decorrentes dos investimentos da Companhia e das responsabilidades perante os segurados, como resultado do desfasamento entre ativos e passivos em diferentes prazos e em diferentes divisas;
- Riscos decorrentes da participação no capital de outras sociedades.

Os principais tipos de riscos de mercado a que a Companhia se encontra sujeita são o risco de taxa de juro e de *spread* de crédito. Como riscos acessórios pode ser identificado o risco cambial e o risco de preço do mercado acionista.

Os produtos sujeitos a este tipo de risco são aqueles cujo caucionamento é composto por ativos sensíveis às variações das taxas de juro, sendo mais ou menos sensíveis consoante a maturidade desses mesmos ativos. Na sua generalidade, os ativos de taxa de juro predominantes neste tipo de produtos são obrigações de taxa variável e/ou de taxa fixa. As obrigações de taxa variável são menos sensíveis à variação das taxas de juro, dado que até à sua maturidade, os cupões são fixados periodicamente e o seu risco reside em grande parte no *spread* de crédito, representativo do risco do emissor. Assim, o valor de mercado das obrigações de taxa variável para o mesmo risco de crédito é mais estável que o das obrigações de taxa fixa. O indicador de sensibilidade à volatilidade das taxas de juro dos ativos de taxa fixa é a *Modified Duration*, a qual mede a sensibilidade do preço de uma obrigação em relação a uma alteração na taxa de rendimento até à sua maturidade.

Procede-se, ainda, ao controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares conforme as características e classificação regulamentar dos produtos. É monitorizada periodicamente a adequação da duração das carteiras de obrigações às respetivas responsabilidades / passivos, e eventuais *mismatch*.

A sensibilidade dos ativos que se encontram a representar produtos cujo risco de investimento é assumido pelo tomador do seguro é considerada residual, decorrente do comportamento simétrico dos ativos e passivos associados a estes produtos.

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde ao risco de a Companhia ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser refletido, por exemplo, na incapacidade de alienação de um ativo financeiro de forma célere por um valor próximo do seu justo valor.

A monitorização do risco de liquidez é efetuada mensalmente, sendo definidos limites de gestão de balanço no que respeita à sensibilidade a variações paralelas da taxa de juro para a totalidade da carteira de ativos financeiros e dos passivos técnicos.

Adicionalmente e de forma a mitigar o risco de liquidez, estabeleceram-se rácios de concentração máxima de ativos não líquidos de acordo com o tipo de carteira/produto, sendo os mesmos monitorizados com uma periodicidade mensal.

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos de caixa previsionais, foram os seguintes:

- Os fluxos de caixa previsionais dos ativos financeiros e dos passivos técnicos com rendimento fixo associado à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*; e
- Os ativos financeiros e passivos técnicos associados aos produtos *unit-linked* são considerados como exigíveis “à vista” pelo montante do respetivo justo valor desses ativos e passivos à data de cada relato financeiro.

## Risco Operacional

O risco operacional consiste no risco de incorrer em perdas como consequência de deficiências ou falhas de processos internos, recursos humanos ou sistemas ou derivado de outras circunstâncias, tais como:

- Fraude Interna - Atos que de forma intencional pretendem defraudar, apropriar-se indevidamente de ativos propriedade da Companhia ou ultrapassar os seus regulamentos e/ou normas;
- Fraude Externa - Atos cometidos por pessoas alheias à Companhia, com intenção de defraudarem e apropriarem-se indevidamente de ativos de sua propriedade e desrespeitar as leis;
- Práticas de Emprego, Saúde e Segurança no Trabalho - Atos inconsistentes com as leis ou acordos de segurança e saúde no trabalho, dos quais resultem reclamações por danos pessoais ou reclamações relacionadas com a discriminação ou falta de diversidade laboral;
- Práticas com Clientes, Produtos e de Negócio - Falhas não intencionais ou negligentes que impedem a satisfação de uma obrigação profissional para com os Clientes ou que decorrem de situações inerentes à própria natureza ou desenho dos produtos;
- Danos em Ativos Físicos - Perdas ou danos em ativos físicos, devido a desastres naturais ou outros eventos;
- Interrupção do Negócio e Falhas nos Sistemas - São todas as interrupções que se produzem no negócio por motivos tecnológicos e falhas nos sistemas;
- Execução, Entrega e Gestão dos Processos - Falhas no processamento das transações ou na gestão dos processos, assim como nas relações com outras instituições financeiras ou fornecedores.

O modelo de gestão e controlo do risco operacional assenta nos seguintes vetores fundamentais:

- Identificar, analisar, medir e acompanhar a exposição ao risco operacional e as suas causas, utilizando técnicas quantitativas e qualitativas que permitam o seu controlo e mitigação;
- Garantir que as áreas potencialmente geradoras de risco operacional exercem um controlo e gestão efetiva deste risco através da aplicação de ferramentas específicas e procedimentos estabelecidos, minimizando as perdas que possam decorrer do mesmo.

No que se refere à gestão e controlo do risco operacional, constitui um aspeto fundamental a definição e a implementação de procedimentos eficientes, baseados nas melhores práticas de negócio e a sua comunicação efetiva aos colaboradores intervenientes no processo. Nesse sentido, são privilegiados os procedimentos que garantam a efetividade do desempenho das tarefas, a integridade da informação e o cumprimento dos requisitos regulamentares.

São desenvolvidas análises qualitativas e quantitativas que permitem identificar os riscos operacionais, controlá-los, reportá-los e mitigá-los, com base em ferramentas de suporte à recolha de eventos e respetiva conciliação contabilística. Recorre-se também à elaboração de questionários de autoavaliação, ao desenvolvimento de indicadores e à constituição de um arquivo que documenta os processos praticados e os dados utilizados.

Ao nível de cada área, ambas as análises se combinam, com o objetivo de traçar um diagnóstico do seu perfil de risco. Uma vez conhecido o perfil de risco de cada área, identificam-se as ações corretoras a implementar e realiza-se uma análise custo/benefício com o propósito de saber se os custos associados às ações corretoras compensam a melhoria do nível de cobertura do risco operacional.

Finalmente, após a implementação das ações corretoras eleitas, é efetuado o acompanhamento qualitativo e quantitativo dos resultados obtidos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)**7. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS**

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2016									
	Saldo em 31-12-2015			Aquisições	Alienações		Depreciações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2016		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	362,368	(357,237)	5,131	-	-	-	(1,351)	362,368	(358,588)	3,780
Equipamento informático	1,653,534	(1,638,681)	14,853	2,466	-	-	(8,349)	1,656,000	(1,647,030)	8,970
Material de transporte	233,548	(132,566)	100,982	91,991	(55,951)	55,951	(47,071)	269,589	(123,686)	145,902
Outros ativos tangíveis	177,900	(177,900)	-	-	-	-	-	177,900	(177,900)	-
	<b>2,427,350</b>	<b>(2,306,384)</b>	<b>120,966</b>	<b>94,458</b>	<b>(55,951)</b>	<b>55,951</b>	<b>(56,771)</b>	<b>2,465,857</b>	<b>(2,307,204)</b>	<b>158,653</b>

	2015									
	Saldo em 31-12-2014			Aquisições	Alienações		Depreciações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2015		
	Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada		Valor bruto	Depreciações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento										
Equipamento administrativo	362,368	(355,886)	6,482	-	-	-	(1,351)	362,368	(357,237)	5,131
Equipamento informático	1,653,534	(1,629,949)	23,585	-	-	-	(8,732)	1,653,534	(1,638,681)	14,853
Material de transporte	240,130	(170,820)	69,310	70,785	(77,367)	77,367	(39,113)	233,548	(132,566)	100,982
Outros ativos tangíveis	177,900	(177,900)	-	-	-	-	-	177,900	(177,900)	0
	<b>2,433,932</b>	<b>(2,334,555)</b>	<b>99,377</b>	<b>70,785</b>	<b>(77,367)</b>	<b>77,367</b>	<b>(49,196)</b>	<b>2,427,350</b>	<b>(2,306,384)</b>	<b>120,966</b>

**8. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS**

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis apresentou o seguinte detalhe:

	2016								
	Saldo em 31-12-2015			Aquisições	Transferências entre ativos intangíveis	Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2016		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	6,838,067	(5,170,658)	1,667,409	481,799	-	(1,346,141)	7,319,866	(6,516,799)	803,066
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-	-	-	-	107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	9,778	-	9,778	283,513	(293,291)	-	-	-	-
	<b>6,955,522</b>	<b>(5,278,335)</b>	<b>1,677,187</b>	<b>765,312</b>	<b>(293,291)</b>	<b>(1,346,141)</b>	<b>7,427,543</b>	<b>(6,624,476)</b>	<b>803,066</b>

	2015								
	Saldo em 31-12-2014			Aquisições	Transferências entre ativos intangíveis	Amortizações do exercício (Nota 22)	Saldo em 31-12-2015		
	Valor Bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor Líquido				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	6,414,111	(3,877,280)	2,536,831	303,990	119,966	(1,293,378)	6,838,067	(5,170,658)	1,667,409
Outros ativos intangíveis	107,677	(107,677)	-	-	-	-	107,677	(107,677)	-
Ativos intangíveis em curso	9,778	-	9,778	119,966	(119,966)	-	9,778	-	9,778
	<b>6,531,566</b>	<b>(3,984,957)</b>	<b>2,546,609</b>	<b>423,956</b>	<b>-</b>	<b>(1,293,378)</b>	<b>6,955,522</b>	<b>(5,278,335)</b>	<b>1,677,187</b>

9. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2016	2015
Comissão de gestão a receber de produtos <i>unit-linked</i>	4,108,250	8,859,177
Prémios em cobrança	6,174,405	6,867,622
Mediadores	126,240	123,728
Devedores por contratos de resseguro	102,869	74,675
Outros	9,074,717	70,292
	<u>19,586,482</u>	<u>15,995,494</u>
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 16)	<u>(30,509)</u>	<u>(30,509)</u>
	<u>19,555,973</u>	<u>15,964,985</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica "Outros" inclui 9.000.000 euros pendentes de receber da Aegon Spain Holding B.V. correspondentes a parte do preço dos 51% do capital social das participadas Aegon Vida e da Aegon Não Vida alienados pela Companhia (Nota 5).

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de balanço.

10. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	2016	2015
<b><u>Ativo</u></b>		
Seguros	14,205	11,340
Rendas e alugueres	-	7,510
	<u>14,205</u>	<u>18,851</u>
<b><u>Passivo</u></b>		
Prémios de desempenho a pagar	545,853	485,803
Rendimentos diferidos	480,064	480,064
Acréscimo de custos para férias e subsídio de férias	212,149	217,372
Acréscimos de custos relativos a comissões	177,416	199,303
Prémio de Permanência	194,515	174,532
Comissões pela prestação de colaterais	97,696	97,696
Juros a liquidar de passivos subordinados	-	-
	<u>1,707,693</u>	<u>1,654,770</u>
Outros acréscimos de custos por natureza:		
- Auditoria, Consultoria e Assessoria Jurídica	213,578	416,332
- Fornecimentos e serviços externos	320,140	410,085
- Contratos de manutenção informática	162,690	111,639
- Outros	163,147	352,755
	<u>859,554</u>	<u>1,290,811</u>
Outros custos a pagar	<u>270,066</u>	<u>24,020</u>
	<u>2,837,314</u>	<u>2,969,601</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Acréscimos de custos relativos a comissões” inclui os montantes de 122.160 euros e 138.045 euros, respetivamente, respeitantes à comissão a pagar a uma empresa do grupo pela gestão dos ativos financeiros da Companhia, a qual é calculada sobre o valor das carteiras no final de cada mês e cobrada mensalmente. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontravam-se por pagar as comissões referentes aos meses de dezembro de 2016 e de 2015, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Prémio de permanência”, corresponde integralmente à avaliação das responsabilidades associadas, tendo por base um estudo atuarial elaborado por uma entidade externa.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da rubrica “Comissões pela prestação de colaterais” corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 26), sendo paga trimestralmente.

**11. PROVISÕES TÉCNICAS**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de provisões técnicas de contratos de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b><u>Seguro Direto</u></b>		
<b><u>Ramo Vida</u></b>		
Provisão matemática		
Financeiros com participação	241,957,877	225,545,855
Mistos	3,560,770	3,963,558
Vida risco	1,275,514	3,696,319
Universal life	1,881,919	1,964,183
Rendas	1,852,983	249,727
	<u>250,529,062</u>	<u>235,419,642</u>
Provisão para prémios não adquiridos	<u>3,704,890</u>	<u>3,899,067</u>
Provisão para participação nos resultados atribuída	<u>555,297</u>	<u>539,546</u>
Provisão para participação nos resultados a atribuir	<u>20,588,257</u>	<u>21,904,788</u>
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	19,432,609	23,781,392
Sinistros não declarados (IBNR)	5,479,326	4,633,086
Custos de gestão de sinistros	443,492	456,557
	<u>25,355,426</u>	<u>28,871,035</u>
	<u>300,732,933</u>	<u>290,634,079</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b><u>Resseguro cedido:</u></b>		
<b><u>Ramo Vida</u></b>		
Provisão matemática	1,128,013	3,540,452
Provisão para prémios não adquiridos	3,673,793	3,881,408
Provisão para sinistros		
Sinistros declarados	17,514,870	21,025,956
	<u>22,316,676</u>	<u>28,447,816</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em julho de 2012 a Companhia celebrou com a Abbey Life Assurance Company Limited (“Ressegurador”) um tratado de resseguro proporcional (“Contrato”), no âmbito do qual ressegurou a totalidade dos riscos de mortalidade e de invalidez associados às apólices em vigor em 30 de junho de 2012 da maioria dos seus produtos do ramo vida risco (“Carteira”). O Contrato produziu efeitos a partir de 1 de abril de 2012.

Nos termos deste contrato, a Companhia recebeu uma comissão de resseguro cedido no montante de 239.600.000 euros, equivalente à estimativa do valor atual dos lucros futuros da carteira ressegurada, os quais já estão deduzidos das comissões de mediação a suportar pela Companhia relativamente aos prémios futuros. Estas comissões são pagas ao Banco Santander Totta, S.A..

É entendimento do Conselho de Administração que, subjacente ao tratado de resseguro estabelecido, existiu uma efetiva e total transferência dos seguintes riscos:

- i) Crédito: a comissão de resseguro recebida não se encontra condicionada pela cobrança dos recibos de prémio aos tomadores de seguro;
- ii) Risco de caída da carteira (risco de cancelamento das apólices ou de não renovação das mesmas): não afeta nem afetará o montante da comissão de resseguro recebida, não existindo qualquer garantia da Companhia a favor do Ressegurador nesse sentido;
- iii) Morte e invalidez permanente: os rácios de sinistralidade reais, se divergentes face ao projetado, não afetarão a comissão de resseguro recebida.

Adicionalmente, a resolução antecipada do tratado de resseguro encontra-se contratualmente prevista apenas nas seguintes situações:

- (i) Alterações do enquadramento legal ou regulamentar que possam resultar na ilegalidade do tratado de resseguro celebrado ou que materialmente impossibilitem a sua execução;
- (ii) Incumprimento das obrigações da Companhia enquanto cedente;
- (iii) Incumprimento das obrigações da Resseguradora.

Por outro lado, os custos estimados de gestão da carteira ressegurada são debitados ao Ressegurador.

Nestas circunstâncias, o Conselho de Administração da Companhia considera que através do Contrato foram transferidos para o Ressegurador a totalidade dos riscos e dos benefícios associados à carteira ressegurada e que a probabilidade de terminação antecipada do Contrato com devolução da referida comissão é remota, pelo que no exercício de 2012 elegeram como política contabilística a adotar o reconhecimento integral da comissão recebida no resultado do exercício, na rubrica “Comissões e participação nos resultados de resseguro”.

Durante os exercícios de 2016 e 2015 a Companhia continuou a registar nas suas demonstrações financeiras os valores resultantes da execução do Contrato. No âmbito do tratado de resseguro de quota-parte, estabelecido entre a Companhia e o Ressegurador, a Companhia regista prémios, custos com sinistros, comissões e variações de provisões de resseguro cedido de montante igual aos correspondentes valores de seguro direto, com exceção dos encargos de gestão debitados ao ressegurador, os quais constituem a remuneração da Companhia pela gestão administrativa das apólices resseguradas. Os montantes registados em resseguro cedido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 têm a seguinte composição:

	2016	2015
Prémios de resseguro cedido, líquidos de estornos	(83,690,116)	(86,402,342)
Encargos de gestão	2,182,076	2,237,559
Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido (Nota 19)	<u>(81,508,040)</u>	<u>(84,164,783)</u>
Varição da provisão matemática de resseguro cedido	(1,362,663)	(3,549,948)
Varição da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido	(209,221)	(21,161)
Custos com sinistros de resseguro cedido	18,087,805	22,456,615
Comissões de resseguro cedido	28,605,791	29,225,547
	<u>(36,386,329)</u>	<u>(36,053,730)</u>

As comissões de resseguro cedido recebidas do Ressegurador são equivalentes às comissões de mediação pagas ao Banco Santander Totta, S.A..



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

exercícios de 2016 e 2015, nos montantes de 29.217 euros e 29.872 euros, respetivamente, foi integralmente distribuída por incorporação na provisão matemática.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a provisão matemática do ramo vida e as provisões para prémios não adquiridos apresentam a seguinte composição:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total	Prémios diferidos	Custos diferidos	Total
Seguro direto						
Provisão matemática						
De seguros de vida	250,763,466	(234,404)	250,529,062	236,213,836	(794,194)	235,419,642
Provisão para prémios não adquiridos						
De seguros de vida	3,704,890	-	3,704,890	3,899,067	-	3,899,067
	<u>254,468,356</u>	<u>(234,404)</u>	<u>254,233,952</u>	<u>240,112,903</u>	<u>(794,194)</u>	<u>239,318,709</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as provisões para sinistros de seguro direto e de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	31-12-2016				31-12-2015			
	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total	Declarados	Não declarados	Custos de gestão de sinistros	Total
De seguro direto								
De seguros de vida								
Temporários	18,999,539	5,479,326	439,733	24,918,597	23,239,045	4,632,108	446,173	28,317,326
Capitais diferidos	356,605	-	1,989	358,593	491,775	-	9,415	501,190
Mistos	36,509	-	845	37,354	44,906	778	861	46,545
Universal Life	2,424	-	56	2,480	2,424	200	46	2,670
Rendas	37,532	-	869	38,401	3,242	-	62	3,304
	<u>19,432,609</u>	<u>5,479,326</u>	<u>443,492</u>	<u>25,355,426</u>	<u>23,781,392</u>	<u>4,633,086</u>	<u>456,557</u>	<u>28,871,035</u>
De seguros não vida	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>19,432,609</u>	<u>5,479,326</u>	<u>443,492</u>	<u>25,355,426</u>	<u>23,781,392</u>	<u>4,633,086</u>	<u>456,557</u>	<u>28,871,035</u>
De resseguro cedido								
De seguros de vida	(17,514,870)	-	-	(17,514,870)	(21,025,956)	-	-	(21,025,956)
	<u>(17,514,870)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17,514,870)</u>	<u>(21,025,956)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21,025,956)</u>
	<u>1,917,739</u>	<u>5,479,326</u>	<u>443,492</u>	<u>7,840,556</u>	<u>2,755,436</u>	<u>4,633,086</u>	<u>456,557</u>	<u>7,845,079</u>

Os reajustamentos verificados nos exercícios de 2016 e 2015 ao nível das provisões para sinistros de seguro direto do ramo vida relativas a sinistros ocorridos em exercícios anteriores foram os seguintes:

	2016			
	Provisão para sinistros em 31-12-2015	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2016 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<u>28,871,035</u>	<u>11,604,122</u>	<u>9,952,174</u>	<u>(7,314,739)</u>

	2015			
	Provisão para sinistros em 31-12-2014	Montantes pagos no exercício (*)	Provisão para sinistros em 31-12-2015 (*)	Reajustamentos
Ramo vida	<u>29,455,761</u>	<u>10,523,712</u>	<u>14,655,946</u>	<u>(4,276,103)</u>

(\*) - Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 2016 e 2015, os custos com sinistros decompõem-se como segue:

	2016				Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	22,500,260	(20,842,571)	(3,363,634)	3,511,086	1,805,141
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	21,900,098	-	(146,182)	-	21,753,916
<b>Total</b>	<b>44,400,358</b>	<b>(20,842,571)</b>	<b>(3,509,815)</b>	<b>3,511,086</b>	<b>23,559,057</b>
	2015				Custos com sinistros, líquidos de resseguro
	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	
Ramo Vida					
Produtos de risco (temporários e rendas)	24,434,961	(19,805,579)	(465,503)	(1,584,343)	2,579,536
Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	20,620,861	-	(119,223)	-	20,501,638
	45,055,822	(19,805,579)	(584,726)	(1,584,343)	23,081,174
Ramo não vida	4,543	-	(4,543)	2,512	2,512
<b>Total</b>	<b>45,060,365</b>	<b>(19,805,579)</b>	<b>(589,269)</b>	<b>(1,581,831)</b>	<b>23,083,686</b>

#### Metodologias e pressupostos aplicados na mensuração de responsabilidades com contratos de seguro

As provisões técnicas constituídas para os contratos do Ramo Vida representam, no seu conjunto, os compromissos assumidos para com os segurados, nos quais se incluem os relativos às participações nos resultados a que os mesmos já adquiriram direito.

As provisões matemáticas foram calculadas utilizando as tábuas de mortalidade PF60/64, GKF80, GRF95 e GRM95 para os seguros em caso de vida e a PM60/64, GKM80 e GKM95 para os seguros em caso de morte. As taxas técnicas de juro (taxas de desconto) foram de 3% e 4%, respetivamente. Para as modalidades sem participação nos resultados a taxa técnica utilizada é a taxa de rendimento garantida do produto. A maioria dos contratos de seguro comercializados pela Companhia respeitam a temporários anuais renováveis.

#### Políticas de gestão de risco de seguro

Em cumprimento do disposto na Norma Regulamentar nº 14/2005-R, de 19 de julho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Companhia implementou os seus Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, no sentido de dar resposta aos principais objetivos neste domínio, nomeadamente:

- Garantia da existência e segurança dos ativos;
- Controlo dos riscos da sua atividade, nomeadamente os riscos biométricos, de crédito, de taxa de juro, de mercado, de liquidez e do risco operacional (o qual compreende, entre outros, os riscos reputacional, legal e de *compliance*);
- O cumprimento das normas prudenciais em vigor;
- A existência de uma completa, fiável e tempestiva informação financeira, em particular no que respeita ao seu registo, conservação e disponibilidade;
- A prestação de informação financeira fiável, completa e tempestiva às autoridades de supervisão;
- Prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades, nomeadamente para efeitos de constituição de passivos técnicos;
- Adequação das operações realizadas às disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, às normas internas, às orientações dos órgãos sociais, às normas e aos usos profissionais e deontológicos e outras regras relevantes para a Companhia; e
- A prevenção do envolvimento da Companhia em operações relacionadas com branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Os riscos específicos de seguros de vida que influenciam a evolução dos passivos técnicos encontram-se divididos em:

- Risco de Mortalidade / Longevidade: risco de alteração no valor do passivo atribuível à flutuação dos compromissos, positiva ou negativamente, em relação às estimativas de probabilidade de falecimento / sobrevivência das pessoas seguras. O risco de mortalidade deve ser observado não só nos seguros de risco em caso de morte, mas também nos produtos cujas responsabilidades são incrementadas sempre que se verifica um decréscimo na mortalidade. O risco de sobrevivência encontra-se fundamentalmente ligado aos seguros de rendas e não inclui qualquer componente de catástrofe;
- Risco de Morbidez e Invalidez: risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à flutuação dos compromissos assumidos com as pessoas seguras relativamente ao risco de morbidez e invalidez;
- Risco de Comportamento: é o risco de alterações no valor das responsabilidades atribuíveis à variação nos compromissos assumidos, tais como: direito de resgate por parte dos tomadores de seguro, ocorrência de entregas extraordinárias não programadas ou redução de contratos;
- Risco de Gastos: risco de alterações no valor das responsabilidades associadas à flutuação ou desvios negativos nos gastos previstos, relativamente aos encargos definidos na base técnica de um produto;
- Risco Catastrófico: risco de perdas atribuíveis à variabilidade das responsabilidades da Companhia, provocada pela ocorrência de eventos catastróficos.

O risco de seguro corresponde à probabilidade de o evento seguro ocorrer, determinando a necessidade de se proceder a um pagamento relativo ao sinistro, de montante incerto.

Concentrações de risco de seguro

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os capitais seguros em função da natureza do risco seguro, apresentam a seguinte composição:

	2016		2015	
	Risco de mortalidade	Risco de invalidez	Risco de mortalidade	Risco de invalidez
<b>Capital seguro</b>				
Ramo vida				
Temporários e Rendas				
Crédito Habitação	8,392,547,229	8,219,529,434	9,521,892,653	9,336,097,099
Coletivos	1,007,734,049	510,151,886	2,855,322,215	2,840,388,500
Plano Proteção	2,554,271,397	2,541,806,280	1,040,531,462	535,760,796
Crédito ao Consumo	333,164,458	32,990,623	463,163,953	83,723,073
Outros	56,200,727	26,355,749	60,110,051	28,276,031
	<u>12,343,917,860</u>	<u>11,330,833,972</u>	<u>13,941,020,334</u>	<u>12,824,245,499</u>

Na sequência da transferência da sua carteira não vida em 2014, a Companhia não tem riscos seguros do ramo acidentes pessoais em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A Companhia não efetuou qualquer análise de sensibilidade à taxa técnica de juro, pelo facto de a grande maioria dos contratos de seguro serem temporários anuais renováveis.

No que diz respeito a resseguradores, a Companhia trabalha fundamentalmente com seis: Abbey Life, Genworth, General Cologne Re, Munich Re, RGA Re e AXA Re. Os *ratings* dos maiores grupos resseguradores em 31 de dezembro de 2016 são os que constam da tabela seguinte:

Ratings dos Grupos Resseguradores

Abbey Life Insurance Company Limited	A+
Gen Re	AA+
Genworth	A-
Munich Reinsurance Co.	AA-
RGA Insurance Company	AA-
AXA France Vie / AXA France IARD	A+

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)Informação qualitativa sobre a adequação dos prémios cobrados e respetivas provisões técnicas associadas a contratos de seguro

A Companhia tem como objetivo a definição de prémios que, tendo por base os riscos assumidos, proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com sinistros e com capital. O *pricing* dos produtos é testado regularmente com base em indicadores de desempenho e técnicas estatísticas.

As provisões técnicas associadas a contratos de seguro que a Companhia tem constituídas em balanço correspondem aos valores que entende serem suficientes para fazer face às responsabilidades assumidas com os segurados.

A análise da adequação das provisões e prémios é efetuada anualmente pelos Serviços da Companhia.

Além disso, a Companhia tem implementada uma política de subscrição de riscos (*underwriting*) que se tem demonstrado adequada. Finalmente, a política de resseguro cedido adotada tem em conta as políticas de tarifação e subscrição de riscos.

Custos com sinistros e rácios de sinistralidade associados a contratos de seguro

Os rácios de sinistralidade (sem considerar custos imputados) são reveladores do efeito das políticas descritas no ponto anterior. As despesas de aquisição (sem considerar custos imputados) dizem respeito essencialmente às comissões pagas ao Banco Santander Totta.

O rácio combinado, resultante da soma dos rácios de sinistralidade e de despesas de aquisição, permanece a um nível adequado.

	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008
Rácio de sinistralidade	21.13%	26.19%	19.89%	20.18%	20.44%	17.87%	20.31%	19.09%	21.06%
Rácio de despesas de aquisição	33.91%	34.57%	26.68%	39.99%	36.77%	46.75%	49.25%	54.90%	59.68%
Rácio combinado	55.04%	60.76%	46.57%	60.17%	57.21%	64.62%	69.56%	73.98%	80.74%

**12. PASSIVOS POR CONTRATOS DE INVESTIMENTO**

O movimento ocorrido nos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016					
	Montante gerido em 31-12-2015	Montantes		Reclassificações	Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2016
		Entradas	Saídas			
Passivos por contratos de investimento						
Valorizados ao justo valor						
Excluindo PPR	2,523,191,028	302,288,276	(819,879,034)	-	(7,204,653)	1,998,395,617
PPR	142,490,346	5,777,102	(12,856,397)	11,122,307	3,173,900	149,707,258
	<u>2,665,681,374</u>	<u>308,065,378</u>	<u>(832,735,431)</u>	<u>11,122,307</u>	<u>(4,030,752)</u>	<u>2,148,102,875</u>
Valorizados ao custo amortizado						
Excluindo PPR	20,844,122	1,939,647	(2,139,338)	-	(1,499,056)	19,145,374
PPR	11,345,039	-	(415,589)	(11,122,307)	192,857	-
	<u>32,189,161</u>	<u>1,939,647</u>	<u>(2,554,928)</u>	<u>(11,122,307)</u>	<u>(1,306,199)</u>	<u>19,145,374</u>
	<u>2,697,870,535</u>	<u>310,005,024</u>	<u>(835,290,358)</u>	<u>-</u>	<u>(5,336,952)</u>	<u>2,167,248,250</u>
	2015					
	Montante gerido em 31-12-2014	Montantes		Reclassificações	Variações de ganhos e perdas	Montante gerido em 31-12-2015
		Entradas	Saídas			
Passivos por contratos de investimento						
Valorizados ao justo valor						
Excluindo PPR	3,296,083,328	20,053,588	(783,915,124)	-	(9,030,764)	2,523,191,028
PPR	107,324,924	37,463,327	(19,068,791)	17,821,969	(1,051,083)	142,490,346
	<u>3,403,408,252</u>	<u>57,516,915</u>	<u>(802,983,915)</u>	<u>17,821,969</u>	<u>(10,081,847)</u>	<u>2,665,681,374</u>
Valorizados ao custo amortizado						
Excluindo PPR	20,065,369	2,410,324	(1,896,999)	-	265,428	20,844,122
PPR	29,539,236	-	(766,922)	(17,821,969)	394,694	11,345,039
	<u>49,604,605</u>	<u>2,410,324</u>	<u>(2,663,921)</u>	<u>(17,821,969)</u>	<u>660,122</u>	<u>32,189,161</u>
	<u>3,453,012,857</u>	<u>59,927,239</u>	<u>(805,647,836)</u>	<u>-</u>	<u>(9,421,725)</u>	<u>2,697,870,535</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

As variações em ganhos e perdas dos passivos por contratos de investimento nos exercícios de 2016 e 2015 encontram-se detalhadas na Nota 27.

No exercício de 2015, as entradas registadas na categoria “Valorizados ao justo valor” incluem as transferências para contratos de investimento no montante total de 31.663.199 euros (Nota 11).

Os passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas dizem exclusivamente respeito a produtos *unit-linked* (Nota 2.3.b)). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não garantia nem o capital investido nem qualquer remuneração mínima nesses produtos, sendo o risco de investimento integralmente suportado pelos tomadores de seguro.

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de outros passivos financeiros apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Passivos subordinados	-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	214,145	646,012
Outros passivos financeiros		
Prestações acessórias	31,657,500	55,662,523
Prestações acessórias – Pendentes de liquidação	402,085	348,287
Comissão de gestão a pagar (produtos <i>unit-linked</i> )	5,194,874	8,859,163
Descobertos em depósitos à ordem (produtos <i>unit-linked</i> )	2,317,988	4,753,514
Instrumentos financeiros derivados (produtos <i>unit-linked</i> )	594,819	1,275,660
Outros	2,217	4,918
	<u>40,169,482</u>	<u>70,904,065</u>
	<u>40,383,627</u>	<u>71,550,077</u>

Prestações acessórias

A Companhia deteve até 2015 um conjunto de produtos *unit-linked* sob gestão que se desvalorizaram durante o exercício de 2008 em resultado da situação dos mercados, tendo havido alguns particularmente afetados.

Conforme referido na alínea d) da Nota 2.3., a Companhia recebeu do acionista único 85.000.000 euros em prestações acessórias (que podiam ir até ao montante máximo de 100.000.000 euros). A Companhia utilizou um montante de 81.580.950 euros na aquisição de três obrigações com cupões variáveis, CXGD Float 09/49, CXGD Float 06/49 e BPI Cap Fin Float 49. Adicionalmente, para cada obrigação, contratou um *swap* de taxa de juro em que pagou juro variável e recebeu fixo. Em junho de 2014, a Companhia trocou as obrigações do BPI Capital Finance por 12.175.325 ações do Banco BPI, S.A., tendo alienado ao Banco Santander Totta, S.A. os títulos recebidos pelo montante de 21.501.622 euros. Em 31 de dezembro de 2015, este montante em conjunto com o valor remanescente das prestações acessórias estava aplicado em depósitos cujo valor ascendia a 22.358.310 euros. O rendimento destes investimentos esteve até julho de 2015, a ser atribuído às carteiras dos produtos *unit-linked* particularmente afetados em 2008 pela desvalorização dos mercados, de forma a compensar os subscritores desses produtos.

A Companhia reembolsará o acionista único pela totalidade da parte do valor nominal correspondente das prestações acessórias, se o valor de venda dessas obrigações for superior ao valor nominal da parte das prestações acessórias a amortizar. Na medida em que não o seja, reembolsará o acionista único somente pelo valor nominal das prestações acessórias a amortizar deduzido das menos-valias realizadas na venda dessas obrigações. Em maio de 2016, a Companhia procedeu ao reembolso parcial no valor de 22.010.024 euros, das prestações acessórias recebidas do acionista único.

A Companhia decidiu utilizar a opção concedida na Norma IAS 39 (Nota 2.3.a) i)), tendo classificado de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial as obrigações, *swaps*, depósitos e prestações acessórias ao justo valor através de ganhos e perdas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento nas prestações acessórias pode ser resumido como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Prestações acessórias obtidas	85,000,000	85,000,000
Menos-valias nas obrigações	(31,332,476)	(29,337,477)
Mais-valias nos sw aps	-	-
Prestações acessórias devolvidas	<u>(22,010,024)</u>	-
Prestações acessórias exigíveis	<u>31,657,500</u>	<u>55,662,523</u>
Prestações acessórias - Pendentes de liquidação	<u>402,085</u>	<u>348,287</u>
	<u><u>32,059,585</u></u>	<u><u>56,010,810</u></u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os instrumentos financeiros relacionados com as prestações acessórias apresentam a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Títulos de dívida	31,657,500	33,652,500
Instrumentos financeiros derivados	-	-
Depósitos a prazo	-	22,182,581
Depósitos à ordem	<u>402,085</u>	<u>175,729</u>
	<u><u>32,059,585</u></u>	<u><u>56,010,810</u></u>

Os restantes 'Outros passivos financeiros', resultantes igualmente do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de balanço.

#### 14. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Comissões a pagar	11,962,961	13,002,087
Tomadores de seguro	528,878	633,409
Contas a pagar por operações de resseguro	6,682,318	5,259,320
Contas a pagar por outras operações		
Resgates pendentes de liquidação	2,156,951	2,810,624
Outros credores	411,446	338,782
Outros fornecedores	<u>172,684</u>	<u>158,408</u>
	<u><u>21,915,238</u></u>	<u><u>22,202,630</u></u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica "Comissões a pagar" refere-se a comissões a pagar pela Companhia ao Banco Santander Totta pela angariação de apólices. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 encontravam-se por pagar as comissões relativas ao 4º trimestre de 2016 e ao 4º trimestre de 2015, respetivamente, as quais foram regularizadas em 2017 e em 2016.

Os montantes acima referidos, resultantes do decurso normal das atividades da Companhia, transformar-se-ão em liquidez num período de curto prazo, considerando-se por isso como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de balanço.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E OUTROS IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são os seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Ativos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	10,930,441
	<u>-</u>	<u>10,930,441</u>
<u>Passivos por impostos correntes</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(2,860,158)	-
Outros impostos a pagar	(1,518,626)	(2,638,532)
	<u>(4,378,784)</u>	<u>(2,638,532)</u>
<b>Total de impostos correntes</b>	<b><u>(4,378,784)</u></b>	<b><u>8,291,909</u></b>
<u>Ativos por impostos diferidos</u>	<u>4,514,433</u>	<u>5,089,460</u>
<u>Passivos por impostos diferidos</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total de impostos diferidos</b>	<b><u>4,514,433</u></b>	<b><u>5,089,460</u></b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos de ativos e passivos por impostos correntes detalham-se como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Imposto sobre o rendimento</u>		
Coleta	(2,321,614)	-
Derrama municipal e estadual	(523,665)	-
Tributações autónomas	(90,000)	(181,164)
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	-	4,324,193
Pagamentos por conta	75,121	6,787,412
Imposto sobre o rendimento (a pagar) / a recuperar	<u>(2,860,158)</u>	<u>10,930,441</u>
<u>Outros impostos</u>		
Retenções na fonte efetuadas a terceiros	(1,043,190)	(2,221,695)
Outros impostos e taxas	(436,077)	(385,420)
Contribuições para a segurança social	(39,359)	(31,417)
	<u>(1,518,626)</u>	<u>(2,638,532)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos nos exercícios de 2016 e 2015 foi o seguinte:

	2016			Saldo em 31-12-2016
	Variação em			
	Saldo em 31-12-2015	Capital Próprio	Resultados	
<b>Impostos diferidos</b>				
De ativos financeiros disponíveis para venda:				
Fundos de investimento Mobiliário - Livres	-	-	-	-
Fundos de investimento Mobiliário - Vida sem participação	-	-	-	-
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(378,197)	175,784	-	(202,413)
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	1,781,609	-	(751,011)	1,030,598
Incentivos de longo prazo	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	3,686,048	-	-	3,686,048
Menos valias e imparidades não aceites	-	-	-	-
	<u>5,089,460</u>	<u>175,784</u>	<u>(751,011)</u>	<u>4,514,233</u>
<b>Impostos correntes - ADV - VIDA com participação</b>				
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	29,429	(29,429)	-
	<u>5,089,460</u>	<u>205,213</u>	<u>(780,440)</u>	<u>4,514,233</u>
	2015			Saldo em 31-12-2015
	Variação em			
	Saldo em 31-12-2014	Capital Próprio	Resultados	
<b>Impostos diferidos</b>				
De ativos financeiros disponíveis para venda:				
Fundos de investimento Mobiliário - Livres	(84,392)	84,392	-	-
Fundos de investimento Mobiliário - Vida sem participação	(125,793)	125,793	-	-
Valor de Mercado - Obrigações vida sem participação	(492,311)	114,114	-	(378,197)
Provisões temporariamente não aceites como custo fiscal	5,835,706	-	(4,054,097)	1,781,609
Incentivos de longo prazo	56,593	-	(56,593)	-
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	3,686,048	3,686,048
Menos valias e imparidades não aceites	1,637,189	-	(1,637,189)	-
	<u>6,826,992</u>	<u>324,299</u>	<u>(2,061,831)</u>	<u>5,089,460</u>
<b>Impostos correntes - ADV - VIDA com participação</b>				
Variação RJV líquida de PPRA - Obrigações vida com participação	-	63,130	(63,130)	-
	<u>6,826,992</u>	<u>387,429</u>	<u>(2,124,961)</u>	<u>5,089,460</u>

Os gastos com impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o resultado antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2016	2015
Impostos correntes	2,393,878	181,164
Impostos diferidos	779,041	2,124,961
Total de impostos em ganhos e perdas	<u>3,172,919</u>	<u>2,306,125</u>
Resultado antes de impostos	<u>15,046,151</u>	<u>6,685,331</u>
Taxa efetiva de imposto	<u>21.09%</u>	<u>34.50%</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser demonstrada como segue:

	2016		2015	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		15,046,151		6,685,331
Imposto apurado com base na taxa nominal	25.00%	3,761,538	21.00%	1,403,920
Tributações autónomas	0.60%	90,000	2.71%	181,164
Outras diferenças permanentes	1.15%	(172,900)	1.09%	72,666
Diferença entre a taxa nominal de imposto corrente e a taxa de imposto diferido nas dotações e reduções de "Outras provisões"	0.33%	(48,960)	6.45%	431,480
Diferença entre a taxa nominal de imposto corrente e a taxa de imposto diferido sobre imparidades e provisões não aceites			1.94%	174,169
Excesso estimativa IRC anos anteriores	3.60%	(541,401)	0.00%	-
Outros	0.56%	84,642	0.64%	42,727
Carga de imposto sobre o rendimento do período	21.09%	3,172,919	34.50%	2,306,126

No exercício de 2016 a taxa agregada de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) corresponde a 25%, a qual inclui a taxa nominal de imposto, derrama municipal e a derrama estadual (2015: 21%, incluindo apenas a taxa nominal de imposto, em resultado do prejuízo fiscal apurado). No respeitante à derrama estadual apurada para o exercício de 2016, a mesma foi determinada nos termos da Lei nº 2/2014, de 16 de janeiro, relativa à reforma do Código de IRC, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro tributável superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros, e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor (Nota 2.11.).

No exercício de 2015, a Companhia apurou um prejuízo fiscal no montante de 17.552.611 euros, tendo registado os correspondentes ativos por impostos diferidos, à taxa de 21%, no montante de 3.686.048 euros, os quais serão parcialmente utilizados no exercício de 2016.

Em resultado da inspeção tributária aos exercícios de 2006 e 2007, a Companhia recebeu liquidações adicionais de IRC nos montantes de 430.891 euros e 89.451 euros, respetivamente. Por não concordar com o entendimento preconizado pelas Autoridades Fiscais a Companhia decidiu proceder à impugnação judicial destas liquidações e à prestação das correspondentes garantias de 325.524 euros e 84.444 euros, tendo liquidado o remanescente. Estes montantes encontravam-se integralmente provisionados em 31 de dezembro de 2012. Em 2013, ao abrigo do Regime Excepcional de Regularização de Dívidas (DL nº 151-A/2013 de 31/10) a Companhia procedeu à liquidação daqueles montantes e efetuou o levantamento das garantias bancárias prestadas, mantendo-se no entanto a decorrer o processo judicial.

As Autoridades Fiscais têm normalmente a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (ou durante o período de reporte dos prejuízos fiscais quando superior), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios suscetíveis de serem objeto de inspeção seja significativa para as demonstrações financeiras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)16. OUTRAS PROVISÕES E AJUSTAMENTOS A CONTAS DO ATIVO

Nos exercícios de 2016 e 2015, o movimento nas rubricas de “Outras provisões” e “Ajustamentos a contas do ativo” foi o seguinte:

	2016				Saldos em 31-12-2016
	Saldos em 31-12-2015	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	30,509	-	-	-	30,509
	<u>30,509</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30,509</u>
Outras provisões	7,591,128	300,000	(4,817)	(3,505,000)	4,381,311
	<u>7,621,637</u>	<u>300,000</u>	<u>(4,817)</u>	<u>(3,505,000)</u>	<u>4,411,820</u>

	2015				Saldos em 31-12-2015
	Saldos em 31-12-2014	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos em 31-12-2015	
Ajustamentos de recibos por cobrar de outros tomadores de seguros (Nota 9)	30,509	-	-	-	30,509
	<u>30,509</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>30,509</u>
Outras provisões	24,864,390	(21,783)	(17,251,479)		7,591,128
	<u>24,894,899</u>	<u>(21,783)</u>	<u>(17,251,479)</u>		<u>7,621,637</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outras provisões” destina-se a fazer face a contingências legais, fiscais e outras, resultantes da atividade da Companhia. Adicionalmente, o saldo desta rubrica inclui as provisões necessárias para fazer face às responsabilidades relacionadas com o tratado de resseguro celebrado em julho de 2012 com a Abbey Life Assurance Company Limited, e ainda quaisquer outros encargos relacionados com a carteira ressegurada e que possam não ser recuperáveis junto do ressegurador, nomeadamente participações nos resultados de seguro direto. Em 2016, a Companhia utilizou 3.500.000 euros desta provisão para fazer face a um pagamento decorrente da reclamação recebida da Canada Life Assurance Company Limited, na qualidade de retrocessionária do tratado.

Em 31 de dezembro de 2014, esta rubrica incluía ainda um montante de 18.580.000 euros destinado a fazer face a encargos prováveis com a diferença entre os rendimentos indicativos comunicados aos clientes e o valor gerado pelas carteiras afetas, relativamente a um conjunto de produtos ainda não vencidos. Durante o ano de 2015 ocorreu o vencimento destes produtos, tendo a Companhia utilizado para esta finalidade um montante de 17.251.479 euros.

As provisões registadas na rubrica “Outras provisões” são mensuradas ao valor presente. Face ao montante das mesmas, não é expectável que o efeito do desconto financeiro das mesmas seja um montante relevante.

17. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Companhia é detido em 100% pela Santander Totta – SGPS, S.A., estando representado por 47.250.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

A política de gestão de capital da Companhia é efetuada em conformidade com as disposições regulamentares e prudenciais da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A Companhia monitoriza os requisitos de capital numa base regular, acompanhando as alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Tem por objetivo a manutenção de rácios de solvabilidade fortes e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável.

Durante o decorrer do ano de 2016 a Companhia desenvolveu o processo respeitante à implementação do regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei nº 147/2015, de 9 de Setembro.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2016. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2016 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de maio de 2017.

18. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2016	2015
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	23,468,998	25,574,114
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(19,908,443)	(21,145,414)
	<u>3,560,555</u>	<u>4,428,700</u>
Reservas por impostos		
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(836,730)	(1,040,744)
	<u>32,800,508</u>	<u>32,362,588</u>
Reserva legal		
	<u>10,163</u>	<u>-</u>
Outras reservas		
Resultados transitados	<u>68,548,005</u>	<u>68,548,005</u>

Nos termos do artigo 62º do Regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (Anexo I da Lei 147/2015 de 9 de Setembro), um montante não inferior a 10% do resultado líquido do exercício é destinado à formação da reserva legal, até à concorrência do capital social.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o apuramento dos resultados básicos por ação pode ser apresentado como segue:

	2016	2015
Resultado líquido do período	11,873,232	4,379,206
Número médio de ações em circulação no período (Nota 17)	47,250,000	47,250,000
Resultados básicos por ação	<u>0.25</u>	<u>0.09</u>

A Companhia apresenta a divulgação acima, do resultado básico por ação, de acordo com os princípios da IAS 33, apesar da referida divulgação não ser obrigatória.

Os resultados por ação diluídos são iguais aos resultados por ação básicos, uma vez que não existem ações ordinárias contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, *warrants* ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)19. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2016 e 2015, os prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2016			2015		
	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Vida						
Prémios brutos emitidos						
- Produtos de risco	87,096,064	(84,183,499)	2,912,565	89,032,702	(86,169,060)	2,863,642
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	33,799,537	-	33,799,537	25,386,343	-	25,386,343
	<u>120,895,601</u>	<u>(84,183,499)</u>	<u>36,712,102</u>	<u>114,419,045</u>	<u>(86,169,060)</u>	<u>28,249,985</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)						
- Produtos de risco	194,177	(207,616)	(13,439)	2,142	(10,474)	(8,332)
- Produtos financeiros com participação discricionária nos resultados e universal life	-	-	-	-	-	-
	<u>194,177</u>	<u>(207,616)</u>	<u>(13,439)</u>	<u>2,142</u>	<u>(10,474)</u>	<u>(8,332)</u>
	<u>121,089,778</u>	<u>(84,391,115)</u>	<u>36,698,663</u>	<u>114,421,188</u>	<u>(86,179,534)</u>	<u>28,241,654</u>

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “Prémios brutos emitidos – Resseguro cedido”, inclui os prémios registados no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life (Nota 11), nos montantes de 81.508.040 euros e de 84.164.783 euros respetivamente.

Nos exercícios de 2016 e 2015, os prémios brutos emitidos de contratos de seguro direto do Ramo Vida, podem ser caracterizados da seguinte forma:

	2016	2015
Prémios brutos emitidos de seguro direto		
Relativos a contratos individuais	57,054,897	47,045,184
Relativos a contratos de grupo	63,840,704	67,373,861
	<u>120,895,601</u>	<u>114,419,045</u>
Periódicos	106,181,969	106,871,732
Não periódicos	14,713,632	7,547,312
	<u>120,895,601</u>	<u>114,419,045</u>
De contratos sem participação nos resultados	85,943,017	87,824,813
De contratos com participação nos resultados	34,952,584	26,594,232
	<u>120,895,601</u>	<u>114,419,045</u>

20. COMISSÕES RECEBIDAS

Nos exercícios de 2016 e 2015, as comissões relativas a contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Contratos de Investimento		
Sem participação nos resultados		
Seguro Poupança Jovem Sub-18	6,401	6,860
	<u>6,401</u>	<u>6,860</u>
Unit-linked		
Poupança Rendimento Vida	19,907,606	20,449,395
Seguro Investimento	4,307,749	5,194,616
Super Rendimento Seguro	1,225,798	3,304,680
Seguro Poupança Segura PPR	1,241,477	1,224,026
Fundos Santander	127,845	11,420
	<u>26,810,475</u>	<u>30,184,137</u>
	<u>26,816,876</u>	<u>30,190,997</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

As comissões relativas a produtos *unit-linked* recebidas pela Companhia têm a seguinte natureza: (i) Comissões de gestão, calculadas diariamente sobre o montante dos ativos sob gestão; (ii) Comissões sobre resgates, que são calculadas no momento do resgate de acordo com as condições gerais dos produtos, e (iii) Comissões *upfront*, cobradas na data de subscrição relativamente a alguns produtos, apresentando a seguinte composição:

	2016	2015
<i>Comissões Unit-linked</i>		
Comissões de gestão	22,006,783	28,938,006
Comissões de resgate	650,343	978,042
Comissões upfront	4,153,349	268,089
	<u>26,810,475</u>	<u>30,184,137</u>

21. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

A composição destas rubricas é a seguinte:

	2016	2015
Custos de aquisição		
De contratos de seguro		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	30,352,466	30,805,419
Custos imputados (Nota 22)	1,232,996	1,267,652
Outros custos de aquisição	71,176	33,677
De contratos de investimento		
Remunerações e mediações pagas ao Grupo	20,178,883	21,773,071
Custos imputados (Nota 22)	850,461	900,231
	<u>52,685,983</u>	<u>54,780,050</u>
Varição dos custos de aquisição diferidos (Nota 11)	<u>559,790</u>	<u>1,457,381</u>
Gastos administrativos (Nota 22)	<u>3,396,339</u>	<u>3,695,870</u>
Comissões e participação nos resultados de resseguro		
Comissões do ramo vida	(29,451,333)	(29,833,485)
Participação nos resultados do ramo vida	-	64,944
Varição dos custos de aquisição diferidos (Nota 11)	(267,000)	(606,532)
	<u>(29,718,333)</u>	<u>(30,375,073)</u>
	<u>26,923,779</u>	<u>29,558,228</u>

Em 2016 e 2015, foram registadas na rubrica “Comissões do ramo vida” as comissões recebidas no âmbito do tratado de resseguro celebrado com a Abbey Life Assurance Company Limited, nos montantes de 28.605.791 euros e 29.225.547 euros, respetivamente (Nota 11).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)22. GASTOS DIVERSOS POR NATUREZA

Nos exercícios de 2016 e 2015, os gastos incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição, atendendo à sua natureza:

	2016	2015
Gastos com o pessoal (Nota 23)	2,148,499	2,362,826
Fornecimentos e serviços externos:		
Gastos com informática	1,148,005	1,147,966
Consultoria e assessoria	774,569	852,444
Comunicações	155,920	133,451
Rendas e alugueres (Nota 31)	90,552	101,033
Gastos com trabalho independente	40,673	50,068
Quotizações	58,169	36,047
Arquivo	19,355	34,641
Deslocações e estadas	10,746	26,280
Impressos	9,760	8,116
Material de escritório	3,426	3,965
Trabalhos especializados	8,252	3,203
Outros	39,311	32,614
	<u>2,358,739</u>	<u>2,429,828</u>
Encargos com comissões por serviços bancários	<u>2,197,941</u>	<u>2,644,665</u>
Amortizações e depreciações do exercício (Notas 7 e 8)		
Ativos tangíveis	1,346,141	1,293,378
Ativos intangíveis	56,771	49,196
	<u>1,402,912</u>	<u>1,342,574</u>
Impostos e taxas	<u>208,786</u>	<u>69,979</u>
Juros suportados de depósitos de resseguradores	<u>457</u>	<u>1,953</u>
	<u>8,317,334</u>	<u>8,851,825</u>
<u>Matriz de imputação de custos</u>		
	2016	2015
Custos administrativos (Nota 21)	3,396,339	3,695,870
Custos de aquisição (Nota 21)	2,083,458	2,167,883
Custos com investimentos (Nota 26)	1,910,719	2,088,848
Custos com sinistros	926,819	899,224
	<u>8,317,334</u>	<u>8,851,825</u>

Nos exercícios de 2016 e 2015, parte dos saldos das rubricas “Gastos com informática” e “Consultoria e assessoria” dizem respeito à prestação de serviços informáticos, faturados por entidades do Grupo Santander, nos montantes de 882.960 euros e 924.487 euros, respetivamente (Nota 31).

A rubrica “Impostos e taxas” diz respeito essencialmente à taxa para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)23. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas de gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Remunerações		
Dos órgãos sociais	390,301	468,820
Do pessoal	1,339,815	1,272,461
	<u>1,730,116</u>	<u>1,741,281</u>
Encargos sobre remunerações	<u>321,895</u>	<u>317,203</u>
Benefícios pós-emprego (Nota 24)	20,078	29,781
Outros benefícios a longo prazo	20,638	6,536
Outros gastos com pessoal	55,773	268,025
	<u>2,148,499</u>	<u>2,362,826</u>

A rubrica “Remunerações – Dos órgãos sociais” inclui a remuneração anual fixa e variável dos membros do Conselho de Administração e a remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal.

A rubrica “Remunerações – Do pessoal” inclui os acréscimos de custos relativos aos prémios de desempenho dos colaboradores, relativos aos exercícios de 2016 e 2015 e a pagar em 2017 e 2016, nos montantes de 203.215 euros e 188.564 euros, respetivamente.

No exercício de 2015, a rubrica “Outros gastos com pessoal” inclui uma indemnização no valor de 205.000 euros referente a uma compensação pela cessação do contrato de trabalho de um colaborador.

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o setor segurador, cuja entrada em vigor ocorreu em 15 de janeiro de 2012, os trabalhadores que completarem um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terão direito, verificado um conjunto de condições, a um prémio pecuniário (prémio de permanência) de montante equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer. Os custos com a dotação da provisão registada para esta finalidade são registados na rubrica “Outros benefícios a longo prazo”.

O número de trabalhadores ao serviço da Companhia nos exercícios de 2016 e 2015, por categoria profissional, foi o seguinte:

	2016	2015
Dirigentes executivos	4	1
Quadros superiores	3	4
Quadros médios	8	8
Profissionais altamente qualificados	11	11
Profissionais qualificados	10	10
	<u>36</u>	<u>34</u>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de trabalhadores com vínculo contratual ascendia a 41 e 36, respetivamente.

Remuneração dos Órgãos Sociais

No cumprimento do definido no art.º 3 da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, presta-se informação relativamente às remunerações recebidas em 2016, em milhares de euros, pelos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

As remunerações fixas e variáveis no ano de 2016, em termos agregados no conjunto dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foram respetivamente de 240 milhares de euros para as fixas e de 150 milhares de euros para as variáveis.

As remunerações fixas têm a seguinte composição:

#### Conselho de Administração

Nome	Remuneração fixa
Eduardo Alves da Silva	107
Jorge Filipe Alves Gaspar	50
Manuela Vieira Marinho	33
Nuno Miguel Frias Costa	12
Pedro Brandão Melo Castro	5
	<u>208</u>

#### Conselho Fiscal

Nome	Remuneração fixa
José Duarte Assunção Dias	14
António Baia Engana	9
Maria Manuela Lourenço	9
	<u>32</u>

A remuneração anual variável referente ao exercício de 2016, em milhares de euros, é a que consta dos quadros seguintes:

Nome	Prémio de desempenho de 2016	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações retida por um ano
Eduardo Alves da Silva	-	-
Jorge Filipe Alves Gaspar	20	19
Manuela Vieira Marinho	12	12
Pedro Brandão Melo Castro	45	-
	<u>77</u>	<u>31</u>

A remuneração variável paga em parcela de ações corresponde a 6.189 ações do Banco Santander, S.A., ao valor por ação de 5,039 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

A remuneração variável diferida referente ao exercício de 2016, em milhares de euros, é a que consta do quadro seguinte por ano de entrega:

Nome	Prémio de desempenho de 2016					
	Parcela Pecuniária			Parcela de ações (em número)		
	2018	2019	2020	2018	2019	2020
Eduardo Alves da Silva	-	-	-	-	-	-
Jorge Filipe Alves Gaspar	4	4	4	851	851	851
Manuela Vieira Marinho	3	3	3	524	524	524
Pedro Brandão Melo Castro	-	-	-	-	-	-
	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>1 375</u>	<u>1 375</u>	<u>1 375</u>

Na presente data encontram-se diferidos dois terços da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2015, tendo sido pago um terço dessa remuneração, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2015 entregue em Fevereiro 2017		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Eduardo Alves da Silva	1	14	17
	<u>1</u>	<u>14</u>	<u>17</u>

O valor das ações corresponde a 3.418 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 5,039 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Nome	Prémio de desempenho de 2015			
	2018		2019	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)	Parcela Pecuniária	Parcela de ações
Eduardo Alves da Silva	14	3 418	14	3 418
	<u>14</u>	<u>3 418</u>	<u>14</u>	<u>3 418</u>

Na presente data encontram-se diferidos um terço da remuneração variável diferida referente ao exercício de 2014, tendo sido pago um terço dessa remuneração, em milhares de euros, conforme consta do quadro seguinte:

Nome	Prémio de desempenho de 2014 entregue em Fevereiro 2017		
	Juros e Dividendos	Parcela Pecuniária	Parcela Ações
Eduardo Alves da Silva	1	17	14
	<u>1</u>	<u>17</u>	<u>14</u>

O valor das ações corresponde a 2.764 ações do Banco Santander S.A., ao valor por ação de 5,039 euros, por ser este o valor de mercado (cotação em bolsa) na data da respetiva atribuição.

Nome	Prémio de desempenho de 2014	
	2018	
	Parcela Pecuniária	Parcela de ações (em número)
Eduardo Alves da Silva	17	2 763
	<u>17</u>	<u>2 763</u>

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - consultoria e assessoria. Os respetivos honorários ascenderam a 140.991 Euros (2015: 120.150 Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia, serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial exigidos ao Revisor Oficial de Contas (no montante de 120.697 Euros, dos quais 90.522 Euros foram faturados em 2016) e ainda o serviço de certificação da informação de abertura respeitante ao primeiro ano de aplicação da Diretiva de Solvência II (20.295 Euros, valor totalmente faturado em 2016), trabalho exigido ao Revisor Oficial de Contas.

#### 24. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

No âmbito do contrato coletivo de trabalho para a atividade seguradora, publicado em 15 de janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiam de um plano individual de reforma ("PIR").

Em conformidade com as regras previstas no CCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Assim, tal como previsto no Anexo V do CCT, a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do empregado:

Ano civil	Contribuição PIR
2014	2,50%
2015 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, conforme disposto na cláusula 58.<sup>a</sup>-A, n.º1, do CCT, aditada em 8 de dezembro de 2014, no decorrer do exercício de 2015 a Companhia efetuou uma contribuição extraordinária para o PIR dos trabalhadores, de valor correspondente a 1,25% do respetivo ordenado base anual auferido no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

A Companhia tem igualmente a responsabilidade de definir o produto em que se materializa o plano individual de reforma, que deve prever garantia de capital e é ainda responsável pela definição das regras e procedimentos necessários à implementação e gestão desse mesmo produto.

Durante os exercícios de 2016 e 2015, a Companhia efetuou contribuições para os planos individuais de reforma nos montantes de 20.078 euros e 29.781 euros em cada ano (Nota 23), respetivamente.

25. RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	2016				2015			
	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total	Juros	Dividendos	Unidades de participação	Total
<b>Ramo vida:</b>								
Ativos financeiros detidos para negociação	4,554,962	-	-	4,554,962	1,165,989	-	-	1,165,989
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	83,368,666	-	113,090	83,481,756	104,068,142	-	44,826	104,112,968
Ativos financeiros disponíveis para venda	6,937,944	-	-	6,937,944	7,699,150	-	-	7,699,150
Empréstimos concedidos e contas a receber	606,654	-	-	606,654	12,012,849	-	-	12,012,849
Depósitos à ordem em instituições de crédito	(28,408)	-	-	(28,408)	(61,078)	-	-	(61,078)
	<u>95,439,819</u>	<u>-</u>	<u>113,090</u>	<u>95,552,908</u>	<u>124,885,052</u>	<u>-</u>	<u>44,826</u>	<u>124,929,878</u>
<b>Não técnica:</b>								
Partes de capital em filiais, associadas e empreendeder	686,000	-	-	686,000	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	241,706	-	-	241,706	376,535	-	-	376,535
Empréstimos concedidos e contas a receber	73,647	-	-	73,647	85,448	-	-	85,448
Depósitos à ordem em instituições de crédito	1,606	-	-	1,606	2,924	-	-	2,924
	<u>1,002,959</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1,002,959</u>	<u>464,907</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>464,907</u>
	<u>96,442,778</u>	<u>-</u>	<u>113,090</u>	<u>96,555,868</u>	<u>125,349,959</u>	<u>-</u>	<u>44,826</u>	<u>125,394,785</u>

Os saldos com entidades relacionadas encontram-se detalhados na Nota 31.

26. GASTOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2016 e 2015, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2016			2015		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
<b>Gastos de investimentos:</b>						
Custos imputados (Nota 22)	1,870,437	40,281	1,910,719	1,986,945	101,903	2,088,848
<b>Juros de <i>interest rate swaps</i> :</b>						
Produtos <i>unit-linked</i>	1,164,812	-	1,164,812	826,450	-	826,450
<b>De outros passivos financeiros:</b>						
Comissões	-	586,174	586,174	-	584,572	584,572
Juros de passivos subordinados	-	-	-	-	242,967	242,967
Juros de mora	-	796	796	-	2,348	2,348
	<u>3,035,249</u>	<u>627,251</u>	<u>3,662,500</u>	<u>2,813,395</u>	<u>931,790</u>	<u>3,745,185</u>

Nos exercícios de 2016 e 2015, a rubrica “De outros passivos financeiros - Comissões” corresponde à remuneração do Banco Santander Totta, S.A. como contrapartida do colateral prestado por este banco em benefício do Deutsche Bank AG e da Abbey Life Assurance Company Limited, no âmbito do tratado de resseguro celebrado com esta entidade (Nota 11).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)27. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios de 2016 e 2015, os ganhos (perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
<b>Não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	13,119,436	4,708,681
Juros creditados aos passivos financeiros (Nota 27.3)	1,299,798	(666,982)
	<u>14,419,234</u>	<u>4,041,699</u>
<b>Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Valias líquidas realizadas (Nota 27.1)	(1,102,677)	2,776,095
Valias líquidas potenciais (Nota 27.2)	(61,455,564)	(115,222,067)
Ganhos (perdas) em passivos financeiros (Nota 27.3)	(24,647,567)	(3,979,820)
	<u>(87,205,808)</u>	<u>(116,425,792)</u>

27.1. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Nos exercícios de 2016 e 2015, os ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2016			2015		
	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido	Ganhos realizados	Perdas realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação	640,839	(321,815)	319,024	786,862	-	786,862
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1,931,215	(3,352,916)	(1,421,701)	5,670,472	(3,681,239)	1,989,233
Ativos financeiros disponíveis para venda	869,436	-	869,436	2,851,471	-	2,851,471
	<u>3,441,490</u>	<u>(3,674,731)</u>	<u>(233,242)</u>	<u>9,308,805</u>	<u>(3,681,239)</u>	<u>5,627,566</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1,857,210	-	1,857,210
De outros	12,250,000	-	12,250,000	-	-	-
	<u>12,250,000</u>	<u>-</u>	<u>12,250,000</u>	<u>1,857,210</u>	<u>-</u>	<u>1,857,210</u>
	<u>15,691,490</u>	<u>(3,674,731)</u>	<u>12,016,758</u>	<u>11,166,015</u>	<u>(3,681,239)</u>	<u>7,484,776</u>

No exercício de 2016, o montante de 12.250.000 euros, registado na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De outros”, respeita à mais-valia decorrente do ajuste ao preço de venda inicial das participações de 51% da Aegon Vida e da Aegon Não Vida, refletindo a revisão do plano de negócio contratado, em consequência do incremento significativo da base de clientes após aquisição pelo Banco Santander Totta, S.A., em Dezembro de 2015, da carteira de ativos do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Nota 5).

No exercício de 2015, o saldo da rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas – De ativos disponíveis para venda” no valor de 4.708.681 euros, inclui as mais-valias realizadas no montante de 4.615.501 euros, na sequência do resgate da totalidade das unidades de participação que a Companhia detinha no Fundo de Investimento Mobiliário Multiobrigações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)27.2. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Nos exercícios de 2016 e 2015, os ganhos e perdas não realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

	2016			2015		
	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido	Ganhos não realizados	Perdas não realizadas	Líquido
Ramo vida:						
Ativos financeiros detidos para negociação	1,361,242	(773,849)	587,393	5,080,516	(2,073,495)	3,007,021
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	17,466,261	(79,597,277)	(62,131,016)	7,000,538	(125,110,844)	(118,110,306)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
	<u>18,827,503</u>	<u>(80,371,126)</u>	<u>(61,543,623)</u>	<u>12,081,054</u>	<u>(127,184,339)</u>	<u>(115,103,285)</u>
Não técnica:						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	291,523	(203,464)	88,060	162,176	(280,958)	(118,782)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
	<u>291,523</u>	<u>(203,464)</u>	<u>88,060</u>	<u>162,176</u>	<u>(280,958)</u>	<u>(118,782)</u>
	<u>19,119,026</u>	<u>(80,574,590)</u>	<u>(61,455,564)</u>	<u>12,243,230</u>	<u>(127,465,297)</u>	<u>(115,222,067)</u>

27.3. Ganhos e perdas em passivos financeiros

Nos exercícios de 2016 e 2015, as variações dos passivos por contratos de investimento, incluindo variações em ganhos e perdas e utilizações de provisões, apresentam a seguinte composição:

	2016	2015
Passivos Financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas:		
Variações positivas dos passivos financeiros	(47,133,227)	(60,154,654)
Variações negativas dos passivos financeiros	22,485,660	56,174,834
	<u>(24,647,567)</u>	<u>(3,979,820)</u>
Comissões de contratos de investimento "unit-linked"	26,810,475	30,184,137
Utilização de "Outras provisões"	1,086,704	(17,251,479)
Outros	781,140	1,129,009
	<u>4,030,752</u>	<u>10,081,847</u>
Passivos financeiros resultantes de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento valorizados ao custo amortizado:		
Juros creditados aos passivos financeiros	1,299,798	(666,982)
Comissões de contratos de investimento sem participação nos resultados	6,401	6,860
Outros	-	-
	<u>1,306,199</u>	<u>(660,122)</u>
	<u>5,336,952</u>	<u>9,421,725</u>

28. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Em 2016 e 2015, esta rubrica inclui exclusivamente os resultados da componente cambial de instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos afetos a produtos *unit-linked*.

**29. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS TÉCNICOS**

Nos exercícios de 2016 e 2015, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custos pagos ao BST com penalizações por resgates (Nota 31)	(158,759)	(175,139)
Outros gastos relativos ao ramo vida	(141)	(141,405)
Bonificação por resgates e anulações	772	89
Outros rendimentos relativos ao ramo vida	1,228	11,001
	<u>(156,900)</u>	<u>(305,454)</u>

**30. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS NÃO TÉCNICOS**

Nos exercícios de 2016 e 2015, a composição destas rubricas é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Correções à estimativa de IRC de anos anteriores	-	(274,218)
Custos por riscos operacionais	(3,092)	(25,499)
Ganhos e perdas líquidos em outros ativos tangíveis	18,990	28,638
Outros	2,951	30,258
	<u>18,849</u>	<u>(240,821)</u>

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 2016 e 2015, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, controlam a Companhia</b>	
Santander Totta SGPS, S.A.	Portugal
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo comum com a Companhia</b>	
Banco Santander Totta, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Seguros y Reaseguros	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones A.E.I.E.	Espanha
ISBAN - Ingenieria de Software Bancario, S.I. Sucursal em Portugal	Portugal
ISBAN - Ingenieria de Software Bancario, S.I.	Espanha
PRODUBAN - Servicios Informaticos Generales	Espanha
GEOBAN, S.A.	Espanha
SBGE, S.A.	Espanha
Banco Santander Consumer	Portugal
<b>Empresas que, directa ou indirectamente, se encontram sob controlo da Companhia</b>	
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
<b>Membros do Conselho de Administração da Companhia</b>	
José Manuel Alves Elias da Costa <sup>(1)</sup>	
Eduardo Manuel de Oliveira Alves da Silva <sup>(2)</sup>	
Armindo Alberto Bordalo Escalda <sup>(2)</sup>	
Joaquim Manuel de Oliveira Filipe <sup>(2)</sup>	
Jorge Filipe Alves Gaspar <sup>(3)</sup>	
Manuela Vieira Marinho <sup>(3)</sup>	
Nuno Miguel Frias Costa <sup>(3)</sup>	
Pedro Brandão Melo Castro <sup>(3)</sup>	
Oscar Villoslada Montpart	
<b>Membros da Comissão Executiva <sup>(4)</sup></b>	
Jorge Filipe Alves Gaspar	
Manuela Vieira Marinho	
Nuno Miguel Frias Costa	
Pedro Brandão Melo Castro	
<b>Membros do Conselho Fiscal</b>	
José Duarte Assunção Dias	
António Baia Engana	
Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço	

(1) - Renunciou ao cargo de Presidente do Conselho de Administração e Administrador em 28 de Junho de 2016.

(2) - Terminou o mandato em 2016.

(3) - Nomeado por Deliberação unânime por escrito da Santander Totta SGPS a 24 de Novembro 2016

(4) - Eleitos em Conselho de Administração realizado a 30 de Novembro de 2016

Os gastos com órgãos sociais encontram-se divulgados na Nota 23.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

As contas da Companhia são consolidadas pelo método de consolidação integral na Santander Totta – SGPS, S.A., com sede na Rua da Mesquita, em Lisboa, local onde podem ser obtidas.

Em 2 de Janeiro de 2016, a Companhia aderiu ao Agrupamento Santander Tecnología y Operaciones, A.E.I.E. mediante aprovação da Assembleia Geral do Agrupamento realizada a essa data e escritura de aceitação de novo membro de 29 de Janeiro de 2016, pelo que a partir desta data os serviços de tecnologia e operações especializados centralizados em Espanha, passaram a ser prestados por esta entidade.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos e transações registados em Balanço e na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, excluindo os respeitantes aos títulos de dívida detidos, são apresentadas seguidamente, sendo resultantes no normal decurso de atividade da Companhia e realizadas em condições de mercado.

	2016									
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	AEE	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	Total
<b>Ativo</b>										
Depósitos à ordem	162,831,754	-	-	-	-	-	-	-	-	162,831,754
Depósitos a prazo	546,524,351	-	-	-	-	-	-	-	-	546,524,351
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	14,308,000
Ativos intangíveis	-	-	-	257,748	-	-	154,003	-	-	411,751
Contas a receber	2,008,348	-	-	5,279	3,058	-	-	-	-	2,016,686
<b>Total do Ativo</b>	<b>711,364,453</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>263,027</b>	<b>3,058</b>	<b>-</b>	<b>154,003</b>	<b>8,232,000</b>	<b>6,076,000</b>	<b>726,092,542</b>
<b>Passivo</b>										
Passivos Financeiros	-	-	32,059,585	-	-	-	-	-	-	32,059,585
Contas a pagar	(11,911,780)	(129,533)	-	-	-	-	-	-	-	(12,041,313)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(11,911,780)</b>	<b>(129,533)</b>	<b>32,059,585</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20,018,271</b>
<b>Ganhos e perdas</b>										
Juros de depósitos à ordem	(26,802)	-	-	-	-	-	-	-	-	(26,802)
Juros de depósitos a prazo	28,447,731	-	-	-	-	-	-	-	-	28,447,731
Comissões de mediação	(50,531,276)	-	-	-	-	-	-	-	-	(50,531,276)
Comissões de gestão	-	(1,485,751)	-	-	-	-	-	-	-	(1,485,751)
Comissões de liquidação	(41,928)	-	-	-	-	-	-	-	-	(41,928)
Comissões de custódia	(669,144)	-	-	-	-	-	-	-	-	(669,144)
Comissões de penalização de resgate	(158,759)	-	-	-	-	-	-	-	-	(158,759)
Prestação de serviços	-	-	-	(234,422)	-	-	(372,493)	-	-	(606,915)
Renda	(90,552)	-	-	-	-	-	-	-	-	(90,552)
Participação nos resultados	(45,295)	-	-	(2,053)	(392)	(218)	-	-	-	(47,958)
Comissões por colaterais prestados	(586,174)	-	-	-	-	-	-	-	-	(586,174)
<b>Total de Ganhos e Perdas</b>	<b>(23,702,199)</b>	<b>(1,485,751)</b>	<b>-</b>	<b>(236,475)</b>	<b>(392)</b>	<b>(218)</b>	<b>(372,493)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(25,797,528)</b>
	2015									
	Banco Santander Totta	Santander Asset Management	Santander Totta SGPS	ISBAN	PRODUBAN	GEOBAN	AEE	Aegon Santander Portugal Vida	Aegon Santander Portugal Não Vida	Total
<b>Ativo</b>										
Depósitos à ordem	93,553,140	-	-	-	-	-	-	-	-	93,553,140
Depósitos a prazo	957,814,204	-	-	-	-	-	-	-	-	957,814,204
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	8,232,000	6,076,000	14,308,000
Ativos intangíveis	-	-	-	1,290,707	168,713	5,282	47,578	-	-	1,512,280
Contas a receber	2,005,412	-	-	5,254	2,505	-	-	-	-	2,013,171
<b>Total do Ativo</b>	<b>1,053,372,756</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,295,961</b>	<b>171,218</b>	<b>5,282</b>	<b>47,578</b>	<b>8,232,000</b>	<b>6,076,000</b>	<b>1,069,200,795</b>
<b>Passivo</b>										
Passivos Financeiros	-	-	(56,010,810)	-	-	-	-	-	-	(56,010,810)
Contas a pagar	(12,963,805)	(142,301)	-	-	-	-	-	-	-	(13,106,106)
<b>Total do Passivo</b>	<b>(12,963,805)</b>	<b>(142,301)</b>	<b>(56,010,810)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(69,116,916)</b>
<b>Ganhos e perdas</b>										
Juros de depósitos à ordem	(58,155)	-	-	-	-	-	-	-	-	(58,155)
Juros de depósitos a prazo	37,667,860	-	-	-	-	-	-	-	-	37,667,860
Comissões de mediação	(52,578,360)	-	-	-	-	-	-	-	-	(52,578,360)
Comissões de gestão	-	(1,827,463)	-	-	-	-	-	-	-	(1,827,463)
Comissões de liquidação	(22,780)	-	-	-	-	-	-	-	-	(22,780)
Comissões de custódia	(787,932)	-	-	-	-	-	-	-	-	(787,932)
Comissões de penalização de resgate	(175,140)	-	-	-	-	-	-	-	-	(175,140)
Prestação de serviços	-	-	-	(336,358)	(347,087)	(18,755)	(262,329)	-	-	(964,529)
Renda	(101,033)	-	-	-	-	-	-	-	-	(101,033)
Participação nos resultados	(82,041)	-	-	(1,998)	(392)	(218)	-	-	-	(84,649)
Comissões por colaterais prestados	(584,572)	-	-	-	-	-	-	-	-	(584,572)
Juros do empréstimo subordinado	(242,967)	-	-	-	-	-	-	-	-	(242,967)
<b>Total de Ganhos e Perdas</b>	<b>(16,965,118)</b>	<b>(1,827,463)</b>	<b>-</b>	<b>(338,356)</b>	<b>(347,479)</b>	<b>(18,973)</b>	<b>(262,329)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19,759,718)</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos registados em Balanço com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Balanço			
	2016		2015	
	Valor de mercado	Juro corrido	Valor de mercado	Juro corrido
Santander Consumer Finance, S.A.	2,453,296	9,696	79,283,797	1,014,489
Santander Internacional Debt, S.A.	40,470,624	390,033	42,221,738	389,871
Banco Santander Totta, S.A.	21,252,857	25,025	23,188,568	31,000
Santander Issuances, S.A.	983,860	19,795	17,904,240	2,790
Banco Santander, S.A.	564,010	14,740	3,878,937	141,576
Abbey Treasury Services, PLC	-	-	-	-
	<b>65,724,647</b>	<b>459,288</b>	<b>166,477,279</b>	<b>1,579,726</b>

Nos exercícios de 2016 e 2015, os saldos registados na Conta de Ganhos e Perdas com origem em operações realizadas com entidades relacionadas, exclusivamente respeitantes aos títulos de dívida emitidos por entidades do Grupo Santander, têm a seguinte composição:

	Conta de ganhos e perdas					
	2016			2015		
	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais	Rendimentos	Valias líquidas realizadas	Valias líquidas potenciais
Santander Consumer Finance, S.A.	680,193	(356,130)	(20,576)	1,912,161	31,477	(1,333,967)
Santander Internacional Debt, S.A.	1,610,127	(14,421)	(1,161,684)	2,104,593	(410,411)	(1,168,728)
Banco Santander Totta, S.A.	80,644	50,287	(92,811)	3,009,323	2,952,861	(5,539,418)
Santander Issuances, S.A.	77,948	18,000	69,690	138,302	-	(5,761)
Banco Santander, S.A.	26,426	(4,562)	(10,365)	629,713	(403,800)	(137,322)
Abbey Treasury Services, PLC	-	-	-	2,870	(2,618)	-
	<b>2,475,338</b>	<b>(306,825)</b>	<b>(1,215,746)</b>	<b>7,796,962</b>	<b>2,167,509</b>	<b>(8,185,195)</b>

As transações e prestações de serviços com entidades relacionadas são efetuadas a preços de mercado.

## 32. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras da Companhia é resumida da seguinte forma:

	2016					
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor	Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos financeiros detidos para negociação	1,162,102	-	1,162,102	-	-	1,162,102
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1,983,969,469	1,551,157,490	427,779,615	5,032,364	-	1,983,969,469
Ativos financeiros disponíveis para venda	305,639,654	305,639,654	-	-	-	305,639,654
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	187,490,961	187,490,961
<b>Ativos financeiros</b>	<b>2,290,771,224</b>	<b>1,856,797,143</b>	<b>428,941,717</b>	<b>5,032,364</b>	<b>187,490,961</b>	<b>2,478,262,185</b>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2,148,102,875	-	2,148,102,875	-	19,145,374	2,167,248,250
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias	31,657,500	-	31,657,500	-	-	31,657,500
<b>Passivos financeiros</b>	<b>2,179,760,375</b>	<b>-</b>	<b>2,179,760,375</b>	<b>-</b>	<b>19,145,374</b>	<b>2,198,905,749</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

	2015					
	Ativos / passivos valorizados ao justo valor	Técnica de valorização			Ativos / passivos não valorizados ao justo valor	Total
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativos financeiros detidos para negociação	46,014,862	-	46,014,862	-	-	46,014,862
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2,204,378,642	1,681,590,768	517,929,933	4,857,941	-	2,204,378,642
Ativos financeiros disponíveis para venda	307,870,158	307,870,158	-	-	-	307,870,158
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	518,255,938	518,255,938
<b>Ativos financeiros</b>	<b>2,558,263,661</b>	<b>1,989,460,926</b>	<b>563,944,795</b>	<b>4,857,941</b>	<b>518,255,938</b>	<b>3,076,519,600</b>
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	2,665,681,374	-	2,665,681,374	-	32,189,161	2,697,870,535
Outros passivos financeiros - Prestações acessórias	55,662,523	-	55,662,523	-	-	55,662,523
<b>Passivos financeiros</b>	<b>2,721,343,897</b>	<b>-</b>	<b>2,721,343,897</b>	<b>-</b>	<b>32,189,161</b>	<b>2,753,533,058</b>

Os quadros acima agrupam os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor em três níveis, de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela Norma IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, a saber:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Instrumentos financeiros cujo justo valor deriva de técnicas de valorização em que os *inputs* não são observáveis em mercado.

Na forma de apuramento do justo valor apresentada nos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Para os títulos de dívida pública e ações, o justo valor foi obtido diretamente do mercado, ou seja, através de cotações dos títulos de dívida pública disponibilizadas na Bloomberg e dos preços das ações e futuros disponibilizados no mercado.
- Para a maior parte das obrigações e unidades de participação, o justo valor é obtido através da Bloomberg. Para as obrigações recorre-se a preços divulgados por contribuidores e no que se refere a unidades de participação ao NAV (“*Net Asset Value*”) divulgado pelas respetivas sociedades gestoras.
- Para os restantes ativos financeiros (nomeadamente depósitos a prazo, obrigações ilíquidas, estruturados e derivados), a Companhia utiliza outras técnicas de valorização, nomeadamente modelos internos baseados na atualização dos fluxos de caixa futuros para a data do balanço, os quais são objeto de calibração regular com o mercado.
- Tendo por base os critérios definidos na IFRS 13, os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2, uma vez que a avaliação deste passivo é efetuada pela Companhia tendo por base o justo valor dos ativos subjacentes.

Durante o exercício de 2016 os Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, cuja técnica de valorização é de nível 3, apresentam a seguinte evolução:

	2015 - 2016			
	Saldo em 31-12-2015	Liquidações	Variação Justo Valor	Saldo em 31-12-2016
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas (Nível 3)	4,857,941	122,044	296,468	5,032,364

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2016 é apresentado como segue:

<b>2016</b>			
Ativos / passivos registados ao custo amortizado			
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Empréstimos concedidos e contas a receber - Outros depósitos e Outros	185,487,287	185,487,287	1
Empréstimos concedidos e contas a receber - Empréstimos concedidos	2,003,674	2,503,214	2
<b>Ativos financeiros</b>	<b>187,490,961</b>	<b>187,990,501</b>	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	19,145,374	19,145,374	2
<b>Passivos financeiros</b>	<b>19,145,374</b>	<b>19,145,374</b>	
<b>2015</b>			
Ativos / passivos registados ao custo amortizado			
	Valor balanço	Justo valor	Nível
Empréstimos concedidos e contas a receber - Outros depósitos e Outros	516,252,789	516,252,789	1
Empréstimos concedidos e contas a receber - Empréstimos concedidos	2,003,149	2,510,277	2
<b>Ativos financeiros</b>	<b>518,255,938</b>	<b>518,763,066</b>	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	32,189,161	32,189,161	2
<b>Passivos financeiros</b>	<b>32,189,161</b>	<b>32,189,161</b>	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destas ativos e passivos financeiros foram os seguintes:

- Empréstimos concedidos e contas a receber – Outros depósitos e Outros - tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data de balanço;
- Empréstimos concedidos e contas a receber – Empréstimos concedidos - Para efeitos do cálculo do justo valor dos empréstimos concedidos, considerou-se o valor líquido atual dos fluxos de caixa futuros;
- Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento – tendo em consideração que o passivo é relativo a um produto cuja taxa de juro atribuída é definida anualmente pela Companhia, tendo por base a evolução das taxas de juro de mercado e a performance do fundo autónomo afeto de ativos, considera-se que o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

### 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

34. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Tendo por base o acordo de venda referido na Nota 5, foi definido um preço variável (“Earn Out”) a receber pela Companhia a partir de 31 de Dezembro 2019 no valor máximo de 25.000.000 de euros, dependendo do valor da avaliação das duas companhias de seguros a 31 de dezembro de 2019 e da evolução do valor do novo negócio entre os anos 2020 e 2025. Considerando que a primeira avaliação das companhias a 31 de Dezembro de 2015, realizada pela consultora externa (Willis Towers Watson) apresenta valores superiores aos que estão definidos contratualmente, o referido montante traduz-se num ativo contingente divulgável pela Companhia.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/16

Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A

Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
	1.1 - Títulos nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
	1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	Aegon Santander Portugal Vida	3 675 000	3 675 000		2,24	8 232 000	2,24	8 232 000
	Aegon Santander Portugal Não Vida	3 675 000	3 675 000		1,65	6 076 000	1,65	6 076 000
	...							
	sub-total	7 350 000	7 350 000			14 308 000		14 308 000
	1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.1.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.1.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.1.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
PTBSP2OE0013	Sant Diversi. Invest	1 134 179	14 177 238	133,33	16,67	18 902 983	15,11	17 140 280
PTBSQDOE0020	SANTAN 1,5% 3/4/17	1	100 000	99,98	99 980,00	99 980	101 466,92	101 467
PTCPPOE0004	Cred.Predial Port.49	427 469 798	4 274 698	99,82	0,01	4 267 004	0,01	4 036 134
	...							
	sub-total	428 603 978	18 551 935			23 269 967		21 277 882
	1.1.9 - Outros títulos em filiais							
	1.1.10 - Outros títulos em associadas							
	1.1.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.1.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	435 953 978	25 901 935			37 577 967		35 585 882
	1.2 - Títulos estrangeiros							
	1.2.1 - Partes de capital em filiais							
	1.2.2 - Partes de capital em associadas							
	1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
	1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	1.2.5 - Títulos de dívida de filiais							
	1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
	1.2.7 - Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
	1.2.8 - Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
ES0413900087	SANTAN 4% 7/4/20	5	500 000	111,04	111 039,00	555 195	115 749,95	578 750
XS0544546780	Santan 4.125% 10/17	760	38 000 000	99,15	49 574,31	37 676 478	52 120,73	39 611 758
XS0759014375	SANTAN 4% 27/3/17	2	200 000	104,30	104 304,00	208 608	103 935,50	207 871
XS1201001572	SANTAN 2.5% 18/3/25	10	1 000 000	99,19	99 193,00	991 930	100 365,45	1 003 655
XS1264601805	SANTAN 1.1% 29/7/18	2	200 000	99,99	99 994,00	199 988	102 122,13	204 244
XS1316037545	SANTAN 1.5% 12/11/20	10	1 000 000	99,76	99 761,00	997 610	103 808,48	1 038 085
XS1330948818	Sant 1.375 14/12/22	10	1 000 000	99,87	99 874,00	998 740	104 102,81	1 041 028
XS1385935769	SANTAN 0.75 3/4/19	12	1 200 000	99,74	99 735,00	1 196 820	101 721,90	1 220 663
	...							
	sub-total	811	43 100 000			42 825 369		44 906 053
	1.2.9 - Outros títulos em filiais							
	1.2.10 - Outros títulos em associadas							
	1.2.11 - Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
	1.2.12 - Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	811	43 100 000			42 825 369		44 906 053
	total	435 954 798	69 001 935			80 403 336		80 491 935

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/16

Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A

Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.1 - Acções							
	Onlygreen, S.A	8 926			0,10	893	0,27	2 429
	...							
	sub-total	8 926	0			893		2 429
	2.1.1.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTEXICEM0007	Explorer - II	69			20 491,33	1 419 578	9 141,40	633 289
PTNOFAIM0008	Vision Escritórios	30 470			4,73	144 158	3,78	115 125
PTNOFCIM0006	Logística e Distrib.	38 260			5,80	222 053	3,26	124 582
PTNOFJIM0009	Ibéria FEI Imobiliár	199 999			4,52	903 060	0,00	20
PTSELAIE0007	FII - Imosocial	36 155			6,64	240 008	7,60	274 915
PTSELDIM0004	FII Imosaúde	278 162			11,06	3 077 191	13,96	3 884 087
PTYSAFLM0006	Sant.Acções Portugal	10 331			21,67	223 845	21,81	225 348
	...							
	sub-total	593 446	0			6 229 893		5 257 967
	2.1.1.4 - Outros							
	Fundo Comp. Trabalho	336			1,03	344	1,03	346
	...							
	sub-total	336	0			344		346
	sub-total	602 708	0			6 231 129		5 260 141
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTESOE0007	PGB 4.1% 04/15/37	178 000 000	1 780 000	82,78	0,01	1 473 465	0,01	1 766 593
PTOTEAOE0021	PGB 4.95% 25/10/2023	2 029 200 000	20 292 000	114,55	0,01	23 243 687	0,01	22 777 606
PTOTEBOE0020	PGB 4.1% 15/2/2045	5 600 000	56 000	119,96	0,01	67 179	0,01	53 121
PTOTECO0029	OT 4.8% 15/06/2020	16 987 473 700	169 874 737	99,20	0,01	168 512 834	0,01	193 845 084
PTOTKOE0011	PGB 2.875% 15/10/25	1 711 400 000	17 114 000	100,13	0,01	17 136 909	0,01	16 348 728
PTOTLEOE0010	PGB 4.35% 16/10/17	1 328 340 000	13 283 400	107,53	0,01	14 283 737	0,01	13 876 194
PTOTEMOE0027	PGB 4.75% 14/06/2019	7 480 200 000	74 802 000	88,80	0,01	66 423 620	0,01	84 279 229
PTOTENOE0018	PGB 4.45% 15/06/2018	14 650 720 000	146 507 200	97,36	0,01	142 635 568	0,01	159 387 773
PTOTEQOE0015	PGB5 5.65% 15/2/24	11 769 600 000	117 696 000	117,28	0,01	138 030 641	0,01	140 542 356
PTOTEROE0014	PGB 3.875% 15/2/30	380 000 000	3 800 000	103,64	0,01	3 938 154	0,01	3 760 387
PTOTESOE0013	PGB 2.2 17/10/22	154 600 000	1 546 000	99,86	0,01	1 543 897	0,01	1 531 330
PTOTETOE0012	PGB 2.875 21/7/26	367 000 000	3 670 000	99,17	0,01	3 639 430	0,01	3 459 628
PTOTEV OE0007	PGB 3.85% 15/04/2021	6 842 600 000	68 426 000	85,69	0,01	58 634 108	0,01	75 859 676
	...							
	sub-total	63 884 733 700	638 847 337			639 563 229		717 487 706
	2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBSSBOE0012	BRCORO 3,875% 1/4/21	187	18 700 000	104,74	104 735,68	19 585 573	116 069,52	21 705 000
PTBSSGOE0009	BRCORO 6,875% 04/18	31	3 100 000	114,06	114 062,90	3 535 950	113 390,96	3 515 120
PTBSSIOM0015	BRC 1,875% 30/4/25	94	9 400 000	92,80	92 802,15	8 723 402	98 723,70	9 280 028
PTBSSJOM0014	BRCORO 2% 22/3/23	40	4 000 000	101,56	101 557,38	4 062 295	103 936,64	4 157 466
PTCG2AOM0009	CGD 4,455% 20/08/17	10 000	10 000 000	100,00	1 000,00	10 000 000	1 033,36	10 333 638
PTGALIOE0009	GALP 4,125% 25/1/19	7	700 000	107,80	107 800,00	754 600	110 494,51	773 462
PTGALJOE0008	GALP 3% 14/1/21	259	25 900 000	100,46	100 464,62	26 020 338	106 744,61	27 646 855
PTGGDAOE0001	GALP 1,375 19/9/23	5	500 000	99,52	99 517,00	497 585	99 515,78	497 579
PTRELBOE0017	RENEP 4,125% 31/1/18	22	2 200 000	105,61	105 613,35	2 323 494	108 036,89	2 376 811
	...							
	sub-total	10 645	74 500 000			75 503 236		80 285 958
	sub-total	63 884 744 345	713 347 337			715 066 465		797 773 664

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/16

Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A

Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.1.1 - Ações								
	...							
	sub-total	0	0			0		0
2.2.1.2 - Títulos de participação								
	...							
	sub-total	0	0			0		0
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
FR0007054358	Lyxor ETF € Stoxx 50	64 701			30,79	1 992 022	32,14	2 079 167
FR0010245514	LYXOR ETF Japan Topx	2 982			111,09	331 277	118,97	354 769
FR0010261198	Lyxor ETF MSCI Europ	5 767			114,80	662 071	120,67	695 904
FR0010654913	AMUNDI ETF € STOXX50	712			61,48	43 770	66,78	47 544
FR0010737544	Lyxor ETF eCorpBond	1 010			147,05	148 523	145,59	147 046
FR0010892224	AMUNDI ETF S&P 500€	3 914			33,56	131 372	36,84	144 207
IE0032523478	Ishares Euro Corpora	18 563			136,60	2 535 757	135,28	2 511 273
IE00B3XXRP09	Vanguard S&P500 ETF	6 171			39,58	244 236	40,43	249 500
IE00B4L5ZG21	Ishares Euro Corp EF	1 264			115,78	146 341	117,62	148 672
IE00B520F527	SALAR FUND PLC E1€	7 555			143,31	1 082 664	147,46	1 114 009
IE00B5BMR087	ISHARES SP500 ETF	3 238			134,58	435 759	201,49	652 425
IE00B5M4WH52	ISH EM LOCAL GOV BND	763			62,08	47 368	58,71	44 796
IE00B6SPMN59	iSh S&P500 Min Vol	23 151			38,37	888 189	41,43	959 146
IE00BD008S45	AXA Alpha Trust	17 892			14,92	266 895	16,41	293 612
LU0093503810	BGF EURO SHORT DUR	96 399			15,90	1 533 202	15,94	1 536 598
LU0100598282	INVESCO PAN EUR EQ	8 217			18,99	156 000	21,07	173 128
LU0113993041	HENDERSON G PAN EUR	63 977			9,36	598 985	10,00	639 707
LU0136412771	Ethna-AKTIV	2 955			125,45	370 712	124,02	366 495
LU0156671504	CANDR BONDS €	1 183			2 184,57	2 584 511	2 187,58	2 588 078
LU0219424644	MFS MER-GLOB EQ FUND	568			241,42	137 077	257,34	146 114
LU0225434231	Lux Invest Plus - B	2 353			1 172,07	2 757 344	0,00	0
LU0256881128	ALLIANZ EURP Equity	313			2 509,40	784 777	2 566,79	802 725
LU0312333569	ROBECO EURO CONSV EQ	1 014			138,13	140 000	157,62	159 754
LU0318939765	FIDELITY FNDS EUR EQ	9 496			13,04	123 814	14,22	135 028
LU0322253906	DBX MSCI EU SMALL	26 698			34,96	933 322	36,87	984 355
LU0380865021	db xtrackersES50 ETF	1 741			40,67	70 808	44,02	76 639
LU0496786574	Lyxor ETF S&P 500	1 590			19,87	31 599	21,64	34 412
LU0529381476	NN EUROPE HY	5 620			377,60	2 122 179	393,00	2 208 718
LU0568620560	AMUNDI FDS-C- EUR-AE	10 920			100,98	1 102 690	100,87	1 101 457
LU0672672143	JPM US SELECT EQUITY	3 494			178,75	624 534	204,31	713 823
LU0750223520	Jupiter Dynamic Bond	198 879			11,26	2 240 250	11,18	2 223 467
	...							
	sub-total	593 098	0			25 268 049		23 332 566
2.2.1.4 - Outros								
	...							
	sub-total	0	0			0		0
	sub-total	593 098	0			25 268 049		23 332 566
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
BE0000308172	BGB 4% 28/03/2022	14 000 000	140 000	109,87	0,01	153 814	0,01	176 390
DE0001135432	DBR 3.25% 04/07/2042	65 000 000	650 000	101,16	0,01	657 540	0,02	1 011 359
DE0001142032	DBR 0% 07/2027	164 700 000	1 647 000	43,28	0,00	712 819	0,01	1 589 011
DE0001142263	DBRR 0% 04/2037	286 500 000	2 865 000	29,95	0,00	857 953	0,01	2 413 992
ES0000011868	SPGB 6% 31/01/2029	250 000 000	2 500 000	149,79	0,01	3 744 810	0,02	3 836 330
ES00000120J8	SPGB 3.8% 31/01/2017	4 666	4 666 000	105,34	1 053,42	4 915 257	1 037,92	4 842 913
ES00000121A5	SPGB 4.1% 30/7/18	2 774	2 774 000	106,67	1 066,70	2 959 026	1 086,00	3 012 567
ES00000121G2	SPGB 4,8% 31/1/24	385	385 000	112,83	1 128,32	434 402	1 311,78	505 034
ES00000121L2	SPGB 4,6% 30/7/19	9 404	9 404 000	108,57	1 085,74	10 210 306	1 140,49	10 725 208
ES00000121O6	SPGB 4,3% 31/10/19	7 610	7 610 000	110,53	1 105,31	8 411 439	1 130,39	8 602 299

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/16

Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A

Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
ES00000122D7	SPGB 4% 30/4/20	9 722	9 722 000	104,59	1 045,93	10 168 506	1 157,13	11 249 607
ES00000122E5	SPGB 4.65% 30/7/25	3 000	3 000 000	124,57	1 245,67	3 737 011	1 298,59	3 895 760
ES00000122T3	SPGB 4,85% 31/10/20	16 769	16 769 000	109,28	1 092,83	18 325 682	1 185,16	19 873 997
ES00000123B9	SPGB 5,5% 30/4/21	9 043	9 043 000	121,49	1 214,88	10 986 187	1 263,67	11 427 354
ES00000123C7	SPGB 5.9% 30/07/2026	6 890	6 890 000	141,55	1 415,50	9 752 821	1 430,58	9 856 729
ES00000123K0	SPGB 5.85% 31/01/22	10 365	10 365 000	129,25	1 292,46	13 396 392	1 325,43	13 738 133
ES00000123Q7	SPGB 4.5% 31/1/18	6 627	6 627 000	107,93	1 079,30	7 152 498	1 093,05	7 243 652
ES00000123U9	SPGB 5.4% 31/1/2023	3 400	3 400 000	126,41	1 264,05	4 297 778	1 330,62	4 524 121
ES00000123X3	SPGB 4.4% 31/10/23	8 714	8 714 000	123,56	1 235,56	10 766 683	1 242,84	10 830 142
ES0000012411	SPGB 5,75% 30/07/32	1 500	1 500 000	149,07	1 490,73	2 236 095	1 545,00	2 317 497
ES00000124B7	SPGB 3.75% 31/10/18	6 966	6 966 000	105,07	1 050,67	7 319 000	1 079,67	7 520 980
ES00000124C5	SPGB 5.15% 31/10/28	2 540	2 540 000	137,05	1 370,47	3 480 987	1 391,39	3 534 125
ES00000124H4	SPGB 5.15% 31/10/44	33	33 000	157,07	1 570,66	51 832	1 517,05	50 063
ES00000124W3	SPGB 3,8% 30/4/24	2 051	2 051 000	120,46	1 204,65	2 470 731	1 224,36	2 511 164
ES00000126A4	SPGB 1.8% 30/11/24	75	75 000	99,54	995,44	74 658	1 137,57	85 318
ES00000126B2	SPGB 2.75% 31/10/24	8 755	8 755 000	109,02	1 090,18	9 544 569	1 127,73	9 873 287
ES00000126C0	SPGB 1.4% 31/1/20	100	100 000	104,45	1 044,49	104 449	1 055,40	105 540
ES00000126V0	SPGB 0.5% 31/10/17	1 100	1 100 000	100,68	1 006,77	1 107 447	1 007,15	1 107 864
ES00000126Z1	SPGB 1.6% 30/4/25	13 133	13 133 000	100,48	1 004,80	13 196 079	1 045,06	13 724 820
ES0000012783	SPGB 5.5% 07/17	6 820	6 820 000	111,28	1 112,77	7 589 097	1 056,86	7 207 759
ES00000127A2	SPGB 1.95% 30/7/30	1 000	1 000 000	98,48	984,79	984 790	1 022,13	1 022 131
ES00000127C8	SPGB 1% 30/11/30	100	100 000	109,83	1 098,27	109 827	1 051,98	105 198
ES00000127G9	SPGB 2.15% 31/10/25	2 720	2 720 000	105,09	1 050,87	2 858 358	1 075,36	2 924 985
ES00000127Z9	SPGB 1.95 30/4/26	1 270	1 270 000	104,29	1 042,89	1 324 472	1 065,68	1 353 417
ES00000128A0	SPGB 0.25 31/1/19	600	600 000	100,62	1 006,18	603 708	1 011,41	606 846
ES00000128B8	SPGB 0.75 30/7/21	3 446	3 446 000	102,59	1 025,91	3 535 277	1 024,52	3 530 513
ES00000128H5	SPGB 1.3 31/10/26	30	30 000	98,49	984,91	29 547	994,46	29 834
FR0000570939	FRTRR 0% 10/25/19	30 250 000	30 250 000	54,71	0,55	16 548 454	1,02	30 750 033
FR0000570988	FRTRS 0% 10/25/20	17 200 000	4 300 000	53,29	0,13	2 291 590	0,25	4 371 466
FR0000578536	FRTR 0 25/10/32	4 650 000	4 650 000	39,32	0,39	1 828 566	0,81	3 769 383
FR0000578544	FRTRS 0% 10/25/26	36 000 000	9 000 000	37,36	0,09	3 362 040	0,23	8 308 026
FR0010172494	France OAT Strip 44	6 000 000	1 500 000	24,41	0,06	366 150	0,15	922 545
IT0000366655	BTPS 9% 1/11/23	250 100 000	2 501 000	158,29	0,02	3 958 857	0,02	3 817 954
IT0001247243	BTPSS 01/11/2019	200 000 000	2 000 000	67,69	0,01	1 353 780	0,01	1 983 086
IT0001278511	BTPS 5.25% 01/11/29	25 200 000	252 000	114,30	0,01	288 047	0,01	343 155
IT0004009673	BTPS 3.75% 1/8/21	2 561	2 561 000	113,33	1 133,26	2 902 279	1 158,30	2 966 409
IT0004356843	BTPS 4.75% 1/8/23	1 726	1 726 000	122,13	1 221,25	2 107 882	1 252,23	2 161 347
IT0004594930	BTPS 4% 1/9/20	183	183 000	114,98	1 149,84	210 421	1 151,39	210 704
IT0004652175	CCTS FLOAT 15/10/17	1 750	1 750 000	101,26	1 012,59	1 772 033	1 008,49	1 764 860
IT0004759673	BTPS 5% 1/3/22	33 115	33 115 000	118,77	1 187,69	39 330 375	1 230,93	40 762 274
IT0004801541	BTPS 5.5% 1/9/22	1 326	1 326 000	125,59	1 255,92	1 665 350	1 273,43	1 688 563
IT0004848435	BTPSH 0 1/11/2023	1 342 000 000	13 420 000	33,20	0,00	4 455 037	0,01	12 199 250
IT0004848492	BTPSH 0 1/5/2031	1 341 000 000	13 410 000	23,02	0,00	3 086 415	0,01	9 353 582
IT0004889033	BTPS 4.75% 1/9/28	80	80 000	128,47	1 284,69	102 775	1 299,10	103 928
IT0004907843	BTPS 3.5% 1/6/18	167	167 000	109,76	1 097,63	183 304	1 054,72	176 138
IT0004957574	BTPS 3.5% 1/12/18	462	462 000	106,48	1 064,79	491 933	1 069,13	493 938
IT0004966401	BTPS 3.75% 1/5/21	132	132 000	115,21	1 152,06	152 072	1 144,84	151 119
IT0005023459	BTPS 1.15% 15/5/17	133	133 000	101,48	1 014,83	134 972	1 006,80	133 905
IT0005028003	BTPS 2.15% 15/12/21	670	670 000	109,00	1 090,02	730 311	1 074,32	719 797
IT0005030504	BTPS 1.5% 1/8/19	162	162 000	101,93	1 019,27	165 122	1 044,40	169 192
IT0005045270	BTPS 2.5% 1/12/24	414	414 000	110,59	1 105,89	457 837	1 077,18	445 952
IT0005106049	BTPS 0.25% 15/5/18	609	609 000	100,28	1 002,85	610 734	1 006,07	612 699
IT0005139099	BTPS 0.3 15/10/18	112	112 000	100,74	1 007,36	112 824	1 008,57	112 960
IT0005175598	BTPS 0.45 1/6/21	350	350 000	101,03	1 010,31	353 609	999,70	349 896
NL0009819671	NETHER 2.5% 15/1/17	103 600	103 600	106,07	1,06	109 883	1,02	106 117
	...							
	sub-total	4 032 899 160	284 748 600			267 394 498		315 914 214
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS1316420089	DBHNGR 1.625 6/11/30	1 000	1 000 000	99,25	992,50	992 500	1 052,85	1 052 853
	...							
	sub-total	1 000	1 000 000			992 500		1 052 853

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/16

Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A

Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
2.2.2.3 - De outros emissores								
BE0002266352	KBCBB 0.75 18/10/23	10	1 000 000	99,93	99 925,00	999 250	98 838,11	988 381
BE6282455565	Solbb float 1/12/17	1	100 000	100,64	100 639,00	100 639	100 432,17	100 432
BE6286963051	BARY 2.375 24/5/24	400	400 000	104,45	1 044,50	417 800	1 037,95	415 178
DE000A12UAR2	PBBGR 1.5 17/9/19	212	212 000	103,46	1 034,64	219 343	1 030,58	218 482
DE000A13SWD8	PBBGR 1.25 4/2/19	1 500	1 500 000	99,82	998,16	1 497 240	1 028,06	1 542 088
DE000A14J7F8	ZFFN 2.25 26/4/19	7	700 000	103,98	103 981,29	727 869	105 666,10	739 663
DE000A169NA6	DAIGR 0.25 11/5/20	243	243 000	101,02	1 010,21	245 481	1 006,52	244 584
DE000A182VS4	ANNNGR 0.875 10/6/22	14	1 400 000	100,70	100 700,00	1 409 800	101 095,44	1 415 336
DE000A185QC1	EVK 0% 8/3/21	500	500 000	99,77	997,71	498 855	989,88	494 940
DE000A1RE1Q3	ALV 5.625 17/10/42	13	1 300 000	119,18	119 181,38	1 549 358	119 350,23	1 551 553
DE000CZ40K07	CMZB 1.5% 21/9/22	334	334 000	104,94	1 049,39	350 495	1 044,79	348 960
DE000CZ40LR5	CMZB 0.50 13/9/23	1 100	1 100 000	99,22	992,21	1 091 431	955,44	1 050 981
ES0205032016	FERSM 0.375 14/9/22	5	500 000	99,80	99 799,00	498 995	97 521,99	487 610
ES0211845302	ABESM 1,375 20/05/26	10	1 000 000	99,24	99 242,00	992 420	100 990,37	1 009 904
ES0224244071	MAPSM 1,625 19-05-26	14	1 400 000	100,29	100 289,36	1 404 051	100 827,62	1 411 587
ES0313212021	SABSM 4,5% 9/3/17	2	100 000	99,75	99 875,00	99 750	51 636,99	103 274
ES03136793B0	BKT 1.75% 10/6/2019	13	1 300 000	102,44	102 437,00	1 331 681	104 774,88	1 362 073
ES0340609199	CABK 3.125% 14/5/18	20	2 000 000	107,11	107 105,00	2 142 100	106 151,30	2 123 026
ES0340609215	CABK 2,5% 18/4/17	29	2 900 000	103,36	103 360,00	2 997 440	102 439,12	2 970 735
ES0378641031	FADE 5.6% 17/9/18	1	100 000	118,75	118 750,00	118 750	111 480,30	111 480
ES0413211121	BBVA 3.5% 24/1/21	3	300 000	108,97	108 965,00	326 895	116 738,05	350 214
ES0413790074	POP 4.125% 9/4/18	3	150 000	110,47	55 232,50	165 698	54 106,73	162 320
FR0012018851	BPCE V ar 08/07/26	10	1 000 000	104,18	104 183,50	1 041 835	105 074,56	1 050 746
FR0012173144	RENAU 1.125% 30/9/19	597	597 000	103,22	1 032,25	616 251	1 027,17	613 218
FR0012236677	VPARK 1.25% 16/10/20	10	1 000 000	100,93	100 928,00	1 009 280	103 586,70	1 035 867
FR0012596179	Renaul 0.625% 4/3/20	600	600 000	97,11	971,08	582 648	1 013,92	608 351
FR0012674661	LIFP 1% 17/4/23	4	400 000	99,35	99 352,00	397 408	102 900,59	411 602
FR0012861821	ADFPF 1.5% 24/7/23	13	1 300 000	102,13	102 126,23	1 327 641	106 722,64	1 387 394
FR0013053055	RENAULT 1.375 11/20	400	400 000	99,78	997,79	399 116	1 036,39	414 554
FR0013064755	HSBC 0.625 3/12/2020	4	400 000	99,43	99 428,00	397 712	102 062,66	408 251
FR0013067170	BPCE 1.125% 14/12/22	10	1 000 000	99,68	99 679,00	996 790	103 422,48	1 034 225
FR0013152899	EDF 1% 19/10/26	2	200 000	98,66	98 662,00	197 324	99 602,74	199 205
FR0013153707	PEJGOT 2.375 14/4/23	700	700 000	105,96	1 059,57	741 700	1 069,08	748 358
FR0013181989	RENAUL 0.375 10/7/19	400	400 000	99,87	998,72	399 488	1 004,30	401 719
FR0013201126	DGFP 0.375 7/2/25	5	500 000	99,96	99 959,00	499 795	95 824,12	479 121
FR0013201621	SANFP 0 13/9/22	7	700 000	99,54	99 539,00	696 773	97 535,00	682 745
FR0013203825	KLEP 1.25 29/9/31	5	500 000	99,15	99 147,00	495 735	93 457,92	467 290
FR0013204476	BPCE 0.375 5/10/23	14	1 400 000	99,90	99 904,00	1 398 656	97 975,41	1 371 656
FR0013210408	VIEFP 0.314 4/10/23	4	400 000	98,99	98 988,00	395 952	97 423,57	389 694
FR0013216900	BNFP 0.424 3/11/22	12	1 200 000	100,00	100 000,00	1 200 000	99 641,54	1 195 698
FR0013218138	CAFPF 0.5 9/11/21	4	400 000	99,77	99 769,00	399 076	100 220,60	400 882
FR0013218153	RCI 0.625 10/11/21	1 115	1 115 000	99,99	999,91	1 114 899	1 001,39	1 116 550
IT0004689755	BACRED FLOAT 31/3/17	48	48 000	103,91	1 039,08	49 876	1 006,39	48 307
IT0004713787	BACRED float 31/5/17	100	100 000	101,90	1 019,00	101 900	1 014,99	101 499
IT0004794142	ENEL 4.875% 20/2/18	1 000	1 000 000	112,90	1 129,00	1 129 000	1 095,61	1 095 610
IT0004854060	UCGIM 0% 31/10/17	56	56 000	95,03	950,28	53 216	996,70	55 815
IT0004965346	BPEI 3.375% 22/10/18	70	70 000	100,17	1 001,67	70 117	1 065,82	74 607
IT0005108490	ATLIM 1,625 12/6/23	187	187 000	107,08	1 070,78	200 236	1 049,27	196 213
XS0184373925	TIT 5.375 29/1/19	9	900 000	110,98	110 984,89	998 864	114 778,80	1 033 009
XS0195376925	CXGD Float 06/49	54 000	54 000 000	84,78	847,79	45 780 400	430,00	23 220 000
XS0213927667	ISPM float 3/3/17	555	555 000	99,96	999,60	554 778	999,90	554 945
XS0215828913	PORTEL 4.375% 03/17	34 682	34 682 000	79,69	796,85	27 636 353	305,00	10 578 010
XS0223447227	EDP 4.125% 29/06/20	26 315	26 315 000	87,84	878,43	23 115 940	1 132,86	29 811 119
XS0230957424	CXGD Float 49-15	18 750	18 750 000	77,51	775,10	14 533 050	450,00	8 437 500
XS0300196879	ISP FLOAT 18/5/17	4	200 000	99,86	49 931,88	199 728	49 982,50	199 930
XS0303396062	INTNED 4,75% 31/5/17	2 800	2 800 000	108,10	1 081,00	3 026 800	1 048,23	2 935 042
XS0304508921	ISP 4.75% 15/6/17	56	2 800 000	107,44	53 720,00	3 008 320	52 347,87	2 931 481
XS0320303943	BNP 5.431% 7/9/17	1 000	1 000 000	111,13	1 111,30	1 111 300	1 053,06	1 053 060

Anexo 1

## SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/16

Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A

Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS0462994343	PORTEL 5% 11/04/19	68 510	68 510 000	78,48	784,83	53 768 557	305,00	20 895 550
XS0479541699	GAS 4.125% 26/1/18	1	50 000	106,80	53 400,00	53 400	54 066,98	54 067
XS0479542580	GAS 4.5% 27/1/20	281	14 050 000	106,72	53 359,13	14 993 915	58 762,66	16 512 309
XS0486101024	TTIM 5.25% 10/2/22	467	23 350 000	110,02	55 007,60	25 688 550	60 120,61	28 076 327
XS0494996043	GS 4.375% 16/3/17	56	2 800 000	106,43	53 213,50	2 979 956	52 189,51	2 922 612
XS0530879658	Bac 4.625% 7/8/17	56	2 800 000	108,42	54 211,00	3 035 816	52 326,84	2 930 303
XS0540187894	Telef 3.661% 09/17	270	13 500 000	87,85	43 923,73	11 859 406	51 805,58	13 987 507
XS0550466469	ACAFP 3.9 19/4/21	10	500 000	115,93	57 962,50	579 625	58 505,01	585 050
XS0591586788	Reesm 4.75% 02/18	87	8 700 000	104,65	104 649,96	9 104 546	109 478,01	9 524 586
XS0605214336	TRNIM 4.75% 03/21	1 500	1 500 000	118,22	1 182,25	1 773 374	1 221,85	1 832 775
XS0619548216	ABNANV 6.375 27/4/21	1 000	1 000 000	123,16	1 231,55	1 231 550	1 272,55	1 272 550
XS0630463965	TTIM 4.75% 25/5/18	13 069	13 069 000	105,88	1 058,80	13 837 401	1 088,41	14 224 434
XS0741942576	GasSM 5% 13/02/2018	210	21 000 000	102,55	102 548,82	21 535 252	109 912,57	23 081 639
XS0746276335	Telefo 4.797% 02/18	179	17 900 000	105,45	105 453,83	18 876 236	109 410,69	19 584 514
XS0826634874	RABOBK 4.125 14/9/22	500	500 000	116,93	1 169,33	584 665	1 160,52	580 259
XS0828012863	Telefo 5.81% 2017	26	2 600 000	111,15	111 154,00	2 890 004	105 762,62	2 749 828
XS0831842645	ELEPOR 5.75% 09/17	28 089	28 089 000	105,78	1 057,78	29 712 095	1 056,57	29 677 952
XS0843939918	Portel 5.875% 04/18	23 624	23 624 000	103,41	1 034,14	24 430 406	305,00	7 205 320
XS0852993285	ISPM 4% 9/11/17	2 000	2 000 000	101,83	1 018,27	2 036 540	1 038,64	2 077 276
XS0863907522	ASSGEN 7.75 12/2042	5	500 000	117,98	117 975,00	589 875	119 424,66	597 123
XS0872702112	BBVA 3.75% 17/1/18	121	12 100 000	101,17	101 168,62	12 241 403	107 454,07	13 001 942
XS0879869187	IBESM 3.5% 1/2/21	154	15 400 000	101,53	101 533,83	15 636 210	116 052,55	17 872 093
XS0907289978	TELEF 3.961% 26/3/21	86	8 600 000	99,80	99 802,85	8 583 045	117 088,89	10 069 644
XS0927581842	PORTEL 4.625% 8/5/20	21 354	21 354 000	101,70	1 017,04	21 717 977	305,00	6 512 970
XS0970695572	EDP 4.875% 14/9/20	27 522	27 522 000	106,92	1 069,19	29 426 326	1 155,86	31 811 610
XS0972530561	ASML 3.375% 19/9/23	1 300	1 300 000	116,42	1 164,17	1 513 418	1 173,81	1 525 948
XS0973623514	UCG 3.625% 24/1/19	1 700	1 700 000	109,06	1 090,57	1 853 969	1 097,30	1 865 413
XS0982774399	REN 4.75% 16/10/20	26 405	26 405 000	107,26	1 072,59	28 321 762	1 159,26	30 610 221
XS0989061345	CABK 5% 14/11/23	10	1 000 000	106,49	106 485,50	1 064 855	105 460,53	1 054 605
XS0995380580	EDP 4.125% 20/1/21	68 609	68 609 000	108,82	1 088,18	74 658 952	1 160,56	79 624 560
XS0997333223	ISPM 3 28/1/19	300	300 000	105,92	1 059,25	317 774	1 078,69	323 606
XS099654873	LDOIM 4.5 19/1/21	400	400 000	112,70	1 127,00	450 800	1 166,69	466 675
XS1002933072	HEGR 3.25 21/10/21	700	700 000	111,43	1 114,29	780 000	1 128,82	790 174
XS1004236185	ADRIT 3.25% 20/2/21	900	900 000	110,32	1 103,21	992 889	1 127,14	1 014 430
XS1014759648	ASGEN 2.875% 14/1/20	600	600 000	105,00	1 049,96	629 976	1 103,35	662 009
XS1018032950	ISPM 3,5% 17/01/22	1 400	1 400 000	114,89	1 148,91	1 608 474	1 150,85	1 611 192
XS1020952435	TTI 4,5% 25/1/21	70 921	70 921 000	108,01	1 080,09	76 600 810	1 161,85	82 399 506
XS1025752293	ODGR 2,375% 10/2/21	766	766 000	107,55	1 075,53	823 858	1 102,50	844 518
XS1037382535	INTNED 3.625 25/2/26	1 000	1 000 000	109,08	1 090,80	1 090 800	1 119,30	1 119 303
XS1044496203	HEGR 2.25% 12/3/19	573	573 000	104,20	1 042,04	597 087	1 061,73	608 374
XS1050547857	MS 2,375% 31/3/21	1 400	1 400 000	107,99	1 079,88	1 511 832	1 099,22	1 538 906
XS1052683353	BMW FLOAT 4/4/17	246	246 000	100,44	1 004,40	247 081	1 000,43	246 106
XS1055241373	BBVA 3.5 11/4/24	10	1 000 000	105,09	105 093,00	1 050 930	106 796,10	1 067 961
XS1055725730	UCG FLOAT 10/4/17	200	200 000	100,65	1 006,45	201 290	1 002,86	200 572
XS1057055060	IBESM 2,5% 24/10/22	7	700 000	99,72	99 720,00	698 040	111 232,60	778 628
XS1069282827	BNP FLOAT 20/5/19	1 020	1 020 000	100,90	1 009,05	1 029 226	1 008,54	1 028 712
XS1077584024	RYAID 1.875% 17/6/21	1 300	1 300 000	104,21	1 042,10	1 354 734	1 064,08	1 383 306
XS1077772538	ISP 2% 18/6/21	600	600 000	99,86	998,55	599 130	1 056,96	634 179
XS1082636876	WIND 4% 15/7/20	700	700 000	101,20	1 012,00	708 400	1 037,19	726 036
XS1107731702	BAC 1.375 10/9/21	700	700 000	104,05	1 040,51	728 357	1 045,29	731 701
XS1111324700	EDP 2.625% 18/1/22	400	400 000	107,44	1 074,38	429 750	1 085,88	434 352
XS1115479559	CS 1.375% 31/1/22	1 500	1 500 000	102,20	1 022,04	1 533 063	1 056,61	1 584 919
XS1117280112	ENCSM 5.375 1/11/22	400	400 000	104,70	1 047,00	418 800	1 064,26	425 703
XS1117299211	CPFSM 3.375 15/3/22	700	700 000	103,87	1 038,71	727 100	1 051,69	736 181
XS1126183760	SNAM 1.5% 21/4/23	100	100 000	98,73	987,33	98 733	1 049,58	104 958
XS1130101931	GS FLOAT 29/10/19	1 946	1 946 000	100,02	1 000,17	1 946 334	1 009,65	1 964 787
XS1137512312	BACR 0.875% 14/11/17	500	500 000	99,97	999,73	499 865	1 006,58	503 290
XS1139091372	LLOYDS 1% 19/11/21	302	302 000	102,46	1 024,57	309 420	1 033,77	312 198
XS1168003900	ISP 1.125% 14/1/20	1 000	1 000 000	99,45	994,46	994 460	1 024,17	1 024 170

Anexo 1

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/16

Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A

Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS1169537492	BNP float 19/1/17	210	210 000	100,19	1 001,95	210 409	1 000,22	210 046
XS1169586606	INTNED 0.7% 16/4/20	1 500	1 500 000	100,18	1 001,80	1 502 705	1 025,33	1 537 989
XS1169630602	ACAFP 0.875% 19/1/22	14	1 400 000	96,15	96 154,71	1 346 166	103 183,25	1 444 565
XS1169791529	POPSM 2% 3/2/20	7	700 000	102,49	102 492,43	717 447	101 719,67	712 038
XS1171489393	TOYOTA 0.75% 21/7/22	359	359 000	103,43	1 034,32	371 320	1 025,52	368 162
XS1178105851	TRNIM 0.875% 2/2/22	300	300 000	103,19	1 031,93	309 580	1 025,91	307 772
XS1188094673	NGGLN 0.75% 11/2/22	17	1 700 000	99,37	99 374,76	1 689 371	102 095,98	1 735 632
XS1189286286	REN 2.5% 12/2/25	7 705	7 705 000	100,22	1 002,18	7 721 801	1 064,49	8 201 909
XS1197832915	KO 0.75% 9/3/23	1 000	1 000 000	99,78	997,76	997 760	1 026,27	1 026 273
XS1199964575	RYAID 1.125% 10/3/23	800	800 000	99,53	995,29	796 230	1 012,00	809 603
XS1211053571	CS float 30/3/17	100	100 000	100,19	1 001,92	100 192	1 000,62	100 062
XS1222590488	ELEPOR 2% 22/4/25	30 165	30 165 000	92,17	92 168	27 802 407	995,17	30 019 237
XS1223842847	REDEX 1.875% 27/4/27	1 000	1 000 000	98,92	989,20	989 200	983,24	983 241
XS1241699922	COL 1.863% 5/6/19	2	200 000	104,11	104 109,00	208 218	104 413,87	208 828
XS1290729208	TLF 1.477% 14/9/21	15	1 500 000	100,93	100 933,00	1 513 995	104 166,08	1 562 491
XS1295413345	LPTY 1.375% 24/9/18	500	500 000	99,75	997,46	498 730	1 025,55	512 775
XS1301773799	CARREF float 19/10/19	850	850 000	100,17	1 001,71	851 455	1 012,92	860 986
XS1317725726	Ford 1.528% 9/11/20	1 000	1 000 000	100,00	1 000,00	1 000 000	1 036,20	1 036 199
XS1319820541	FDX 1.625 11/1/27	1 000	1 000 000	99,38	993,78	993 780	1 026,06	1 026 058
XS1322048619	AMSSM 1.625 17/11/21	7	700 000	101,01	101 011,71	707 082	105 637,34	739 461
XS1324217733	INTNED 0.75 24/11/20	3	300 000	99,77	99 771,00	299 313	102 548,08	307 644
XS1328699878	Sweda 0.625 4/1/21	1 000	1 000 000	99,59	995,92	995 920	1 025,29	1 025 288
XS1330300341	ISS 1.125% 7/1/21	400	400 000	99,70	997,00	398 800	1 038,68	415 471
XS1333193875	GT 3.75 15/12/23	700	700 000	105,30	1 053,00	737 100	1 051,67	736 167
XS1345331299	BNP 1.125 15/1/23	1 000	1 000 000	99,59	995,86	995 860	1 040,15	1 040 149
XS1346315200	BBV 1% 20/1/21	10	1 000 000	99,52	99 516,00	995 160	103 475,69	1 034 757
XS1346762641	BACRED 1.625 19/1/21	1 000	1 000 000	99,88	998,81	998 810	1 040,60	1 040 601
XS1361115402	EZJLN 1.75 9/2/23	300	300 000	99,85	998,50	299 550	1 040,73	312 218
XS1377680381	Britel 0.625 10/3/21	200	200 000	99,53	995,25	199 050	1 015,19	203 037
XS1382784509	RABOBK 1.25 23/3/26	1 000	1 000 000	99,52	995,15	995 150	1 035,94	1 035 936
XS1382791892	DT Float 3/4/20	20	20 000	100,25	1 002,54	20 051	1 000,77	20 015
XS1382791975	DT 1.5 3/4/28	500	500 000	99,16	991,62	495 810	1 026,05	513 026
XS1385395121	EDP 2.375 23/3/23	7 922	7 922 000	102,77	1 027,69	8 141 346	1 047,69	8 299 796
XS1394764689	TELEFO 1.46% 13/4/26	1	100 000	100,00	100 000,00	100 000	99 924,00	99 924
XS1394777665	TELEFO 0.75% 13/4/22	5	500 000	100,00	100 000,00	500 000	100 226,41	501 132
XS1395060491	REESM 1% 21/4/26	7	700 000	99,60	99 603,00	697 221	100 266,63	701 866
XS1398336351	MRLSM 2.225 25/4/23	1 000	1 000 000	100,00	1 000,00	1 000 000	1 041,63	1 041 631
XS1398476793	IBESM 1.125 21/4/26	4	400 000	99,49	99 493,00	397 972	100 389,96	401 560
XS1400342587	DIASM 1% 28/4/21	14	1 400 000	102,73	102 726,57	1 438 172	102 716,45	1 438 030
XS1401125346	BZUIM 2.125 28/4/23	700	700 000	101,89	1 018,86	713 200	1 030,69	721 482
XS1405774990	ASML 0.625 7/7/22	300	300 000	99,67	996,72	299 016	1 004,69	301 406
XS1405775708	TMO 0.75 12/9/24	200	200 000	99,12	991,22	198 244	971,28	194 256
XS1412593185	ENIM 0.75 17-05-22	500	500 000	99,64	996,44	498 220	1 014,81	507 403
XS1416688890	MVCSM 2.375 23/5/22	14	1 400 000	99,44	99 438,00	1 392 132	104 713,03	1 465 982
XS1418786890	SOCGEN 0.75 26/5/23	12	1 200 000	99,24	99 236,00	1 190 832	101 092,06	1 213 105
XS1423826798	RENEFL 01/06/23	1 500	1 500 000	99,54	995,37	1 493 055	1 032,76	1 549 140
XS1425966287	ENELI 1,375 01/06/26	1 309	1 309 000	100,00	1 000,00	1 309 000	1 008,25	1 319 801
XS1428769738	CS 1% 7/6/23	1 000	1 000 000	99,22	992,23	992 230	1 018,85	1 018 849
XS1435295925	FCACAP 1.25 21/1/21	750	750 000	99,75	997,50	748 125	1 025,14	768 858
XS1456422135	JPM 0,625 25/01/24	2 000	2 000 000	99,27	992,66	1 985 320	979,21	1 958 419
XS1457608286	CITI 1.5% 26/10/28	1 400	1 400 000	98,92	989,22	1 384 914	969,76	1 357 669
XS1458405898	BAC 0.75 26/7/23	700	700 000	98,48	984,78	689 346	989,33	692 529
XS1458408561	GS 1,625 26/07/26	500	500 000	99,84	998,35	499 175	998,37	499 187
XS1463043973	WFC 1% 2/2/27	500	500 000	99,03	990,34	495 170	961,87	480 937
XS1471646965	EDP 1.125 12/2/24	1 168	1 168 000	96,83	968,31	1 130 992	952,44	1 112 448
XS1485532896	KPN 0.625 9/4/25	1	100 000	99,04	99 040,00	99 040	95 789,21	95 789
XS1489391109	PRE 1.25 15/9/26	500	500 000	99,14	991,44	495 720	964,82	482 409
XS1490726590	IBESM 0.375 15/9/25	12	1 200 000	98,95	98 946,00	1 187 352	94 235,96	1 130 832
XS1495373505	DSM 0.75 28/9/26	12	1 200 000	99,80	99 799,00	1 197 588	97 713,21	1 172 558

Anexo 1

SANTANDER TOTTA SEGUROS - COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Mês: dez/16

Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A

Nº de identificação: 1156

Valores em euros

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total
XS1497606365	TITIM 3% 30/9/25	500	500 000	99,81	998,06	499 030	1 008,59	504 297
XS1499604905	VOD 0.5 30/1/24	700	700 000	99,22	992,21	694 547	965,00	675 503
XS1500337644	SOCGEN 0.125 5/10/21	13	1 300 000	99,95	99 950,00	1 299 350	99 310,86	1 291 041
XS1501162876	AMSSM 0.125 6/10/20	7	700 000	99,66	99 662,14	697 635	99 733,79	698 137
XS1505554698	TELEF 0.318 17/10/20	15	1 500 000	100,00	100 000,00	1 500 000	99 552,21	1 493 283
XS1508588875	SRG 0% 25/10/20	1 500	1 500 000	99,71	997,05	1 495 575	990,48	1 485 720
XS1509942923	COLSM 1.45 28/10/24	14	1 400 000	99,22	99 223,00	1 389 122	95 412,22	1 335 771
XS1512827095	MRLSM 1.875 2/11/26	12	1 200 000	98,93	98 931,00	1 187 172	95 215,22	1 142 583
XS1538284230	ACA FP 1.875 20/12/26	7	700 000	99,50	99 504,00	696 528	100 524,64	703 673
XS1538867760	SOCGEN 1% 1/4/22	10	1 000 000	99,78	99 781,00	997 810	100 395,14	1 003 951
	...							
		sub-total	603 267	799 278 000		787 109 969		715 482 119
		sub-total	4 033 503 427	1 085 026 600		1 055 496 967		1 032 449 183
	2.3 - Derivados de negociação							
	Swaps							567 282
	Futuros							66 482
	...							
		sub-total	0	0		0		633 765
	2.4 - Derivados de cobertura							
	...							
		sub-total	0	0		0		0
		total	67 919 443 578	1 796 373 937		1 802 062 611		1 859 449 318
	3 - TOTAL GERAL		68 355 398 367	1 867 375 872		1 882 465 947		1 939 941 252

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016  
(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

## DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)

Mês: dez/16  
 Empresa de Seguros: Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S. A  
 Nº de identificação: 1156

Valores em euros

## Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(-1)
<b>VIDA</b>	28 871 035	11 604 122	9 952 174	(7 314 739)
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	-	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTEÇÃO JURÍDICA	-	-	-	-
ASSISTÊNCIA	-	-	-	-
DIVERSOS	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>				
<b>TOTAL GERAL</b>	28 871 035	11 604 122	9 952 174	(7 314 739)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## **RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL**

**Exercício de 2016**

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2016, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

### **RELATÓRIO ANUAL**

As cinco reuniões que o Conselho Fiscal efetuou em 2016 tiveram a participação de todos os seus membros, tendo-se, em duas delas, contado com presença de membros da Administração, do Controller do Grupo Santander, do Responsável pela Auditoria Interna, do Diretor Financeiro e de representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2015, bem como na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão, as contas do exercício de 2016 e a proposta de distribuição de dividendos a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal ainda reuniu regularmente e manteve contactos durante o ano com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2016, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação trimestral sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.



Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi prestada especial atenção às políticas relacionadas com os sistemas de gestão de risco, controlo interno, auditoria interna, *compliance*, autoavaliação do risco e anti-fraude.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual, tendo em vista ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras.

Foram debatidas com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo revisor oficial de contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho.

Na contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta a empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2016, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SANTANDER TOTTA SEGUROS – Companhia de Seguros de Vida, SA, aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2016;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 30 de março de 2017

O CONSELHO FISCAL



José Duarte Assunção Dias (Presidente)



António Baía Engana (Vogal)



Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (adiante designada por “Santander Totta Seguros” ou “Companhia”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 2.705.083.188 euros e um total de capital próprio de 163.205.733 euros, incluindo um resultado líquido de 11.873.232 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

**Valorização de instrumentos financeiros****Divulgações relacionadas com a valorização de instrumentos financeiros apresentadas nas notas 2.3, 2.14, 6 e 32 das demonstrações financeiras.**

Os instrumentos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos disponíveis para venda, no montante total de 2.290.771 milhares de euros, representam 85% do ativo da Companhia em 31 de dezembro de 2016. A valorização dos instrumentos financeiros envolve julgamento relativamente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimento e, especificamente, no respeitante à mensuração de investimentos menos líquidos.

Os instrumentos financeiros menos líquidos, representando cerca de 3% do total da referida carteira de instrumentos financeiros (69.364 milhares de euros), incluem fundos de investimento imobiliários e mobiliários e obrigações, e a valorização dos mesmos envolve julgamento, visto não existirem dados observados em mercado.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando informação fornecida pelas entidades gestoras/emitentes ou metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizados em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizadas de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento. Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;
- Verificação da efetividade dos controlos associados à seleção de cotações para valorização de instrumentos financeiros líquidos;
- Verificação de cotações provenientes de fontes externas para posições líquidas, e,
- Para posições menos líquidas, avaliação de suportes adequados para a valorização adotada.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente aos instrumentos financeiros estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico, de base IFRS.

**Risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas****Divulgações relacionadas com o risco de insuficiência de ativos para cobrir as responsabilidades assumidas apresentadas nas notas 2.6, 2.8, 2.14, 11 e 12 das demonstrações financeiras.**

As provisões matemáticas do ramo vida apresentadas na demonstração da posição financeira ascendem a 250.529 milhares de euros e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ascendem a 2.167.248 milhares de euros, correspondendo no total, a 95% do passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2016.

A avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, inerentes à constituição de provisões matemáticas do ramos vida, é essencialmente efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Estes cash flows incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações e despesas. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. A curva utilizada para desconto da responsabilidade é uma curva de taxas de juro sem risco.

Esta avaliação envolve julgamento relativamente à seleção dos pressupostos que estão na base do cálculo, tais como, taxas de desconto e taxas de resgates. O risco existente decorre da possibilidade de não satisfação das garantias assumidas pela Companhia para os contratos comercializados, pelo facto de não conseguir uma correspondência adequada entre ativos e passivos ao nível da taxa de juro e da maturidade dos mesmos. Nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

A nossa equipa, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades de seguros, nomeadamente, no respeitante a produtos de seguros com garantias financeiras assumidas;
- Verificação da efetividade dos controlos associados ao reconhecimento das provisões matemáticas, da provisão para compromissos de taxa e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento;
- Identificação e avaliação dos pressupostos utilizados pelos Serviços da Companhia na avaliação da adequação das responsabilidades de seguros;
- Desenvolvimento de testes independentes, para as carteiras de contratos de seguro e de contratos de investimento e comparação dos respetivos resultados com aqueles obtidos pelos Serviços da Companhia.

Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente às provisões técnicas de seguro direto estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

---

**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria**

---

Os Serviços da Companhia executam periodicamente testes de aferição de compromissos de taxa de juro e "Asset Liability Management" (ALM), no respeitante às várias carteiras de contratos de seguro. A monitorização efetuada não evidenciou a necessidade de constituição de uma provisão para compromissos de taxa, enquadrada no normativo contabilístico em vigor.

---

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

#### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

#### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Santander Totta Seguros pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de maio de 2016 para um mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

30 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:

  
Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E PRÁTICAS DE  
GOVERNO SOCIETÁRIO

O presente relatório é elaborado nos termos do art. 70º, nº 2, al. b) do Código das Sociedades Comerciais.

1. O capital social da Santander Totta Seguros (STS) é detido na totalidade pela Sociedade Santander Totta SGPS, SA, a qual é diretamente dominada pela Sociedade de Direito Espanhol Santusa Holding, SL, que nela detêm uma percentagem de 99,848%.

Por sua vez a Sociedade Santusa é totalmente dominada pelo Banco Santander SA que, assim, é, indiretamente dominante da sociedade Santander Totta SGPS, SA.

2. As ações representativas do capital são todas da mesma espécie e categoria, conferindo iguais direitos aos respetivos titulares, incluindo o direito de voto e o de participação nos lucros.

Não há, consequentemente, ações privilegiadas de nenhum tipo. Do mesmo modo, inexistem restrições de qualquer natureza à transmissibilidade das ações, que é totalmente livre.

Não está consagrado nenhum sistema de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

3. Para que os acionistas tenham direito a participar na Assembleia Geral devem proceder ao averbamento ou registo, conforme os casos, das ações nos registos da sociedade até oito dias antes da realização da reunião.
4. Tendo em conta o facto de o capital ser totalmente detido por uma única acionista, inexistem, consequentemente quaisquer acordos parassociais.
5. A Sociedade está organicamente estruturada na modalidade prevista no art. 278º, nº 1. al. a) do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

São órgãos sociais: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, existindo ainda um revisor Oficial de Contas autónomo do Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto em cumprimento do disposto no artigo 413º, nº 1 alínea b) e nº 2 do CSC.

Nos termos do artigo 407º do CSC e ao abrigo do Estatuto da Sociedade, em 2016 o Conselho de Administração designou uma Comissão Executiva, na qual estão delegados os poderes correntes de gestão.

Os mandatos dos órgãos sociais têm a duração ordinária de três anos.

O Conselho de Administração reúne, pelo menos, uma vez por trimestre e sempre que for convocado pelo respetivo Presidente ou por dois Administradores.

Não estão conferidos ao Conselho de Administração poderes para deliberar aumentos do capital social da sociedade.

Não estão também definidas regras especiais relativas à nomeação e substituição dos Administradores, bem como quanto a alterações estatutárias, aplicando-se a Lei Geral nestas matérias.

6. Não estão estabelecidos pela sociedade quaisquer acordos cuja entrada em vigor esteja dependente da modificação da composição acionista do Banco Santander Totta ou que sejam alterados ou cessem na decorrência dela.

Doutra parte, não existem acordos que confirmem aos titulares da Administração ou a trabalhadores direito à indemnização quando a cessação do vínculo que os liga à Instituição resulte da sua própria iniciativa, de destituição ou despedimento com justa causa ou ocorra na sequência de uma oferta pública de aquisição.

### 7. As principais áreas organizacionais da Sociedade são:

- Departamento de Produtos de Aforro e Investimentos - Estrutura os produtos financeiros de Seguros, em estreita ligação com as áreas relevantes do Mediador, assegurando o processo de aprovação junto das áreas internas e autoridades competentes, garantindo o cumprimento de regras internas e regulamentares instituídas; Assegura a dinamização comercial dos produtos em coordenação com o Mediador.
- Departamento Técnico e Operacional – Assegura a criação, a conceção, o desenho e a parametrização dos produtos de seguro do ponto de vista técnico, e a sua implementação no sistema informático da Sociedade; calcula as provisões técnicas e tarifas de acordo com as regras de prudência definidas pela Sociedade; elabora e controla as bases técnicas dos produtos comercializados pela Sociedade e assegura a prestação de contas com os Resseguradores, de acordo com o estipulado nos tratados de resseguro. Na área Operacional é assegurado o adequado processamento das operações nas vertentes de subscrição, análise de risco e gestão de carteira e

tratamento de sinistros, ou seja é efetuada toda a atividade operativa desenvolvida na Sociedade.

- Departamento Financeiro - Assegura a fiabilidade da informação contabilística, a elaboração das demonstrações financeiras nas várias vertentes, os reportes contabilísticos e os reportes às entidades reguladoras. Assegura a elaboração e análise do orçamento e dos mapas de controlo de gestão orçamental, bem como a gestão de cobranças.
- Departamento Gestão Riscos, Atuarial e Controlo Interno - Promove a implementação da política de gestão de riscos de acordo com os princípios regulamentares definidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões em coordenação com a área corporativa de Riscos; Assegura a elaboração e implementação de um modelo de quantificação das necessidades de capital, de acordo com as regras de Solvência II; Apura, controla e reporta trimestralmente o requisito de capital (“SOR”) da Sociedade, a nível Individual e Grupo, de acordo com a legislação em vigor. Coordena e promove a atualização permanente do Modelo de Controlo Interno (MCI) por mudanças organizativas, tecnológicas, normativas, novos produtos ou negócios, quer de acordo com os padrões previstos na Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e na Volcker Rule quer de acordo com os definidos pelas áreas corporativas do Grupo Santander e pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Analisa e valoriza as incidências detetadas e efetua o seguimento dos planos de ação para a resolução das mesmas. Assegura o controlo interno dos riscos de mercado, de crédito e de liquidez.
- Departamento de Qualidade e Compliance - Promove a implementação e acompanhamento do Sistema de Gestão da Qualidade, intervém nos processos com impacto na qualidade de serviço através de avaliações de satisfação de clientes, da qualidade de serviço prestada e dos níveis de serviço internos e externos. Controla o processo de Gestão de Reclamações. Assegura a existência e atualização de uma base de dados de normativos internos e externos, com identificação das áreas / colaboradores responsáveis pelo seu cumprimento e assegurar atempada informação de todas as alterações ocorridas. Elabora

normas de Conduta e assegura a divulgação das que, com origem no exterior, sejam vinculativas para a Sociedade. Assegura o cumprimento do modelo instituído de Prevenção de Branqueamento de Capitais, em estreita colaboração com o Departamento de Prevenção ao Branqueamento de Capitais do Banco.

### 8. Modelo global de governo da sociedade

O modelo global de governo da sociedade é o que consta nos pontos anteriores.

Destacam-se múltiplos Comitês de base interdisciplinar que fazem o seguimento e controlo de toda a atividade da Companhia.

Indicam-se seguidamente os principais com a síntese das correspondentes funções mais relevantes.

- Comité de Compliance - Procede ao seguimento, monitorização e controlo dos riscos de cumprimento. Promove o seguimento das relações com as Entidades de Supervisão, controlando a efetivação das recomendações que daí sejam provenientes.
- Comité de Gestão de Riscos e Controlo Interno - Analisa e controla os diversos riscos e cumprimento dos limites de exposição a cada risco, aprova os procedimentos e controlos para prevenir ou mitigar os riscos existentes. Monitoriza o cumprimento do normativo interno e externo. Identifica falhas no modelo de controlo e propõe ações corretivas promovendo um ambiente de controlo e cumprimento.
- Comité de Investimentos - Monitoriza a gestão das carteiras de investimento em função da estratégia de alocação de ativos definida, limites e política de investimentos. Promove a otimização da gestão financeira e da rentabilidade dos capitais próprios.
- Comité de Qualidade - Análise dos diversos indicadores de Controlo Interno de Qualidade das principais áreas da Companhia. Identifica pontos de melhoria, bem como estabelece Projetos de Melhoria de Qualidade e promove o seu seguimento.

A informação relativa ao sistema de governação da Companhia, cumprindo com o disposto na Lei 147/2015 de 9 de setembro e no Regulamento Delegado (UE) nº 2015/35 da Comissão de 10 de outubro de 2014, é apresentada no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS  
ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

**POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE  
ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO  
DA SANTANDER TOTTA SEGUROS, COMPANHIA DE SEGUROS DE  
VIDA, S.A.**

Nos termos estatutários, compete à Comissão de Vencimentos da **SANTANDER TOTTA SEGUROS, Companhia de Seguros de Vida, S.A.** (a “Sociedade” ou a “Totta Seguros”), deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos foi eleita para um mandato de 3 anos na reunião da Assembleia Geral de 27 de março de 2013, tendo atualmente a seguinte composição:

Pedro Aires Coruche Castro e Almeida  
Maria Isabel da Silva Marques Abranches Viegas  
Natália Maria Castanheira Cardoso Ribeiro Ramos

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e da Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 5/2010-R, de 1 de Abril (*Diário da República*, 2ª Série, de 13 de Abril de 2010) e na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (adiante designada por ASF) é dever da Comissão de Vencimentos submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral declaração sobre política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sociedade.

A política remuneratória da Totta Seguros enquadra-se na política do Grupo Santander, Grupo esse que detém direta ou indiretamente mais de 99% do capital daquela Sociedade.

### ***1. Política do Grupo Santander***

Estando a política remuneratória a seguir necessária e fortemente integrada na política do Grupo Santander, importa referir o contexto extremamente competitivo em que se desenvolve a atividade deste e a circunstância de a concretização dos seus objetivos depender, em larga medida, da qualidade, da capacidade de trabalho, da dedicação, da responsabilidade, do conhecimento do negócio e do compromisso face à instituição, por parte de quem desempenha funções chave e que lidera a organização.

Estas são as premissas que determinam, de forma geral, a política de remuneração do Grupo, em especial dos administradores executivos, e que permitem atrair e reter os talentos na organização, tendo presente o âmbito global do mercado em que opera.

Consequentemente, a política de remuneração dos administradores tem, como já no passado tinha quanto aos administradores executivos, os seguintes objetivos:

- assegurar que a remuneração total e a respetiva estrutura (constituída pelas diferentes componentes de curto, médio e longo prazo) são competitivas com a prática do sector financeiro internacional e coerentes com a filosofia de liderança do Grupo;
- manter uma componente fixa relevante e equilibrada face à componente variável anual, a qual se encontra indexada à realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses dos acionistas;
- incluir esquemas de remuneração de médio e longo prazo que promovam o desenvolvimento de carreiras sustentadas no Grupo Santander, através de planos de pensões, assim como de um plano de atribuição de ações indexada à evolução da valorização do Banco Santander em mercado regulamentado, que assegurem a plurianualidade de parte da compensação e a sua vinculação à sustentabilidade dos resultados e à criação de valor ao acionista.

No caso da remuneração referente ao desempenho de funções não executivas, a política de remuneração visa igualmente compensar a dedicação, qualificação e a responsabilidade exigidas para o desempenho da função.

Já em 2010, foi criado, ao nível do Grupo, o Comité de Avaliação de Riscos nas Retribuições, cujos membros são pessoas de reconhecida competência e imparcialidade, com vista a avaliar a qualidade dos resultados, riscos incorridos e cumprimento de objetivos.

Assim, o Grupo, prossequindo o que tem vindo a ser a sua prática, continuará a alinhar a sua política de remuneração com as melhores práticas do mercado, antecipando, em termos gerais e na medida adequada, as preocupações manifestadas na regulamentação portuguesa.

## ***II. Princípios Orientadores da Política de Remuneração.***

Em conformidade com o exposto, os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- a) Simplicidade, clareza, transparência, alinhados com a cultura da Sociedade, tendo igualmente em conta o Grupo em que se insere;
- b) Consistência com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência

- com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- c) Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
  - d) Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da Remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da Remuneração Variável; iii) o pagamento de uma parte da Remuneração Variável em instrumentos financeiros;
  - e) Apuramento da Remuneração Variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do sector.
  - f) Sujeição da cessação antecipada de contratos ao regime legal vigente em cada momento;
  - g) Inexistência de seguros de remuneração ou de outros mecanismos de cobertura de risco tendentes a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerentes às modalidades de remuneração adotadas.

### ***III. Componentes da Política de Remuneração***

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais enquadra-se nas diretrizes do Grupo que foram formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) O administrador responsável pela gestão corrente da sociedade (administrador executivo) nos termos do número 3 do artigo 407 do Código das Sociedades Comerciais, é avaliado pelo Presidente do Conselho de Administração da Sociedade e pelo Responsável da área Corporativa de Seguros de Espanha;
- c) Os restantes membros do Conselho de Administração (administradores não executivos) não auferem qualquer remuneração na Sociedade, que inclui o Presidente do Conselho de Administração, não são objeto de avaliação específica pelo exercício

dessas funções; são-no, em termos globais, no conjunto das funções exercidas no grupo e concretamente nas sociedades onde desempenham funções executivas de qualquer natureza;

- d) Os membros do órgão de fiscalização apenas auferem Remuneração Fixa, cujo montante é determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades do Grupo, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;
- e) Independentemente de as condições de apuramento e pagamento da remuneração variável a tornarem de valor final indeterminado e de pagamento eventual, não sendo assim possível predeterminar a proporção entre as componentes fixas e variáveis da remuneração, mas tendo em consideração o definido no Grupo, o rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável e o valor total da remuneração fixa não pode, em qualquer circunstância, ser superior a 200%.

### **1. Remuneração Fixa Anual**

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos administradores é determinada tendo em conta os critérios utilizados no Grupo, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores tem os limites que forem fixados anualmente pela Comissão de Vencimentos, não devendo representar, em 2015, uma parcela inferior a 51% da Remuneração Total Anual.

### **2. Remuneração Variável**

- a) A remuneração dos membros do Conselho de Administração que tenham funções executivas (administradores executivos) comporta igualmente uma componente variável, de atribuição não garantida, sujeita a diferimento parcial do respetivo pagamento, visando o equilíbrio entre o curto e o médio prazo;
- b) Não pode ser concedida remuneração variável garantida, exceto aquando da contratação de novos colaboradores, apenas no primeiro ano de atividade.
- c) Em 2016 são feitas alterações à Política que têm como objetivo: (i) simplificar a estrutura das componentes variáveis da remuneração, ao integrar num único componente o prémio de desempenho de empresa e o prémio a longo prazo previstos para os Administradores Executivos na anterior política; (ii) melhorar o ajustamento por risco *ex ante* da remuneração variável, utilizando um único conjunto de métricas anuais quantitativas e qualitativas que permitam recompensar as decisões adequadas

dentro do quadro apropriado de riscos e reforçar o alinhamento da remuneração variável com os interesses e objetivos a longo prazo da sociedade; e (iii) aumentar a incidência dos elementos de longo prazo e as medidas plurianuais de desempenho e combinar de forma mais efetiva os objetivos a curto e a longo prazo (dado que o cumprimento dos objetivos a curto prazo passará a determinar o montante máximo atribuível a longo prazo).

- d) Tendo presente o definido no ponto III, alínea e), a remuneração variável é adequadamente equilibrada face à remuneração fixa;
- e) De forma a objetivar e tornar mais transparente o processo de determinação da remuneração variável, esta tem em conta os objetivos quantitativos e qualitativos da Sociedade, bem como os respetivos indicadores previstos no Plano Estratégico que são definidos anualmente pelo Grupo;
- f) A ponderação da consecução dos objetivos estratégicos definidos pela e para a Sociedade, seja em termos absolutos, seja por comparação com outras entidades do sector, para efeitos de fixação da remuneração variável, permite promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos seus acionistas;
- g) No caso de serem imputados à Sociedade, por acionistas ou por terceiros, responsabilidade por atos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos acionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respetiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

## 2.1. Remuneração Variável

- a) Como elemento da remuneração variável, estabelece-se um prémio de desempenho da Empresa, vinculado a objetivos, dependente de avaliação anual, com reflexo no ano em curso e nos seguintes, através do qual são pagas prestações em dinheiro e atribuídas ações do Banco Santander;
- b) O valor final do prémio de desempenho será determinado no início de cada exercício seguinte ao do desempenho de funções, sobre uma base de valor de referência e em função do cumprimento dos objetivos de curto prazo descritos no item (ii) abaixo.
- c) O pagamento do prémio de desempenho é diferido em 40%;
- d) Metade do montante do diferimento é devido em ações e outra metade em dinheiro, sendo o pagamento desta parte feito em três, durante os três anos subsequentes;
- e) O valor diferido ficará sujeito à não ocorrência das cláusulas *malus* descritas no item (iv) abaixo.

f) O rácio máximo entre o valor de todas as componentes da remuneração variável dos Administradores Executivos e o valor total da remuneração fixa não pode ser superior a 200%.

(i) Valor de referência da remuneração variável

g) A remuneração variável de 2016 dos Administradores Executivos será determinada a partir de uma referência padrão correspondente ao cumprimento de 100% dos objetivos estabelecidos. Essa referência foi fixada para 2016 agregando os seguintes elementos:

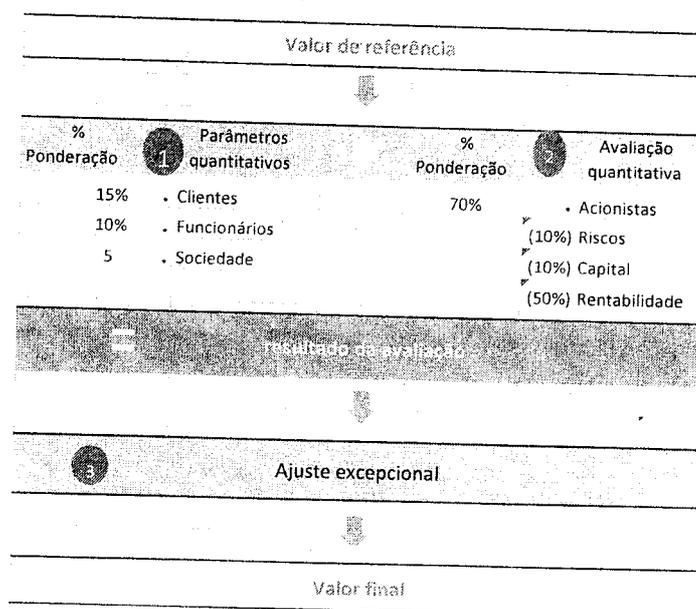
- A referência do prémio de desempenho do exercício de 2015.
- A referência do prémio a longo prazo do exercício de 2015 (20% do anterior).

(ii) Fixação do valor da remuneração variável

h) Partindo do esquema de referência descrito abaixo, a remuneração variável de 2016 para os administradores executivos será determinada considerando como elementos básicos do esquema:

- Um conjunto de parâmetros quantitativos no curto prazo medidos antes dos objetivos anuais.
- Uma avaliação quantitativa apoiada por evidências qualificadas e que não poderão modificar o resultado quantitativo em mais de 25% para cima ou para baixo.
- Um ajuste excepcional, apoiado por evidências qualificadas e que possam contemplar modificações com origem em deficiências de controlo e/o riscos, resultados negativos das avaliações de supervisores ou eventos significativos ou não previstos.

i) A estrutura da remuneração variável pode ser ilustrada conforme esquema abaixo:



*(iii) Forma de pagamento:*

A remuneração variável é devida 50% em dinheiro e 50% em ações, sendo parte paga em 2017 e parte diferida em três anos, observados os parâmetros de longo prazo, conforme abaixo:

- a) 60%, dessa remuneração será paga em 2017, líquida de impostos, em dinheiro e em ações.
- b) o remanescente será pago anualmente, em três partes iguais, em dinheiro e em ações, observadas as condições previstas no item (iv) infra.

As ações atribuídas não beneficiam de qualquer contrato de cobertura de risco e ficam, até ao termo dos seus respetivos mandatos, sujeitas a condição de manutenção, até que o seu valor perfaça duas vezes o montante da remuneração total (sem prejuízo da possibilidade de alienação de ações necessária ao pagamento de impostos resultantes do benefício inerente a essas mesmas ações);

*(iv) Outras condições da remuneração variável*

Condições de permanência e cláusulas *malus* aplicáveis:

O pagamento da remuneração variável diferida fica condicionada, além da permanência do beneficiário no Grupo, à verificação cumulativa das seguintes circunstâncias durante o período anterior a cada um dos pagamentos, nos termos previstos na política do Grupo.

1. Preservação do nível de desempenho financeiro do Grupo;
  2. Cumprimento, pelo beneficiário, das normas internas, incluindo, em especial, as relativas a riscos;
  3. ausência de reformulação material dos elementos financeiros do Grupo imposta pelos auditores externos, exceto se em resultado da modificação de normas contabilísticas;
  4. inexistência de variações significativas do capital económico ou do perfil de risco do Grupo;
- j) A Comissão de Vencimentos, determinará o valor concreto do incentivo diferido, em função do grau de cumprimento das referidas condições.

### **2.3. Identificação da parcela diferida e da já paga**

Da remuneração variável de 2014, encontram-se por pagar dois terços da remuneração variável diferida.

Da remuneração variável de 2015, foi paga em 2016 a parte não sujeita a diferimento. O pagamento do remanescente encontra-se diferido por três anos.

### **3. Benefícios**

O administrador responsável pela gestão corrente da sociedade com contrato de trabalho com o Banco Santander Totta, S.A. e não obstante a suspensão do referido contrato, beneficia de seguro de saúde e das vantagens resultantes da regulamentação coletiva aplicável aos trabalhadores, incluindo o recurso ao crédito à habitação.

### **4. Montantes pagos por outras sociedades em relação de domínio ou relação de grupo com a Totta Seguros**

Em 2015 não foram pagas aos Administradores quaisquer remunerações por outras sociedades que, tal como a Totta Seguros, estão em relação de domínio ou de grupo com a sociedade Santander Totta SGPS, S.A., situação que se espera manter em 2016.

### ***IV. Aspetos complementares***

Não foi posta em prática em 2015 nem se prevê para 2016, a atribuição de planos de opções.

Atento o disposto no número 5. do artigo 403.º do Código das Sociedades Comerciais, não estão definidas nem se propõe introduzir limitações estatutárias à indemnização por cessação antecipada de funções dos titulares de órgãos sociais.

No ano 2015, não foram pagas quaisquer indemnizações por cessação antecipada de funções dos titulares de órgão sociais, não sendo previsível à data que venham a ocorrer 2016.

### ***V. Cumprimento das recomendações sobre políticas de remuneração definidas pelo Instituto de Seguros de Portugal***

A política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade está na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Santander Totta Seguros.

Desta forma, a determinação da remuneração total dos membros daqueles órgãos, composta por uma parte fixa e uma parte variável, bem como a articulação destas duas componentes, tal como explicitado na presente Declaração, permitem concluir pela adoção, na generalidade, das recomendações constantes do Capítulo IV. da referida Circular, a qual constitui manifestamente o seu núcleo base.

A circunstância da Sociedade ser totalmente dominada pela sociedade Santander Totta SGPS, S.A., e estar por essa via integrada no Grupo Santander, que nela detém mais de 99% do capital, implica a necessária coerência das respetivas políticas corporativas, as quais por sua vez, atenta a natureza global do Grupo, respeitam as regulamentações internacionais na matéria. Com esta contextualização, a adoção das demais recomendações da Circular implicaria uma redundância processual e uma artificial execução regulamentar desprovida de efeitos práticos. Daí que a política da Totta Seguros em matéria de remunerações dos membros dos órgãos da administração e fiscalização se contenha nos presentes limites, sem prejuízo do cumprimento, na globalidade, e no momento da fixação das diretrizes do Grupo de que são tributárias, de regras de sentido idêntico emanadas das autoridades nacionais competentes.

Lisboa, 30 de Março de 2016

